

ÍNDICE

Agradecimentos.....	iii
Dedicatória	iv
LISTA DE ACRÓNIMOS	v
INTRODUÇÃO	1
Objectivo Geral	3
A Problemática	3
Questão Central e Questões Derivadas	4
Objectivos Específicos	5
Metodologia	5
Pressupostos Teóricos	7
Delimitação	10
Divisão do Trabalho	11
CAPÍTULO 1 – O ULTRAMAR COMO CENTRO DE GRAVIDADE DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA.....	13
O Ultramar como Centro de Gravidade da Política Externa	13
Os Efeitos do Fim da Segunda Guerra Mundial: Desequilíbrio no Centro de Gravidade	15
Blindar o Centro de Gravidade	18
CAPÍTULO 2 – A SITUAÇÃO NO HINTERLAND RODESIANO E A DEFESA DOS INTERESSES DE PORTUGAL.....	23
A Situação no <i>Hinterland</i> Rodésiano	23
O <i>Hinterland</i> e a Defesa dos Interesses Portugueses	33
O Acesso do <i>hinterland</i> ao Mar: Fonte de Poder	36
CAPÍTULO 3 – AS RELAÇÕES COM SALISBURY (1963-1965) E A DUL.....	41
O Aprofundamento das Relações	41
Pressões e Ameaças Comuns: O Catalisador	45
Ian Smith e Salazar em Lisboa: Um Plano Secreto?	51
CAPÍTULO 4 – O APOIO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO À RODÉSIA.....	57
“Missão Diplomática da Rodésia” em Lisboa: O caso Harry Reedman	57
Objectivo: Manter Smith no Poder	63
Esforços Diplomáticos de Apoio a Salisbury	67
CAPÍTULO 5 – O APOIO ECONÓMICO.....	73
O Direito de Acesso ao Mar: A Justificação Jurídica	74
Contornar as Sanções: O Abastecimento de Combustíveis à Rodésia	78
Portugal: Uma Porta Aberta ao Mundo	84
CAPÍTULO 6 – A COOPERAÇÃO MILITAR COM A RODÉSIA	87

As Bases Políticas para a Cooperação Militar	88
A Situação na Rodésia e as Ameaças Militares a Moçambique	91
O Apoio Militar Possível	93
CAPÍTULO 7 – TENSÃO NAS RELAÇÕES ANGLO-LUSAS	98
Salazar e a “Ameaça” Anglo-Americana	98
O “Reconhecimento” da Rodésia	100
Derrocada das Sanções: À Procura do Culpado	107
Demonstrações de Força	110
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES	118
FONTES E BIBLIOGRAFIA	123

Agradecimentos

A principal razão para ter enveredado por este tema de dissertação deve-se essencialmente ao desafio lançado pelo Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues em estudar um período da política externa portuguesa, que embora muito descrito e analisado, não se tinha ainda debruçado na influência que o governo de Oliveira Salazar teve da atitude de rebeldia de Ian Smith. Habitados a lidar com obras que analisam a política externa nacional na óptica de um país à procura de apoios e de reconhecimento e integração nos sistemas internacionais, este estudo focaliza-se no outro extremo: os apoios que Portugal prestou ao governo rodesiano de Ian Smith e que envolve Portugal numa crise internacional na África Austral.

Ciente da responsabilidade e da dificuldade do empreendimento, este trabalho só foi sendo possível pela disponibilidade manifestada pelo Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues na orientação da investigação e no estabelecimento inicial de contactos no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A Directora deste arquivo, Doutora Isabel Fevereiro, disponibilizou todos os recursos para que a investigação pudesse ser levada a cabo, sem nunca ter imposto restrições, o que desde já me merece o meu mais elevado agradecimento.

À minha irmã Ana Paula e aos meus camaradas Pedro Romão e Manuel Ratão agradeço a sua disponibilidade em me ajudarem a mitigar lapsos de escrita.

Dedicatória

Às minhas mulheres, Maria José, Margarida e Matilde pela paciência, apoios que me prestaram e compreensão pelas minhas ausências.

Ao meu pai Elmano e minha mãe Odete.

LISTA DE ACRÓNIMOS

2ªGM – Segunda Guerra Mundial

AG – Assembleia Geral

AHD – Arquivo Histórico diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHM – Arquivo Histórico Militar do Estado-Maior do Exército

ANC – African National Congress

ANHFSB – Arquivos do Núcleo Histórico do Ministério da Defesa Nacional do
Forte de São Julião da Barra

AOS – Arquivos Oliveira Salazar

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CIO – Central Intelligence Organization

CO – Correspondência Oficial

CPM – Companhia Pipeline de Moçambique

CS – Conselho de Segurança

DUI – Declaração Unilateral de Independência

EUA – Estados Unidos da América

FO – Fundo Orgânico

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FRUS – Foreign Relations of the United States

MANU – União Nacional Africana de Moçambique

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NE – Negócios Estrangeiros

ONU – Organização das Nações Unidas

OPCL – Objectivos Políticos Concretos de Longo Prazo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da Europa

OUA – Organização de Unidade Africana

PAA – Portugal África Ásia

PERINTREP – Relatório Periódico de Informação

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado

RAS – República da África do Sul

SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola

SCCIM – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique

SG – Secretário-Geral

SONAREP – Sociedade de Refinação de Petróleos

SWAPO – South West Africa People's Organization

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI – União Africana de Moçambique Independente

UNIP – United National Independence Party

ZANLA – Zimbabwe African National Liberation Army

ZAPU – Zimbabwe African People's Union

ZANU – Zimbabwe African National Union

INTRODUÇÃO

Portugal teve um interesse especial na crise provocada pela Rodésia do Sul quando Ian Smith declarou a independência unilateral (DUI) em 11 de Novembro de 1965.

No início dos anos 1960, estando debilitadas as relações com os Estados Unidos da América (EUA) e com a Grã-Bretanha, seus “tradicionalis aliados”, o governo português orientou-se na Europa para a França, de De Gaulle, e para a República Federal da Alemanha (RFA), de Adenauer e de Strauss, que acabariam por ser muito importantes ao nível económico, político e militar. Em África, onde a República da África do Sul (RAS) era já um aliado de peso, Portugal aprofunda as relações políticas com a Rodésia do Sul para garantir que o governo de Ian Smith se manteria no poder e, com esses países, estabelecer o reduto da defesa dos “valores ocidentais” em África. De facto, Portugal foi um dos países europeus com mais estreita ligação a Ian Smith, optando por uma modalidade de acção política no contexto da crise internacional desencadeada com a DUI. Profundamente empenhado em manter Moçambique e Angola, o governo português encontrava-se numa situação que exigiria decisões delicadas: se a Rodésia do Sul optasse pela DUI teria que decidir se a reconhecia por completo e se a apoiava, mesmo sabendo que a Grã-Bretanha optaria por um bloqueio. Esta situação colocava o governo português num dilema, porque embora apoiante de Smith pretendia, oficialmente, manter a neutralidade. Era quase certo para o governo português que o apoio à Rodésia do Sul implicaria a deterioração das relações com a Grã-Bretanha e com os EUA e aumentaria o seu isolamento internacional.

A relação com a Inglaterra, já frágil desde a chegada de Harold MacMillan ao poder, ficou ainda mais debilitada após a concessão das independências da Malásia e do Gana, uma atitude que o governo português considerava eminentemente perigosa para o “Ultramar”. Além disso, havia pouca margem de manobra na relação entre os dois países devido, essencialmente, a dois pontos: a declaração oficial do governo britânico, em 1958, de incluir na Aliança luso-britânica apenas a defesa de Portugal Continental e Insular, ficando de fora o Ultramar; e a reacção portuguesa face aos acontecimentos na Índia em 1954 e 1961 que criticava duramente o governo britânico. Casos que serviram de catalisadores para uma divergência maior nos

anos 1960 durante a crise da Rodésia, a partir do início da qual os dois países seguiram um rumo diferente.¹

O início da década de 1960 foi particularmente difícil para Portugal no plano da sua política externa e, quando em 11 de Dezembro de 1965, Ian Smith se liberta da Grã-Bretanha, Portugal torna-se alvo de uma série de acusações e pressões internacionais por estar intimamente ligado à atitude do primeiro-ministro “rebelde” da Rodésia. Sendo o governo de Salisbury segregacionista e alvo de sanções políticas e económicas e num momento em que se começa a desanuviar a atitude deliberadamente hostil dos EUA na ONU, na era John Kennedy, o governo português mantém e aprofunda as suas relações políticas, económicas e militares com a Rodésia, ao ponto de levar Smith a afirmar que se “estivesse Salazar mais uma década no poder, a Rodésia teria sobrevivido”². A partilha da fronteira de Moçambique e comum oposição ao nacionalismo africano eram fortes razões para que Lisboa reconhecesse o regime de Salisbury. Além do mais, o governo português reconhecia que a posição de Portugal em África estava estreitamente ligada ao sucesso de Ian Smith porque, com as acções das guerrilhas oriundas da Tanzânia a pressionar a Norte e com um possível governo nacionalista negro na Rodésia, Moçambique ficaria rodeado de *inimigos* contra os quais dificilmente conseguiria lutar.

As relações políticas, económicas e militares entre os dois países eram muito anteriores à formação da Federação das Rodésias e Niassilândia por causa da estreita relação que a geografia e a economia impunham. O comércio entre os dois países era considerável para os padrões africanos: Moçambique era o garante do seu acesso ao Oceano Índico e o cobre rodesiano era transportado por linha férrea até Lourenço Marques; em 1965 mais de 120000 moçambicanos trabalhavam nas plantações de tabaco, caminhos-de-ferro e indústria mineira; o abastecimento de combustíveis a Salisbury far-se-ia através do *pipeline* Beira-Umtali (com 187 milhas de comprimento) e a refinaria de Lourenço Marques refinava combustíveis para abastecer a Rodésia.

¹ Cf. GUEDES, Armando Marques, “Símbolos e Política Externa: A visita da Rainha Isabel II a Portugal em 1957”, *Negócios Estrangeiros*, Instituto Diplomático, Julho 2007 (11.2), p. 200.

² SMITH, Ian, *The Great Betrayal. The Memoirs of Ian Douglas Smith*, London: Blake Publishing, 1997, p. 73.

Objectivo Geral

O objectivo desta dissertação é analisar as relações luso-rodésianas, sendo especialmente analisado o modo como o governo português incentivou e apoiou Ian Smith, permitindo aos dois países a manutenção dos seus interesses, definidos pelos respectivos regimes: para a Rodésia, a resistência às sanções e a sobrevivência do regime; para Portugal, a reunião de mais apoios na luta contra-subversiva no território de Moçambique. Todavia, deve ter-se em consideração que no centro da actividade política que orientou as relações daqueles países estava também a Grã-Bretanha, a potência colonial da Rodésia do Sul e secular aliado de Portugal, que demonstrava forte atitude anti-colonialista, factores reveladores da determinação do governo português no aprofundamento das relações entre Portugal e a Rodésia.

Não se pretende qualificar nem fazer um juízo de valor sobre a definição dos objectivos da política externa portuguesa nesse período, mas apenas descrever e analisar os processos levados a cabo para atingir os seus objectivos.

A Problemática

Quando em finais de Agosto de 1965 se torna eminente a DUI, começava-se a desenhar no horizonte um grave incidente entre Portugal e a Grã-Bretanha que leva Franco Nogueira a defini-lo em forma de opção política,

“A questão da Rodésia é das mais difíceis que se nos deparou. Que devemos fazer? Encorajar a Rodésia, levá-la à independência, reconhecê-la? Que fará a Inglaterra? Que represálias? A verdade é que da Inglaterra, neste caso, nada temos a esperar. Da Rodésia sempre poderemos, se sobreviver, esperar alguma coisa. Não vejo que a Inglaterra nos queira fazer muita mozza; e de modo nenhum que nos dirija qualquer *ultimatum* como em 1890. E se a Rodésia desaparece? Então perderemos 250000 amigos dispostos a bater-se [...] e ficamos com os flancos interiores de Angola e Moçambique abertos à infiltração. Se queremos continuar em África, teremos de *aguentar*, e de nos encostar aos que querem ficar em África.”³

O governo português não tinha a mínima intenção de abdicar dos seus territórios em África, em especial Angola e Moçambique e reconhecia que o controlo do *hinterland*

³ NOGUEIRA, Franco, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto: Civilização, 2000a, pp. 141-142.

rodesiano (Rodésia do Sul, Zâmbia e Malawi) era essencial para a luta contra-subversiva que estava a levar a cabo em Angola e Moçambique, porque a partir daí podiam ser estabelecidas bases de apoio e efectuadas operações das “guerrilhas”, que combinadas com a enorme extensão das fronteiras dos territórios, incrementaria o esforço militar português.

Tendo como exemplo os acontecimentos em alguns países africanos que se tinham tornado independentes, como o Congo, o Gana e a Tanzânia, o governo português, se pudesse influenciar o rumo dos acontecimentos a seu favor, não pretenderia correr o risco de permitir novas ameaças junto às fronteiras de Angola e Moçambique. Com o fim da Federação em 1963 e a consequente independência da Zâmbia e do Malawi, que apoiavam de modo mais ou menos explícito os movimentos nacionalistas em Angola e Moçambique, Oliveira Salazar não hesitou em apoiar um governo favorável à política colonial portuguesa e que no futuro seria uma importante âncora para a resistência à descolonização. Por conseguinte, a manutenção de Smith era um objectivo vital na estratégia do governo português. Por outro lado, para o governo rodesiano era também reconhecido que a defesa do seu regime dependia “da manutenção na íntegra da soberania portuguesa”⁴ sobre Moçambique, pelo que havia toda a vantagem no estreitamento das relações com Lisboa.

Questão Central e Questões Derivadas

Da combinação do objectivo geral da investigação com a problemática surge a seguinte questão central: **Face à frágil posição internacional que Portugal atravessava na ONU, com os EUA e com a Grã-Bretanha, porque é que Portugal apoiou Ian Smith? E como o poderia fazer?**

Recorrendo a uma metodologia histórica baseada na descrição e explicação, pretende-se analisar o comportamento de Portugal a partir do contexto internacional do momento, ou seja, das condições impostas pela geografia, história, economia e política que caracterizavam o ambiente que baseou as decisões políticas. Tem especial importância o factor tempo, por se considerar que a decisão em política externa se deve considerar como fruto de um processo dinâmico enquadrado espacial e temporalmente, condicionado com a percepção que o decisor político tem sobre do sistema internacional.

⁴ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Ofício enviado por Pereira Bastos, Cônsul em Salisbury, em de 3 de Agosto de 1964, para esclarecer F. Nogueira acerca da importância dos territórios a Sul do Rio Zambeze para a defesa da Rodésia do Sul.

No caso do objecto desta investigação, o contexto considerado para a análise centra-se em torno das mudanças do sistema internacional após a Segunda Guerra Mundial (2ªGM), o surgimento da Guerra Fria e a pressão anticolonialista desenvolvida essencialmente pelos EUA, Grã-Bretanha e países afro-asiáticos na ONU. Por conseguinte, emergem da questão central as seguintes questões derivadas:

1. Como se inseriu Portugal no sistema internacional após a 2ªGM?
2. Que significado tinha o Ultramar na política externa portuguesa?
3. Como é que o *hinterland* rodesiano podia ser uma âncora à manutenção da política colonial portuguesa?
4. Que importância tinha Moçambique no contexto político-estratégico na África Austral?
5. Que comunhão de interesses levou o governo português a aprofundar as relações com a Rodésia?
6. Como utilizou o governo português os seus instrumentos de poder nacional: diplomático, militar e económico?

Objectivos Específicos

Da leitura exploratória de fontes e bibliografia, tendo como referência o objectivo geral da investigação, foram estabelecidos os seguintes objectivos específicos:

1. Determinar as razões que levaram Portugal a apoiar a Rodésia.
2. Determinar se entre Portugal e a Rodésia foi estabelecido algum acordo político que catalisasse a declaração da DUI.
3. Determinar o apoio político-diplomático que foi prestado por Portugal à Rodésia.
4. Determinar o apoio económico que foi prestado por Portugal à Rodésia.
5. Determinar o apoio militar que foi prestado por Portugal à Rodésia.
6. Determinar as consequências do apoio a Ian Smith nas relações com a Grã-Bretanha.

Metodologia

No início da investigação recorreu-se a bibliografia, que se verificou ser escassa no tratamento específico que se pretendia dar ao objecto da investigação. Era necessário pesquisar fontes (primárias e secundárias) pertinentes para o objecto da investigação como forma de reconstituição do passado. Por conseguinte, decidiu-se recorrer ao Arquivo

Histórico-Diplomático (AHD) do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) em Lisboa para determinar se era possível ampliar o âmbito e aprofundar a bibliografia existente. Depois de se detectar que havia um elevado número de documentos classificados, solicitou-se a sua desclassificação. Foram os casos dos Maços 1096, 1097, 1110, 1113 e 1116 e que deu, desde logo, a ideia de que este assunto seria extremamente interessante, o que motivou ainda mais a investigação. Para se completar a pesquisa de fontes primárias recorreu-se também ao Arquivo Oliveira Salazar (AOS), disponível nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), ao Arquivo Histórico Militar (AHM) do Estado-Maior do Exército e ao Núcleo Histórico do Ministério da Defesa Nacional do Forte de São Julião da Barra (ANHFSB).

Procurou-se encontrar uma explicação interpretativa, que averiguasse sequências de forma a dar-lhes sentido com forte pendor em documentos elaborados ou que citassem os agentes directamente envolvidos. Foram por isso tidos como fundamentais os documentos com origem em Oliveira Salazar, Ian Smith, Franco Nogueira, Freitas Cruz, Marcello Mathias e Ken Flower, porque a história de acontecimentos com relevância política e diplomática não deve desligar-se das atitudes pessoais de quem dirige e executa a política externa, introduzindo-lhe o peso de quem decide.⁵

Pretendeu-se, também, uma análise que enquadrasse a actividade político-diplomática para além da centralidade do Estado, do facto político isolado e das relações bilaterais entre a Rodésia e Portugal.⁶ Por conseguinte, para não limitar a interpretação do acontecimento apenas à documentação oficial, recorreu-se a informação contida em jornais e impressões de notícias de rádios, disponíveis essencialmente no AHD e ANHFSB, que ajudaram a reconstituir e compreender melhor os acontecimentos no período em análise. Teve especial importância a imprensa britânica por ser um país democrático e por reflectir, de um modo geral, a opinião dos vários sectores da sociedade política e civil, amplificando desse modo a percepção dos acontecimentos.

⁵ Cf. MARTINEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo, 1992, *Ob. Cit.*, p. 14. Bessa vai mais longe e afirma que de uma forma oficial, “a política externa do Estado Novo, podia ser levantada a partir dos Discursos e Notas Políticas de Salazar” onde são evidentes as suas coordenadas (Cf. BESSA, António Marques, *O Olhar de Leviathan – Uma Introdução à Política Externa dos Estados*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2001, p. 181 e p. 191).

⁶ Cf. TEIXEIRA, Nuno Severiano, “História, Teoria das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais: Uma Reflexão Epistemológica”, *Revista da História e Teoria das Ideias*, Vol. XI (1999), II Série, Lisboa: UNL, pp. 71-82.

Pressupostos Teóricos

Sendo os acontecimentos históricos sempre únicos e irrepetíveis não deixam de ser comparáveis e de possível conceptualização, pelo que esta se torna essencial numa análise compreensiva que ultrapasse a mera descrição e tente a explicação do acontecimento. Com a finalidade de focalizar a investigação e a análise, utilizou-se uma orientação teórica baseada no realismo político onde a preocupação com a segurança e defesa do Estado orienta a política externa. Tomou-se esta opção porque se considerar ser uma explicação, à luz da teoria das relações internacionais, para a aproximação do governo português. Além do mais, a análise da política externa assume a existência de padrões regulares de comportamento que podem ser explicados através de um corpo de conceitos próprios aplicáveis a uma situação única, característica de um caso histórico, para se poder combinar o particular e único com o geral e o comparável.

O que melhor caracteriza a corrente realista das relações internacionais é a colocação do Estado-nação como actor principal e o poder no centro da vida internacional. A centralidade do Estado como actor das relações internacionais determina o postulado teórico de que a sua sobrevivência constitui a finalidade última da governação. Por conseguinte, num ambiente hostil “a política internacional [...] é uma luta pelo poder”⁷. Esta concepção flui do pressuposto realista acerca da natureza do “sistema internacional”⁸ e suas generalizações acerca das motivações dos Estados. Se o tema dominante é a anarquia⁹, então a segurança e a sobrevivência do Estado são os objectivos mais importantes na política externa. Por conseguinte, o decisor político centraliza-se na utilização dos instrumentos de poder do Estado: diplomático, militar, económico e informacional.

O poder é a capacidade de influenciar o comportamento de outrem de acordo com objectivos estabelecidos.¹⁰ R. Dhal define o poder como a capacidade de levar os outros a

⁷ MORGENTHAU, Hans J., *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*, 7th Edition, Kenneth W. Thompson & W. David Clinton (Revised), McGraw Hill, 2005, p.29.

⁸ Cabral Couto define sistema internacional “como um conjunto de centros independentes de decisão política que estabelecem relações com regularidade e frequência” (COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso*, Vol. I, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1988, p. 19).

⁹ Anarquia não significa caos ou desordem, mas “um princípio ordenador que expressa que o sistema é composto por estados independentes, que não possuem qualquer autoridade acima deles” (MEARSHEIMER, John J., *A Tragédia da Política das Grandes Potências*, Lisboa: Gradiva, 2007, p. 44). Cf. DUNNE, Timothy & SCHMIDT, Brian C., *Realism*, In BAYLIS, John, SMITH, Steve, *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*, NY: Oxford University Press, 2006, pp. 172-174).

¹⁰ O poder é a capacidade que uma unidade política tem de se impor às demais (ARON, Raymond, *Paz e Guerra entre Nações*, 2^a Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1962, p. 99).

fazer o que de outra forma não fariam.¹¹ Como a capacidade para controlar os outros está normalmente associada à posse de determinados recursos (população, território, dimensão económica, forças militares, estabilidade política), os governantes definem-no dessa forma. O mérito desta definição é poder afirmar que o poder é algo de concreto, mensurável¹² e possível de converter em influência se o Estado, isto é, o seu governante, tiver a capacidade de conseguir uma alteração de comportamento de outros actores.¹³ Neste sentido, o poder é conceptualizado como um instrumento e não como um fim em si mesmo, e tem como significado a capacidade de influenciar ou alterar o comportamento de outros numa determinada direcção, ou em alternativa, como capacidade de resistir a influências sobre os próprios comportamentos.¹⁴ Assim, deve ser entendido como a capacidade de sustentar a integridade dos interesses contra as investidas de outros actores do sistema internacional e, eventualmente, de os expandir.¹⁵

Para o realista, a realidade no sistema internacional é o conflito de interesses e a sua acção é orientada pelos princípios da racionalidade e do primado do interesse nacional.¹⁶ A racionalidade é entendida como pressuposto das decisões políticas em busca de um método adequado, entre uma multiplicidade de alternativas, a uma situação específica.¹⁷ É duvidoso o significado de racionalidade, mas o que parece mais evidente é a sua conexão com a razoabilidade, ou seja, a decisão que mais facilmente atinge os objectivos com o mínimo de custos.¹⁸

Por seu lado, o interesse nacional designa aquilo que a unidade política pretende salvaguardar ou atingir.¹⁹ Para o processo da tomada da decisão política, o interesse representa o elemento de ligação entre a racionalidade e a situação.²⁰ Morgenthau define interesse em termos de poder, pelo que a política externa se torna num meio onde os

¹¹ Apud NYE, Jr, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*, Lisboa: Gradiva, 2002, ISBN 972-662-845-8, p.70.

¹² Ibidem, p. 71.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Cf. SANTOS, Victor Marques dos, *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, 2007, pp. 242-243.

¹⁵ MOREIRA, Adriano, “Enquadramento Político-Estratégico das Campanhas de África”, In AAVV, *Estudos Sobre as Campanhas de África*, Lisboa: IAEM e Atena, 2000, p. 104.

¹⁶ Idem, Ibidem, p.105.

¹⁷ Parte-se sempre do pressuposto que o governante actua sempre de forma racional.

¹⁸ MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª Edição, Coimbra: Almedina, 1999a, p. 105.

¹⁹ Os interesses nacionais são estados finais desejados que podem ser categorizados como sobrevivência, bem-estar económico e social, segurança e manutenção de determinados valores. O Estado orienta os seus recursos para assegurar que o seu alcance, protecção ou progresso são alcançados de uma forma eficaz e coerente (SANTOS, Loureiro dos, *Incursões no Domínio da Estratégia*”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pp. 45-46).

²⁰ MOREIRA, Adriano, *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa: Dom Quixote, 1999, p. 105.

interesses são acomodados ou decididos com base na diplomacia ou na guerra.²¹ Como existe uma relação profunda entre o interesse nacional e os métodos de condução da política externa, aquele pode ser definido como o resultado da decisão política, ou seja, aquilo que o decisor político escolhe de forma racional como objectivo a alcançar.²²

Embora o poder continue a ser uma variável indispensável para a explicação da dinâmica do sistema internacional, neste caso é a política²³ o conceito chave, pelo que esta abordagem preconiza a existência de um sistema internacional formado por elementos interactivos a estudar.²⁴ De facto, encontra-se aqui uma conexão fundamental entre a política interna e a política externa. Embora a sobrevivência represente o principal objectivo, de acordo com a teoria realista, a forma dos Estados o alcançarem depende da capacidade dos seus dirigentes ultrapassarem os “desafios colocados por grupos e condições sociais e, ao mesmo tempo, manter o apoio que estes podem prestar.”²⁵ Embora o poder do Estado e a sua posição no sistema internacional determinem de forma decisiva as escolhas, a política externa é ainda afectada por percepções, valores e outros factores pertencentes ao domínio da política interna.²⁶

A sobrevivência num ambiente anárquico leva os governantes a adoptarem uma multiplicidade de estratégias e, entre elas, acomodar pacificamente os interesses através dos meios diplomáticos, pela negociação e concessão. Por conseguinte, a formulação de estratégias que orientam a política externa terá como elemento determinante a análise do sistema internacional. Porém, seria demasiado redutor afastar factores localizados dentro da

²¹ DOUGERTY, James E. & PFALTZGRAFF, Jr., Robert L. (Trad. 2003), *Relações Internacionais. Teorias em Confronto*, Lisboa: Gradiva, p. 96. De acordo com Moreira (1999a), ao definir o interesse nacional em termos de poder, Morgenthau está a impor-lhe disciplina intelectual e racionalidade.

²² Para Cabral Couto (p. 308), pode-se relacionar interesses nacionais com objectivos de longo prazo. A análise da situação política permite definir possíveis objectivos longínquos e os móveis políticos que vão orientar a escolha daqueles que irão ser prosseguidos à luz dos fins últimos (segurança e progresso e bem-estar social) prosseguidos em permanência pelo Estado. Na prática, os objectivos políticos constam no texto de Leis Fundamentais, Programas de Governo ou de Partidos Políticos, mas podem não ser referidos objectivamente por razões de sigilo e outros, ainda, poderão fazer parte do subconsciente colectivo.

²³ Considera-se “política” como a actividade relacionada com a aquisição, manutenção e exercício do poder num grupo ou sociedade. O seu significado engloba também a arte e ciência de governar os povos, pelo que para além de visar a manutenção do poder visa também o estabelecimento de objectivos ou metas a atingir pelo Estado (Cf. LARA, António de Sousa, *Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia*, Lisboa: ISCSP, 1998, pp. 27-28).

²⁴ Dougherty & Pfaltzgraff, p. 103. A corrente neo-realista coloca uma grande ênfase na estrutura do sistema internacional, levando a que a conduta do Estado seja possível de ser compreendida como sendo determinada pela estrutura do sistema internacional. A natureza humana tem pouco a ver com a razão dos Estados quererem poder, e é a estrutura, ou arquitectura, do sistema internacional que obriga os Estados a procurarem poder.

²⁵ *Ibidem*, *Ob. Cit.*, p. 113.

²⁶ *Ibidem*, p. 113.

unidade política, como o tipo de governação ou qualidade do governante.²⁷ Para o realista, cada Estado no sistema internacional tem como objectivo a sua própria sobrevivência, não reconhece uma autoridade superior e não deve depender de outros para a sua própria segurança. Contudo, estes pressupostos não excluem a possibilidade de formarem alianças e encetarem políticas de cooperação, embora devam ser considerados apenas como “casamentos de conveniência”, com o objectivo de incrementar e maximizar o seu poder no sistema.²⁸

A chave para o comportamento cooperativo reside na crença da reciprocidade da cooperação. Por essa razão, a questão central para uma teoria da cooperação baseada no egoísmo de interesses, característico dos realistas, tem a ver com os ganhos que resultam da cooperação poderem superar a concepção de interesse baseada na acção unilateral e na competição. Os realistas advogam que o comportamento político emana de um enquadramento específico e, por conseguinte, mostram-se também adeptos da cooperação e da formação de alianças.²⁹

Contudo, para o realismo clássico, de base anglo-saxónica, a defesa da soberania nacional é o interesse nacional mais importante, podendo ver a comunidade como uma aberração ou ameaça. Para o realista torna-se necessário notar que a partilha de interesses como base para a cooperação deve ser o ponto de partida, ou seja, vê a cooperação em termos de resultados e não em termos de intenções morais.³⁰

Delimitação

Delimitou-se o estudo ao período compreendido entre 1964 e 1968 por duas razões fundamentais. Em 1964 a Grã-Bretanha abandona o projecto político para a criação de um grande país na África Austral, a Federação das Rodésias e da Niassilândia³¹, iniciando-se, por parte de Ian Smith, as acções que levariam à DUI (uma das quais foi o aprofundamento das relações políticas de “alto nível” com o governo português). Em 23 de Setembro 1968 Salazar é substituído por Marcello Caetano, que continua a cooperação com Ian Smith sem desvios da

²⁷ Ibidem, p. 115.

²⁸ MEARSHEIMER, Jonh J., “The False Promise of International Institutions”, *International Security*, 19:3, pp. 11-12.

²⁹ Dougherty & Pfaltzgraff, pp. 643-645.

³⁰ Cf. Morgenthau, pp. 6-7.

³¹ O projecto político da Grã-Bretanha era “relativamente claro na altura da criação da Federação [1 de Agosto de 1953]. Aspirava a desenvolver um dique, uma barreira entre a África ocidental e a África do Sul, uma zona pacífica em que se evitassem os extremos da independência puramente africana e a dominação puramente europeia”. Londres pretendia assim de uma forma muito clara “defender os interesses dos nativos” ao mesmo tempo que satisfazia as aspirações das duas raças (PATTEE, Richard, *A Rodésia: Portugal na África Contemporânea*, Vol. III, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Porto: Imprensa Portuguesa, 1974, p. 110)

política de Salazar, acabando por estabelecer um acordo de cooperação política e militar, colhendo os frutos do apoio prestado durante a crise rodesiana.

Divisão do Trabalho

O texto está organizado em função dos pressupostos teóricos que expressam a condução da análise deste facto da política externa portuguesa. Iniciou-se com a apresentação do enquadramento político-estratégico que moldou a opção política dos governantes em causa e, depois, recorreu-se a uma sequência que se considera comparável à descrição da utilização dos instrumentos de poder do Estado português para atingir ou proteger os seus interesses. Por ser demasiado relevante no período em causa, achou-se lógico incluir um capítulo dedicado aos efeitos dos acontecimentos nas relações de Portugal com a Grã-Bretanha.

Nos capítulos 1 e 2, pretende-se fazer o enquadramento da situação que se colocava ao governo português no quanto à orientação a seguir na sua relação com a Rodésia. No capítulo 1, apresenta-se o Ultramar como centro de gravidade da política externa portuguesa. Descreve-se a evolução do sistema internacional após a II GM, e como se revelou uma fonte de perigos à defesa dos interesses nacionais (manutenção do regime e império) que orientaram a acção política do governo português. No capítulo 2, pretende-se apresentar a situação política existente no *hinterland* rodesiano, para demonstrar em que condições o governo português executou a sua política externa na defesa dos seus interesses em África.

No capítulo 3 apresenta-se a aproximação política de Portugal à Rodésia, que teve por base o reconhecimento de que Moçambique não sobreviveria se a Rodésia caísse na órbita do nacionalismo africano de base comunista.

Nos três capítulos seguintes, pretende-se mostrar como os instrumentos diplomático, económico e militar, foram utilizados no apoio a Ian Smith. No capítulo 4, apresenta-se o apoio político-diplomático prestado à Rodésia. Trata-se da apresentação dos acontecimentos que foram nucleares na crise rodesiana e que tiveram uma enorme influência na decisão de Smith em declarar a DUI. O capítulo 5 descreve como o governo português utilizou o instrumento económico no apoio a Salisbury. É dado especial relevo ao contorno das sanções por parte de Portugal e que foi fundamental para a sobrevivência inicial do regime de Smith. No capítulo 6, apresenta-se o apoio e a cooperação militar, que entre 1964-1968, lançam as bases para uma cooperação mais efectiva que viria a ocorrer já nos anos 1970.

O capítulo 7 descreve os efeitos que a crise da Rodésia teve nas relações anglo-lusas. Depois dos acontecimentos de Goa em 1961, a crise rodesiana lançou a Grã-Bretanha e

Portugal para uma situação que, até então, não tinha sido igualada. Este capítulo reveste-se de importância fundamental, porque acaba por ser o resultado visível do facto de o governo português ter tomado a opção política de apoio a Ian Smith, mesmo sabendo que a situação internacional estava enfraquecida com a manutenção da política colonial.

No capítulo 8, apresentamos as conclusões, onde se expõe o resultado da investigação com a seguinte evidência empírica: a atitude do governo português foi orientada pela defesa dos interesses nacionais e levada a cabo com os instrumentos de poder nacional de uma forma sinérgica onde a actuação dos responsáveis políticos teve importância fundamental.

CAPÍTULO 1 – O ULTRAMAR COMO CENTRO DE GRAVIDADE DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

O Ultramar como Centro de Gravidade da Política Externa

Até 1974, quando se esgotou o “Conceito Estratégico Nacional” comum aos regimes políticos da monarquia à república, os interesses nacionais nele vertidos mantiveram-se constantes. Adriano Moreira refere que no conceito estratégico é central a “secularmente exercida responsabilidade colonial”.³² O conceito estratégico nacional tivera uma definição no Capítulo VII da Constituição de 1933 e baseava-se na glorificação dos momentos mais significativos da história portuguesa: a luta pela independência, as navegações, as conquistas e a evangelização, pretendendo evidenciar a forma portuguesa de estar no mundo. Evidenciavam que o conceito estratégico era baseado na aceitação do desígnio colonial do povo português e concebia como ameaça externa todas as forças que poderiam pôr em causa essa missão civilizadora ou a sua soberania.³³

Oliveira Salazar fazia depender a segurança e a soberania nacional na dimensão colonial de Portugal, uma vez que a sua diminuição teria como resultado o enfraquecimento da soberania, podendo envolver-se convictamente nas colónias para evitar que se perdessem.³⁴ O império tinha uma imensa “importância cultural e política” por garantir a base de “todas as construções ideológicas” entre 1890 e 1960 e porque garante a aliança com a Inglaterra e a independência na península.³⁵ Desta forma, os interesses nacionais que orientavam a política externa eram, para além da lógica manutenção da soberania do território europeu, a manutenção das possessões ultramarinas e missão civilizadora da Europa em África como seu complemento.

De facto, as colónias eram um atributo da Constituição de 1933 sobre o qual gravitava a posição de Portugal no mundo.³⁶ Havia a evidência de que o “desígnio colonial” português

³² MOREIRA, Adriano, *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa: Dom Quixote, 1999b, p. 312.

³³ Cf. Idem, *Comentários*, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa 1989, p. 37.

³⁴ Cf. Moreira (1999b), p. 323.

³⁵ TELO, António José, “Modelos e Fases do Império Português 1890-1961” (SEPARATA), in TORRE, Hipólito de la Cruz (Coord.), *Portugal, Espanha y Africa en los Últimos Cien Años (IV Jornadas de Estudios Luso-Espanoles)*, Mérida: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1992, p. 73.

³⁶ Cf. NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo*, Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1987, p.11 e pp.133-134. Também segundo Norrie Macqueen, a África estava no centro do nacionalismo do Estado Novo e representava ao mesmo tempo um símbolo e um meio tangível em torno do qual era possível mobilizar a nação para lidar com a incerteza do futuro (MACQUEEN, Norrie, *The Decolonization of Portuguese Africa – Metropolitan Revolution and The Dissolution of Empire*, London: Longman, 1997, p. 9).

concebida como ameaça externa todas as forças que punham em causa “a acção civilizadora bem como a soberania nacional”.³⁷ A Constituição incorporava o Acto Colonial de 1930³⁸, iniciativa legislativa que centralizava política, administrativa e financeiramente a gestão das colónias, “num todo indivisível com a cabeça na Metrópole”, onde residiria “a essência orgânica da Nação Portuguesa”.³⁹ Na sua expressão, o império formava um todo indissociável com a Metrópole, devendo exprimir-se através de um espaço económico conjunto como solução para a crise financeira do Estado, incrementada com a difícil situação internacional dos anos 1930. Isto levou Salazar a aumentar a ligação entre a metrópole e o império através do reforço das trocas no espaço económico português, com maior protecção aos produtos portugueses e contenção da industrialização das colónias.⁴⁰

A Constituição de 1933 acaba por se concretizar na reforma de 1952, na qual são abandonados os termos “*Império*” e “*colónia*” e a designação “*províncias*” é aplicada com referência aos territórios ultramarinos, enquanto o Ministério das Colónias passa a designar-se por Ministério do Ultramar.⁴¹ Todos os regimes políticos procuraram “manter, desenvolver e defender o Ultramar”⁴² e essa foi a razão primordial para que o governo de Salazar, mesmo com as fortes pressões da comunidade internacional após a 2ªGM, persistisse na sua manutenção. Os valores históricos da nação portuguesa tinham como conceito base a missão colonizadora e evangelizadora e, já desde os séculos XV e XVI, se considerava que os portugueses eram os mandatários da cristandade, “guiados pelos mais altos princípios da civilização Cristã”.⁴³ Para Salazar, na “ordem política [portuguesa], a primeira realidade é a existência independente da Nação Portuguesa com o direito de possuir fora do continente europeu, [...] o património marítimo, territorial, político e espiritual abrangido na esfera do seu domínio ou influência”.⁴⁴ Procurava-se “firmar a noção moral e espiritual de um império”

³⁷ PINTO, José Filipe, *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, Lisboa: Instituto Diplomático, 2004, p. 78.

³⁸ Promulgado a 30 de Abril de 1930 quando Oliveira Salazar exercera no Ministério das Colónias.

³⁹ ROSAS, Fernando, *Pensamento e acção Política -Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa: Editorial Notícias, 2003, p.90.

⁴⁰ Telo (1992), pp. 79-82. MacQueen denomina a esta medida como “*economic nationalism*” (p. 10).

⁴¹ É o regresso à nomenclatura do século XVII, característica do direito público português, que reflecte um “princípio integracionista e paritário”. Ao conceito de “*Império*” sucede o conceito de “*nação pluricontinental*” em que todos os territórios são Portugal (integração) e constituem a “nação a igual título” (princípio paritário).

⁴² GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra – Moçambique 1964-1974*, Lisboa: Prefácio, 2003, p. 73.

⁴³ Relatório do Decreto nº 18570 de 1930 (Acto Colonial) in Henriques & Mello, *Ob. Cit.*, pp. 231-232. Para mais detalhe acerca das ópticas portuguesas quanto ao Ultramar, consultar Garcia, pp. 74-78.

⁴⁴ Discurso de 30 de Junho de 1930, in HENRIQUES, Mendo Castro & MELLO, Gonçalo de Sampaio (Org.) (2007), *Salazar. Pensamento e Doutrina Política (Textos Antológicos)*, 2ª Edição, Lisboa: Verbo, *Ob. Cit.*, p. 232.

que representasse de forma muito clara um “prolongamento de Portugal”.⁴⁵ A integridade da “Nação Portuguesa” estava no centro da política do Estado Novo, a qual advogava “formas de colonização” com um fim muito claro: conseguir formar “uma comunidade com certo grau de coesão”, onde se explicitava a “independência e igualdade dos povos”, e se integravam todos os territórios numa “unidade nacional”.⁴⁶

Quando eclode a 2ªGM, Salazar pressente que uma certa “elite portuguesa” fica retalhada em “função de objectivos alheios e não nacionais”⁴⁷, o que o obriga a revelar num discurso de 1939⁴⁸, que o debate político sobre as consequências da guerra não implicaria uma tomada de posição nem uma reorientação da política externa. Salazar pretendia mostrar que o interesse nacional continuava a gravitar em torno da manutenção do regime e da independência do Portugal pluricontinental, só podendo ser mantidos se fosse garantida a neutralidade portuguesa. Uma neutralidade que, aparentemente “errática”, teve sempre presente a avaliação de forças ao longo do decurso do conflito, mas com os interesses nacionais como farol na actuação do governo.⁴⁹

O Estado Novo sobreviveu politicamente ao fim da 2ªGM, apoiado, tanto pelos EUA, como pela Grã-Bretanha. A Grã-Bretanha era o maior parceiro económico de Portugal, tinha contraído uma enorme dívida em Portugal durante a 2ªGM e, para além disso, havia uma forte união desde Windsor. Desde Windsor que o Atlântico era o mecanismo de equilíbrio estratégico na Europa e no Mundo e, quando o pólo se alterou para os EUA, o governo português foi encontrar na fundação e participação na OTAN um instrumento complementar à aliança luso-britânica, constituindo teoricamente “um reforço potencial para a execução da tese salazarista da ‘Euro-África’” em virtude da desconfiança de Salazar face aos EUA.⁵⁰

Os Efeitos do Fim da Segunda Guerra Mundial: Desequilíbrio no Centro de Gravidade

No auge da 2ªGM, em 1943, o governo britânico fez um pedido formal ao governo português para a utilização das bases dos Açores para cobrir o Atlântico, comprometendo-se,

⁴⁵ Nogueira (1987), p. 241.

⁴⁶ Discurso de 30 de Novembro de 1960, in Henriques & Mello, *Ob. Cit.*, pp. 246-247.

⁴⁷ NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo*, Barcelos: Livraria Civilização Editora, 1987, pp. 180-181.

⁴⁸ Discurso de 9 de Outubro de 1939, in *Discursos*, Vol. III, *Cit.*, pp. 181-182, in Henriques & Mello, pp. 358-359.

⁴⁹ RODRIGUES, Luís Nuno, *No Coração do Atlântico – Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, Col. Defesa e Relações Internacionais, Lisboa: Prefácio, 2005, pp. 13-17.

⁵⁰ Guedes, p. 204.

em troca, a garantir a manutenção da soberania das colónias.⁵¹ Também durante a 2ªGM, os EUA pretendiam a cedência de mais instalações nos Açores, fornecendo em troca apoio para Portugal garantir a libertação de Timor. Destas negociações resulta um acordo em Novembro de 1944 que mais tarde redundaria na construção de uma base militar na ilha de Santa Maria destinada a facilitar a projecção e sustentação de forças dos EUA na Europa.⁵² De facto, a importância estratégica das ilhas dos Açores conferia a Portugal a possibilidade de estar cabalmente integrado no sistema internacional através da NATO e, acima de tudo, garantir apoios fundamentais para a preservação do império.

Porém, a posição portuguesa perante a NATO, logo desde a sua fundação, foi extremamente cautelosa devida ao anticolonialismo dos americanos e às mudanças anunciadas pela França e pela Inglaterra para África. Além do mais, as preocupações da política de defesa portuguesa nos anos 1949-50 tinham como pontos fundamentais a Península Ibérica e África.⁵³

O salazarismo saiu da 2ªGM com uma imagem benigna devido, acima de tudo, a uma neutralidade colaborante com os Aliados. Após o início das pressões descolonizadoras, os mais importantes factores da “resistência diplomática portuguesa” foram a inclusão na OTAN e o peso que a base dos Açores representava na estratégia norte-americana. Estes factores representavam um “escudo protector da ditadura”, não se podendo esquecer que durante a fase das negociações para a adesão à OTAN, o governo português pretendia a inclusão das colónias no âmbito da defesa colectiva, permitindo um apoio de peso na garantia da sua soberania.⁵⁴

Em 1956, os acontecimentos do Suez representaram um profundo trauma para a Europa, especialmente para os países com territórios ultramarinos. Além de ser um choque directo entre os EUA e os seus aliados europeus, ficou demonstrado que uma cooperação entre países europeus nos planos militar e político para a edificação de uma grande estratégia conjunta não tinha futuro sem a intervenção norte-americana. É também a partir da crise do Suez que a França e a Inglaterra seguem caminhos divergentes: a França orienta-se na Europa com a aproximação à RFA e a Inglaterra aproxima-se dos EUA. Para Salazar, no caso da Inglaterra, a aproximação aos EUA representa “uma verdadeira bofetada, quase uma ‘traição’ da secular

⁵¹ Garcia, *Ob. Cit.*, p. 72.

⁵² Idem, *Ob. Cit.*, p. 72. Ver também Luis Nuno Rodrigues, *No Coração do Atlântico – Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*.

⁵³ TELO, António José, *Portugal e a OTAN. O Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa: Edições Cosmos, 1996, p. 202.

⁵⁴ PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*, Temas de História de Portugal, Lisboa: Livros Horizonte, pp. 14-15.

aliada.⁵⁵ Além desse trauma, Harold MacMillan, que chega ao poder em 1957, concede nesse mesmo ano a independência ao Gana e à Malásia, antecipando outros “ventos de mudança”. A Grã-Bretanha apercebeu-se da evolução do sistema internacional e procurou dar resposta flexível à emergência do nacionalismo africano, ficando resignada com “o novo tabuleiro internacional” saído da crise do Suez.⁵⁶ A diplomacia portuguesa seguia atentamente a concessão das autonomias sucessivamente falhadas, que acabariam por terminar em guerras coloniais como a que a Holanda desenvolveu na Indonésia, que levou os EUA a ameaçá-la de exclusão do Plano Marshall, e no Norte de África com os casos de Marrocos e Argélia, também alvos da crítica americana.⁵⁷

Em 1960, também denominado de ano da África, catorze das antigas colónias tomam assento na Assembleia Geral (AG) da ONU, que Costa Pinto considera “o principal campo de batalha diplomático contra o colonialismo português”⁵⁸. Os “ventos de mudança”, invocados pelo grupo afro-asiático, cujo “peso específico” começou a fazer-se sentir na AG pela inoperância do Conselho de Segurança (CS), passa a ser uma grande ameaça ao ultramar.⁵⁹ A política de blocos e a degradação do sistema euromundista tornaram-se também uma ameaça externa para o governo português porque Salazar considerava que, após a 2ªGM, “tudo voltaria ao sistema da balança de poderes europeia e ocidental e assim seria fundamental para o Ocidente a manutenção do Império Colonial Português”. Isso explica a posição portuguesa na ONU e a sua resistência aos movimentos independentistas.⁶⁰

De facto, o mundo do pós-guerra estava minado de perigos para o “Estado Novo”: o perigo comunista; o perigo da hegemonia norte-americana; e o perigo da autonomia dos Impérios, favorecidos pela “decadência da Europa” com uma “subtil ajuda dos EUA”.⁶¹

O fim da 2ªGM, marcado simultaneamente pelo fim do nazismo e pelo receio da expansão comunista, começou a definir os alinhamentos internacionais e confrontou o Ocidente com três grandes desafios: a democratização política; o desenvolvimento económico e social; e a descolonização em África. O sistema bipolar marca uma Europa que deixou de ser o centro do sistema, passando a ser o centro das suas rivalidades, no qual a importância do território português era fundamental. Este era o motivo principal pelo qual os aliados ocidentais

⁵⁵ Telo (1996), pp. 303-305.

⁵⁶ Guedes, p. 200.

⁵⁷ Costa Pinto, p.15.

⁵⁸ Idem, p. 20.

⁵⁹ Garcia, *Ob. Cit.*, p. 72.

⁶⁰ Telo (1996), p. 26.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 79.

preferiram manter um regime estável em Portugal, embora autocrático, apoiando, de forma mais ou menos aberta, Salazar.⁶²

Blindar o Centro de Gravidade

A entrada de Portugal na ONU, vetada em 1946 pela URSS, só se viria a verificar em 1955. Em Fevereiro de 1956, conforme prática corrente, o Secretário-Geral (SG) questiona o governo português “se administra territórios que entrem na categoria do artigo 73.º da Carta”. Responde Lisboa, em 6 de Novembro de 1956, que “[Portugal] não administra territórios que entrem na categoria indicada no artigo 73.º da Carta”. Começava nesse momento um longo litígio na ONU em torno de questões de “jurisdição interna, colonialismo e autodeterminação” e de críticas ao “respeito da Carta, observância dos direitos humanos e ameaças à paz e à segurança internacionais”.⁶³ A disputa na ONU não envolveu apenas Portugal e os Estados africanos e asiáticos, sendo possível discriminar vários Estados com motivações diferentes: o bloco comunista, o grupo latino-americano, os países nórdicos, os EUA, a Grã-Bretanha, a França, a Espanha e a África do Sul. No caso dos EUA, a atitude face a Portugal foi condicionada por dois factores centrais: a OTAN e a tradição anticolonialista.⁶⁴

O novo campo de batalha exigia mais do que a “diplomacia clássica, dentro de regras de jogo precisas, ortodoxas e tradicionais”⁶⁵. É neste espírito⁶⁶ que Franco Nogueira, considerado um “autonomista e um liberal que se deixou arrebatado pelo magnetismo de Salazar”⁶⁷, foi nomeado em Maio de 1961 o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Salazar pedia a Nogueira que envidasse todos os esforços para proteger a política ultramarina sabendo

⁶² TELO, António José & GÓMEZ, Hipólito de la Torre, *Portugal y España en los Sistemas Internacionales Contemporáneos*, Mérida: Artes Gráficas Rejas, 2003, p. 135.

⁶³ SILVA, A. E. Duarte, “O Litígio entre Portugal e a ONU (1961-1974)”, *Análise Social*, Vol. XXX (130), 1995 (1º), p. 5; (*Ob. Cit.*) p. 23.

⁶⁴ Na administração Kennedy, Portugal experimentou “toda a hostilidade” de uma política activista em África, com o auge em 1961, embora nos anos seguintes começassem a abster-se devido à elevação da importância do Açores na sua estratégia na Guerra Fria. Com excepção da posição da RAS, todos os países africanos condenavam a política colonial portuguesa. Contudo, alguns países, dos quais se destaca o Malawi, adoptaram posições mais flexíveis chegando a abster-se em votações condenatórias da política portuguesa. O bloco comunista aproveita o nacionalismo africano para enfraquecer o Ocidente e a OTAN e apoia todas as iniciativas em todas as organizações da ONU (*Cf.* Silva, pp. 23-24).

⁶⁵ NOGUEIRA, Franco, *Salazar. A Resistência (1958-1964)*, Vol. V, Barcelos: Companhia Editora do Minho, 2000b, p. 302.

⁶⁶ O novo estilo de Franco Nogueira será operacionalizado com intervenções mais moderadas na ONU, no Conselho de Segurança e nos corredores, convites a órgãos representativos para visitarem a metrópole e territórios africanos, aceitação de conversações directas e um novo tipo de relacionamento com potências que pudessem trazer benefícios a Portugal na manutenção dos seus interesses em África (*Cf.* Idem, *Ibidem*, pp. 301 e seg.).

⁶⁷ ANTUNES, José Freire, “Franco Nogueira – Integracionismo”, in José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, Vol. I, Temas e Debates, Lisboa: Printer Portuguesa, 1996, p. 259.

que Portugal dispunha de poucos meios, mas que, se fossem usados “com tenacidade, frieza, lucidez”, eram os suficientes para a “vitória, ainda que a longo prazo”.⁶⁸

Na obstinada resistência à descolonização, o governo português tinha o peso dos interesses económicos ligados à exploração colonial e o destino dos colonos brancos de Moçambique e Angola. Além disso, para o regime, algo mais estava em causa: o papel de Portugal e da Europa no Mundo. A posição do governo português foi defensiva e conduziu a uma política de “imobilismo” que gravitava em torno do sucesso de três vectores: a evolução favorável da comunidade internacional quanto à autodeterminação dos povos, para o que contribuíam essencialmente a alteração da legislação da constituição e uma campanha de comunicação estratégica junto da opinião pública internacional⁶⁹; os EUA passaram a ter um peso crescente no campo da defesa devido à importância dos Açores na estratégia norte-americana, subalternizando a política de apoio à autodeterminação dos povos em África; e aplicação de avultados recursos financeiros para desenvolver e fortalecer as economias de Moçambique e Angola com origem nacional e internacional, sendo este último um método para mostrar a importância das colónias.⁷⁰

Para o governo português, a Europa, sem os respectivos impérios africanos, não tinha relevância internacional e Portugal não era viável como país soberano. A descolonização conduziria ao fim do Estado Novo, o que levou Salazar, após debate interno no seu governo, a optar como única solução o emprego da força militar no Ultramar.⁷¹

Em 18 de Fevereiro de 1965, Salazar profere a célebre expressão “orgulhosamente sós” que é frequente conotar com a política externa e com o esforço de guerra nas colónias africanas.⁷² Porém, esse “orgulhosamente sós” choca com a realidade dos apoios que Portugal dispunha no sistema internacional, mas servia para “demonstrar a alegada superioridade moral e política” portuguesa no Ocidente e o “modo corajoso e esforçado” como agia para preservar o Ultramar.⁷³ Nos anos 1960, apesar do cerco internacional, o governo português soube

⁶⁸ Nogueira (2000a), pp. 14-15.

⁶⁹ O governo português contratou a empresa norte-americana *Salvage & Lee* para fazer propaganda a seu favor nos EUA (Costa Pinto, *Ob. Cit.*, p. 17). Também como parte de uma ofensiva diplomática para fortalecer a posição internacional, em 1963 o governo português começou a endereçar convites a grupos estrangeiros, a jornalistas, ao Secretário-Geral da ONU e a vários embaixadores residentes em Lisboa para visitarem Angola e Moçambique (RODRIGUES, “Missão Impossível: O Plano Anderson e a Questão Colonial Portuguesa em 1965”, p. 103)

⁷⁰ Cf. TELO, António, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Edições Cosmos, 1994, pp. 258-269.

⁷¹ Rosas, pp. 93-94.

⁷² NOGUEIRA, Franco, *Salazar. O Último Combate (1964-1970)*, Vol. VI, Barcelos: Companhia Editora do Minho, 2000 (c), pp. 7-8.

⁷³ RODRIGUES, Luís Nuno, “Solidão na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos” in, Fernando Martins (Ed.), *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa*

“explorar todas as contradições e todos os elementos favoráveis à sua posição colonial”, como o caso da França de De Gaulle e da RFA de Adenauer e Strauss.⁷⁴

De facto, a partir de 1956-57 notou-se uma inversão na grande estratégia portuguesa, onde é visível o afastamento político-diplomático em relação aos anglo-americanos e uma aproximação à França e à RFA. Em termos económicos, é visível a opção pelo espaço económico português com a subalternização da opção europeia que só parcialmente escondida pela EFTA.⁷⁵ A criação da CEE, como projecto político e económico do estreitamento de relações entre a França e a RFA representava, para o governo português, um terceiro bloco que se interpunha entre os EUA e a URSS, desde que se permitisse manter as posições que os países europeus detinham em África e que serviria de base para uma aproximação efectiva à França e à RFA.⁷⁶ Mesmo sem ser convidado, a hipótese de adesão à CEE focou afastada à partida porque ser dominada por democracias, arriscando a manutenção do regime, e porque havia a ideia de que a única forma de superar a fraqueza de facto de Portugal era tirar partido do espaço económico do império, devendo manter-se unido politicamente à metrópole.⁷⁷ O instrumento para unir o império à metrópole foi designado de “Espaço Económico Português”, uma opção estratégica de alternativa à CEE, com o intuito de formar uma zona protegida e fechada que evidenciasse o posicionamento de Portugal no mundo.⁷⁸

A França apoiaria Portugal, tornando-se um dos principais suportes na ONU e colaborando com o governo português em relação a África, numa atitude “ambígua e promíscua” para De Gaulle afirmar o “papel de França no Mundo”.⁷⁹ As principais motivações de Paris devem-se, principalmente, à necessidade de tornar-se independente das posições dos EUA e da Grã-Bretanha e mostrar a “*Grandeur*” da França. Apoiaria a posição portuguesa na ONU e OTAN e tornar-se-ia num dos principais fornecedores de armamento, um aspecto essencial ao esforço de guerra português.⁸⁰

em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo, Actas do I Ciclo de Conferências, Évora: Edições Colibri, 2000, pp. 189-190.

⁷⁴ Idem, *Ibidem*, *Ob. Cit.*, pp.190-191.

⁷⁵ Telo (1996), p. 311. *Cf.* Idem, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Edições Cosmos, 1994, pp. 245-246.

⁷⁶ Idem (1996), pp. 309-310.

⁷⁷ *Cf.* Idem (1994), pp. 246-247.

⁷⁸ *Cf.* Idem, *Ibidem*, pp. 269-271.

⁷⁹ MARCOS, Daniel da Silva, *Salazar e De Gaulle: A França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa: Instituto Diplomático Marcos, 2007, pp. 59-60.

⁸⁰ *Ibidem*, pp. 235-239. A França actuou de modo favorável a Portugal fazendo prevalecer razões políticas e estratégicas. Politicamente a posição de Portugal em África era a mesma que a França tinha enfrentado na ONU por causa da guerra na Argélia. Além disso, a decisão da França abandonar a estrutura militar da OTAN e encetar por um programa nuclear independente, com distanciamento claro da Inglaterra e dos EUA, fá-la-ia aproximar-se dos países europeus que tinham algum tipo de problemas de relacionamento com os EUA, o que aumentaria a sua importância estratégica na Europa (Telo & Gómez, pp. 146-147).

O caso do apoio da RFA foi especial. Por não pertencer à ONU nem ter sido uma potência colonial, por causa dos interesses militares que tinha em Portugal e pelo seu papel na defesa do Ocidente. A aproximação iniciou-se por motivos económicos, políticos e estratégicos. Politicamente, a RFA mantinha excelentes relações com Portugal porque, desde a sua formação, Lisboa tinha defendido a necessidade do seu renascimento político e integração, desde o início, na OTAN.⁸¹ A posição portuguesa perante a criação da RFA remonta a 1949, quando Salazar defendia um maior apoio ao novo Estado alemão, tendo como base a necessidade de ter uma Alemanha forte para a recuperação da Europa e sua integração no bloco ocidental. Por conseguinte, as relações com a RFA eram de cordialidade e até de amizade e foram extremamente favoráveis até meados dos anos 1950.⁸² Em termos militares, entre os dois países foi assinada (1960) uma “Convenção Administrativa” que se manteve ao longo de toda a década de 1960 e que se aplicava à utilização recíproca de instalações militares, assinada aquando da visita a Portugal do Ministro da Defesa da RFA, Franz Joseph Strauss.⁸³

As relações luso-alemãs tinham o denominador comum a OTAN, embora a sua relação ultrapassasse a estrita cooperação no seio da Aliança, já que a primeira grande preocupação portuguesa era a diminuição do défice da balança comercial, cuja resolução passava pela produção de armamento em Portugal e sua exportação para a RFA. Paralelamente, a RFA procurava estabelecer bases militares de apoio logístico na Península Ibérica e foi Portugal o país escolhido. As vantagens para Portugal que daí advieram foram muito importantes para a guerra colonial.⁸⁴

Com a RAS, as relações eram da mais elevada cooperação. Na ONU, a RAS considera a discussão da questão colonial e do *apartheid* como um assunto ilegal, visto tratar-se de assuntos da esfera interna dos Estados e, quando vota, vota a favor de Portugal. Em África, a política portuguesa era dominada pela realidade da segurança das fronteiras de Moçambique e de Angola e pela importância que esses territórios representavam para o governo português. Portugal contava com o apoio explícito da RAS e da então Federação das Rodésias e

⁸¹ Telo & Gómez, p. 147.

⁸² FONSECA, Ana Mónica, *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo*, Lisboa: Instituto Diplomático, pp. 26-27.

⁸³ *Ibidem*, pp. 43-44

⁸⁴ *Ibidem*, pp. 61-62. Conforme resumia Franco Nogueira, a política da RFA não era somente “cordial, mas amistosa” e de “claro apoio a Portugal”. Eram concedidos créditos em condições favoráveis e aumentadas as compras alemãs em Portugal, em particular de munições e armas ligeiras de fabrico português. Além do mais, o governo de Bona não regateava o “fornecimento, muitas vezes a preços simbólicos, de aviões apropriados à luta em África, de equipamentos de telecomunicações, de material de guerra diverso, de veículos militares e outros” (Nogueira (2000b), p. 304)

Niassilândia. Todavia, quando se dá a secessão da Federação, Portugal passou a ter mais uma preocupação nas fronteiras em Moçambique e Angola.

Em África, o governo português procurava aprofundar relações com países que lhe dessem a garantia de apoios para a guerra colonial, num claro exemplo do apoio diplomático ao instrumento militar. Em 1964, com a Federação desfeita e com a possibilidade do seu controlo por governos nacionalistas negros, o governo português estava empenhado em garantir que a África Austral permanecesse sob controlo dos regimes brancos, para que ainda fosse possível salvá-la de “Brazzaville até ao Cabo”. As relações com o Malawi de Hastings Banda eram formalmente de cooperação, mas com a “Rodésia do Norte” teriam de “ser resolvidas”, se Kenneth Kaunda quisesse “resistir”. A questão da Rodésia do Sul estava numa “embrulhada” por ser possível a “independência unilateral ou a passagem do governo para os negros”. Na fronteira Norte de Angola, o governo encetava todos os esforços para que Moisés Tschombé” pudesse vencer a subversão no Congo.⁸⁵

Na ideia de Salazar, era central o papel que Portugal tinha a desempenhar no Ocidente, pelo que se conseguisse “manter o Ultramar até à conjuntura inevitável”, em que fosse “aceite pacificamente pelo Mundo, como coisa natural da Nação portuguesa”, tinha cumprido a sua “obra histórica” como governante.⁸⁶

⁸⁵ Carta de Oliveira Salazar a Marcello Mathias em 20 de Novembro de 1964 em resposta ao pedido de orientação para uma possível reunião com Moisés Tschombé na Embaixada de Portugal em Paris. Se Tschombé tivesse êxito no Congo, a vitória militar sobre a UPA e o MPLA estava facilitada. Deste modo o governo português concedia “apoios e benefícios” para o “esforço de pacificação no Congo”. (SERRÃO, Joaquim Verríssimo (Prefácio), *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947-1968*, Lisboa: Difel, 1984, pp. 513-515).

⁸⁶ Nogueira (2000b), *Cit.*, p. 244.

CAPÍTULO 2 – A SITUAÇÃO NO HINTERLAND RODESIANO E A DEFESA DOS INTERESSES DE PORTUGAL

A Situação no *Hinterland* Rodésiano

Para Portugal manter a posição em África era necessário definir a importância relativa dos seus territórios. A partir de 1962, o governo português passou a considerar territórios essenciais, Moçambique, Angola e Cabo Verde, e só os territórios não essenciais seriam tratados no âmbito dos contextos da política externa, ou seja, seria aceitável flexibilizar posições. Passaria também a ser considerada uma reorientação das alianças, o que obrigava ao reforço das relações com a Rodésia do Sul e com a RAS, com os quais deveria ser considerada a possibilidade e a vantagem de concluir-se “pactos militares secretos de assistência mútua local, e formas de cooperação económica a serem regulados por tratados bilaterais”.⁸⁷ E nesta área, Portugal dispunha da energia e infra-estruturas de transportes que podia utilizar para levar a cabo a protecção dos seus interesses em África.

Quando começaram a intensificar-se as pressões internacionais sobre a política colonial portuguesa, logo a partir de 1961, com a Índia de Nerhu, passaram a ser imensas as preocupações do governo português, que ainda contava com apoio dos EUA e da Grã-Bretanha, consideradas essenciais para dissuadir qualquer tentativa militar de facto sobre Goa. A situação em Angola e em Goa era de enorme inquietação e agravou o pessimismo do governo português. Nesse período veio a Lisboa Sir Roy Wellensky, primeiro-ministro da Federação das Rodésias e da Niassilândia, que se reuniu com Oliveira Salazar para discutir “as suas preocupações pelo futuro da África Austral”. Depois do célebre discurso de MacMillan sobre os “ventos da história”, Wellensky achava que o primeiro-ministro inglês pensava em “dissolver a Federação, criar três repúblicas independentes para a substituir e abandonar ao seu destino os brancos” que ali trabalhavam.⁸⁸

O fim da Federação poderia representar o isolamento político da Rodésia do Sul, muito mais grave para o governo português, se o governo britânico, conservador, fosse substituído por um governo trabalhista, o que viria a suceder em finais de 1964. Isto significaria o fim da Rodésia do Sul e a criação de um Zimbabwe, “parceiro ideal para a Zâmbia e para o

⁸⁷ ANTT – AOS/CO/NE-30B: Ensaio sobre os pontos referidos no discurso do Presidente do Conselho na Assembleia Nacional, datado de Abril de 1962.

⁸⁸ Nogueira (2000b), pp. 347-348.

Malawi”⁸⁹. Dissolução da Federação e independência eram duas questões estritamente entrelaçadas e tudo confirmava que após as conversações de Victoria Falls (Março de 1963), a Rodésia do Sul seguisse o caminho da independência tal como a Zâmbia e o Malawi. Porém, o governo britânico interpôs um enorme obstáculo ao considerar que essa possibilidade necessitava da concordância dos países da *Commonwealth*.⁹⁰

O governo português visualizava um contratempo para seus interesses e Salazar, numa carta enviada ao primeiro-ministro da África do Sul, H. Verwoerd, em Agosto de 1963, estava preocupado com uma possível evolução da Rodésia para um regime negro, o que implicava não estarem no continente africano mais do que os territórios portugueses e a RAS como “representantes e defensores da civilização do Ocidente”. Para alertar a RAS e daí granjear apoios, Salazar informou Verwoerd que se Portugal não conseguisse resistir à “luta subversiva empreendida por terroristas”, aquela rapidamente se acercaria das suas fronteiras. Queria isto dizer que havia “interesse ocidental” em que tal não acontecesse e que todas as “formas de cooperação” com Portugal nos seus territórios de Angola e Moçambique seriam muito úteis a ambos países.⁹¹ A “Rodésia não era apenas um simples território britânico impacientemente à espera da independência”, havendo uma relação muito próxima entre Portugal, a Rodésia e a RAS, porque era uma região de governos brancos que controlavam toda a extremidade Sul do continente africano.⁹²

Essa relação é claramente expressa por Salazar quando se refere à “parte mais rica e mais desenvolvida de África” que se encontra a “Sul do Zaire e do Rovuma”, referindo-se, para além dos territórios portugueses de Angola e Moçambique, à Rodésia do Sul e à RAS. Estes territórios tinham “interdependências insubstituíveis” onde se fixaram populações brancas responsáveis “pelo progresso das populações” e incrustadas de forte cultura e ideologia ocidental. Esta zona de África era a “única garantia sólida e a única aliada da política do Ocidente em África” e seria um “crime contra a civilização e contra o progresso [...] estender à África Austral” os “ventos de mudança” que tinham resultado em “anarquia, miséria, conflitos políticos e bélicos” nos territórios que tinham recebido a independência.⁹³

⁸⁹ AHM – FO/007/A/99: PERINTREP nº 3 referido ao período de 01 a 31 de Março de 1963.

⁹⁰ Pattee, pp. 144-145.

⁹¹ Nogueira (2000b), *Cit.*, p. 514.

⁹² AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: *Cf.* Recorte do jornal *The Christian Science Monitor* de 27 de Julho de 1965.

⁹³ *A Política de África e os Seus Erros*, “Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, na Homenagem Prestada pelos Municípios de Moçambique, em 30 de Novembro de 1967”, Lisboa: Edições do Secretariado Nacional de Informação.

Durante o governo de Winston Field⁹⁴, a situação política interna da Rodésia do Sul e a sua relação com a Grã-Bretanha não mudaram, com ambas posições a tornarem-se irreduzíveis. Field tinha introduzido algumas medidas de liberalização política, entre as quais a libertação de detidos e a autorização para que Joshua Nkomo, o chefe do partido *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU), formasse um novo partido, embora com actividade rigorosamente limitada. Com a sua recusa em aceitar as restrições do governo rodesiano, Nkomo retira-se para Tanganica e regressa em 1963 à Rodésia do Sul para dirigir o *Peoples Caretaker Council*, considerado um partido passivo, o que terá levado alguns dissidentes da ZAPU a formarem a *Zimbabwe African National Union* (ZANU). Em Agosto de 1963, iniciavam-se agressões, violências e assassínios contra a minoria branca e a ZANU formou a *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA) cujos membros começaram desde logo a receber apoio e instrução por parte da China a partir de bases em Tanganica.⁹⁵

Tal como tinha acontecido em 1961 nas províncias portuguesas, os movimentos de libertação tinham um forte apoio financeiro e material de outros países, em especial da URSS e China. Para além da dependência da URSS, da China, e de Cuba em material militar e instrução, e de bases de apoio e campos de treino no Tanganica, supunha-se haver uma aliança entre a ZAPU, ANC, FRELIMO e *South West Africa People's Organization* (SWAPO) com ligação ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, que teria sido aprovada pela Organização de Unidade Africana (OUA) e com apoio financeiro de países do ocidente, como os EUA e Bélgica.⁹⁶ De facto, tratava-se de uma ligação em rede entre os movimentos de libertação da África Austral e com apoios de alguns países da OTAN.

A situação interna na Rodésia do Sul no período de Winston Field era de enorme preocupação para o governo português. O “nítido recrudescimento” de actividades subversivas, o reconhecimento que uma DUI seria política e economicamente inviável e a convicção da necessidade de concessões do lado rodesiano, levariam à substituição de Field por Ian Smith. Este acontecimento não punha termo às dificuldades do governo rodesiano, que mais cedo ou mais tarde teria de lidar com “profundas alterações constitucionais” para

⁹⁴ Primeiro-ministro da Rodésia de Dezembro de 1962 a Abril de 1964. Segundo informações oficiais, para o governo português, Winston Field era considerado um político moderado e único capaz de manter um “european way of life” para os rodesianos e ao mesmo tempo negociar com H. Banda e R. Butler. Contudo, o eleitorado do partido *Rhodesian Front* (RF) esperava que Field fosse capaz de controlar ou até “erradicar as actividades terroristas dos nacionalistas africanos” na Rodésia (AHM – FO/007/A/99: PERINTREP nº 2 referido ao período de 01 a 28 de Fevereiro de 1963).

⁹⁵ Cf. Pattee, pp. 146-148. Cf. José Freire Antunes, *A Guerra de África (1961-1974)*, pp. 605-610.

⁹⁶ Cf. HOWE, Russel Warren, “War in Southern Africa”, *Foreign Affairs*, 1969, pp. 150-165. Neste artigo o autor mostra como é que os movimentos de libertação a operar naquela região de África estavam conectados e como era efectuada a cooperação da África do Sul, Rodésia e Portugal.

transformar o regime vigente governo num de maioria negra. O governo português achava que Ian Smith, “enfocado a uma política de recusa de concessões à maioria africana” por parte da Grã-Bretanha, não iria sobreviver e havia razões para acreditar que o seu governo poderia ser substituído por um governo “moderado” chefiado por Field ou por Wellensky, que viesse a negociar com a Grã-Bretanha a representação política da maioria negra com “sérias implicações” para os interesses portugueses de ordem militar e política.⁹⁷

As causas profundas da crise rodesiana residiram no facto de a Rodésia ter sido o único território britânico que fugiu ao padrão da sua política colonial, orientada em duas linhas distintas: a independência de colónias onde se tinham estabelecido importantes comunidades brancas (Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul); e a independência mais lenta de outras colónias onde o poder deveria passar para as populações indígenas quando estivessem preparados para o assumir. No caso da Rodésia, nenhuma destas linhas foi totalmente aplicada, porque a comunidade branca recebeu o exercício do poder sem obter a independência, ao mesmo tempo que prometia aos africanos a eventual aplicação da “*majority rule*” num processo guiado pelos colonos brancos.⁹⁸

A Rodésia do Sul tinha a reputação de ser um bastião da supremacia branca e de “aspirar” a perpetuar a “dominação dos europeus” quando a Rainha Isabel II assinou o decreto para a formação da Federação em 1 de Agosto de 1953.⁹⁹ Parece ter-se tentado uma experiência multirracial com Edgar Whitehead¹⁰⁰, cujos resultados redundaram num domínio da comunidade branca no governo federal e no incremento da acção de movimentos nacionalistas. A “intenção moderadora” que se poderia vislumbrar na Constituição de 1961, sancionada pelo governo conservador britânico em exercício, foi posta de lado pelo “cerrar de fileiras” do partido *Rhodesian Front* e pelo boicote dos africanos negros, acabando por ser o motivo principal substituição de Whitehead por Field e, deste, por Smith. Embora a Constituição não discriminasse directamente o acesso ao voto por questões raciais, fazia-o pelo nível económico e de literacia, com concessões especiais aos chefes tribais, resultando, em Maio de 1965, um Parlamento com 51 europeus e 14 Africanos.¹⁰¹

⁹⁷ AHD – Maço 1097, PAA, Proc. 970,152: Apontamento do Ministério do Ultramar sobre as consequências do fim da Federação, 1964.

⁹⁸ ANHFSB – Caixa 5554, peça 2: Relatório do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de Janeiro de 1966.

⁹⁹ A Federação poderia significar a aspiração de todos os sectores e das duas raças no período de turbilhão típico dos anos 1950-60 que era a África dos movimentos nacionalistas. (Idem, pp. 110-113)

¹⁰⁰ Primeiro-ministro rodesiano de 1958 a 1962 e responsável político pela tentativa de estabelecer uma Rodésia multi-racial.

¹⁰¹ ANHFSB – Caixa 5554, peça 2: Relatório do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de Janeiro de 1966.

Quando a Federação se dissolve e se tornam independentes o Malawi e a Zâmbia, incrementam-se os factos que contribuíram para aquela tendência, porque a população branca não pretendia correr riscos de perder o nível de desenvolvimento que havia alcançado, ficando de lado uma administração negra. Por outro lado, os líderes negros dos movimentos nacionalistas, incitados pelo êxito da Zâmbia, do Malawi e pelos “ventos da história”, pretendiam ver aplicado o princípio “*one man, one vote*” sem concessões de outra natureza.

Até 1963 a Federação sofreu de uma lenta agonia até à sua dissolução e Welensky compreendeu que era necessário “salvar a Rodésia do Sul”, insistindo, perante os britânicos, no facto de que aquele território se tinha ocupado da sua própria defesa e, ao mesmo tempo, contribuído “numa medida excepcional para a defesa do Império e da Grã-Bretanha”.¹⁰² O período entre 1959 e 1963 foi um período crítico na história da Federação pela sua influência nas relações com o governo de Londres. O despontar do nacionalismo negro “veio instaurar um clima de incerteza, um ano antes da prometida revisão constitucional”, já que as “complexas regras” e “mecanismos eleitorais” eram vistos como ferramentas para “assegurar a continuidade da supremacia” dos colonos europeus.

Os actos de violência, as tentativas de sabotagem e assaltos a europeus em inícios de 1964 desmoralizavam a população branca, que via o futuro com muita incerteza. Tornava-se óbvio que os nacionalistas negros não poderiam esperar o tempo necessário para lidar de igual para igual com a comunidade branca e aspiravam a uma maior intervenção na vida do país. Para incrementar a dinâmica deste quadro político, deve-se referir que o ambiente internacional (onde se destacam a China, a URSS e territórios por eles dominados politicamente) incentivava os africanos na Rodésia à luta subversiva. Supunha-se que Wellensky iria negociar um acordo com os líderes Nkomo e Sithola como método para se aproximar de Londres.¹⁰³

Os britânicos pretendiam a aceleração da participação dos indígenas na vida política da Federação, já que o “multirracismo”, mecanismo de partilha de poder que assegurava a ascendência dos brancos por tempo indeterminado, foi enfaticamente rejeitado pelos movimentos nacionalistas e, em 1960 o “relatório da Comissão Monckton recomendou que o direito da secessão fosse reconhecido” à Niassilândia e à Rodésia do Norte. No caso da Rodésia do Sul, o parecer da Comissão era negativo porque não estava assegurada a “garantia

¹⁰² Pattee, p. 141.

¹⁰³ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Informação de Serviço do Adido Militar do Consulado de Portugal em Salisbury para o Secretariado de Estado da Defesa Nacional enviada em 6 de Maio de 1964.

quanto ao respeito pelos direitos civis e políticos” dos negros, em maioria, o que deixou os colonos brancos e seus simpatizantes na Grã-Bretanha “profundamente ressentidos”.¹⁰⁴

A Grã-Bretanha considerava o problema constitucional da Rodésia do Sul um problema interno, sobre o qual poderia aconselhar, mas não deveria intervir. A independência só poderia ser resolvida entre os dois países e com a aprovação do parlamento britânico, quando fosse garantida “maior representação africana no governo”. De outro modo, o governo britânico não poderia reconhecer, nem tratar com qualquer governo saído duma DUI. Porém, “Ian Smith continuava firmemente resolvido a alcançar a independência” até final de 1964 e, se o não conseguisse por negociações, proclamá-la-ia unilateralmente, arrostando as consequências. O “momento mais favorável para uma acção unilateral seria aquele em que o governo inglês tivesse menores possibilidades de agir”, quando o governo cessante já “não tivesse autoridade para tomar decisões graves e o novo ainda não estivesse constituído”.¹⁰⁵ Além do mais, para Smith, o facto do governo trabalhista subir ao poder e tomar “uma decisão desfavorável” afigurava-se como um factor de união rodesiana. O governo rodesiano não tinha a certeza de que a RAS e Portugal lhe reconhecessem a independência e, no caso de Portugal, a razão principal prendia-se com as fortes “ligações que Portugal mantinha com a Inglaterra e com os EUA”.¹⁰⁶

Julius Nyerere era apoiante explícito dos movimentos nacionalistas e revolucionários e actuava como entreposto logístico da China e da URSS.¹⁰⁷ As actividades políticas na Tanzânia tinham enorme importância na África Austral, porque estava aí instalada uma espécie de centro de comando e de sustentação para os movimentos nacionalistas com apoio da China, da URSS e da RDA, que forneciam, para além do “endoutrinamento” e material de guerra, bolsas de estudo para os estudantes tanzanianos. Além do mais, o governo de Nyerere despendia muito dinheiro com as suas forças armadas e era “a partir do porto de Dar-es-Salam que era recebido o material de guerra”.¹⁰⁸

A maior ajuda que a Tanzânia recebia era oriunda da China, cuja influência na África Austral preocupava os EUA e os tornava mais receptivos, aos problemas da Rodésia do Sul,

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta-da-China, 2007, p. 306.

¹⁰⁵ AHD – Maço 1115, PAA, Proc. 960,172: Carta enviada pelo Embaixador Português em Londres ao MNE em 25 de Julho de 1964.

¹⁰⁶ AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960,172: Relatório elaborado pelos SCCIA após a visita de Ian Flower a Angola entre 23 de Junho de 1964 e 28 de Junho de 1964.

¹⁰⁷ As zonas com mais actividade da FRELIMO em Moçambique eram as que confinavam com a Tanzânia, onde contava com bases para treino, para reabastecimento, de comando e para recuperação humana e material.

¹⁰⁸ ANHFSB – Caixa 4249, peça 14: Informação enviada do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar ao Secretário Adjunto da Defesa Nacional em 25 de Fevereiro 1965.

do que os britânicos, podendo isso ser utilizado pelo governo português como uma “arma negocial” com a Grã-Bretanha.¹⁰⁹ A ajuda económica e militar da China em 1964 ascendiam a 15 milhões de libras.¹¹⁰ Também países ocidentais prestavam apoio a Nyerere, como foi o caso do Canadá, que enviou instrutores militares para uma missão de assistência militar.¹¹¹

Para além da demonstração ao Ocidente, nomeadamente aos EUA e à Grã-Bretanha, da penetração chinesa e soviética na África Austral, pouco mais havia, por parte do governo português, a fazer, para além do recurso às forças militares para evitar as acções militares da FRELIMO no Norte de Moçambique.

Porém, era possível influenciar os outros países contíguos a Moçambique, tirando partido da sua interioridade. Para o Malawi a sua interioridade era uma enorme preocupação, o que levou Hastings Banda, numa deslocação a Lisboa em Junho de 1962, a declarar a Franco Nogueira o “desejo de coexistência pacífica, boa vizinhança e colaboração”. Nogueira retorquiu-lhe que esses eram também os “desejos” de Portugal, esperando que não tomasse ou consentisse “nenhuma atitude” que tornasse impossível “tal colaboração”. Banda demonstrou o maior interesse nas vias de comunicação, “insistindo que fossem construídos ou completadas” duas novas linhas de caminho-de-ferro entre Moçambique e a Niassilândia.¹¹²

Todavia, a posição política de Hastings Banda no início de 1962, estava influenciada pela necessidade de obter apoios da população e ia tomando posições públicas contra a política colonial portuguesa. Percebendo que o governo português poderia fazer uso da interioridade da Niassilândia, Banda, numa visita à casa da Associação Portuguesa do Niassilândia em Blantyre, afirmou que, embora não concordasse com a política colonial portuguesa, “todos os portugueses” eram aí bem recebidos, desde que não houvesse interferências nas respectivas políticas internas. No caso de a Niassilândia não poder utilizar os portos moçambicanos poderia utilizar o “porto de Dar-es-Salam” e, no caso de independência, não cria “que as coisas se modificassem”.¹¹³ Esta expressão de Banda baseava-se no facto do seu conhecimento de que a Rodésia vinha tentando influenciar o governo português a fechar os portos de Moçambique, no caso da independência do Malawi.

¹⁰⁹ ANHFSB – Caixa 6979, peça 5: Apontamento da reunião com o chefe da “Intelligence” da Rodésia do Sul em 4 e 7 de Setembro 1964, durante a visita de Ian Smith a Lisboa.

¹¹⁰ ANHFSB – Caixa 4340, peça 16: Recorte jornal *Washington Post* de 31 Agosto 1964; Informação secreta de 30 Julho 1964; recorte do jornal *Daily Telegraph* de 3 Setembro de 1964.

¹¹¹ Idem: Recorte do jornal *The Globe and Mail* de 24 Setembro 1964.

¹¹² AHD – Maço 1098, PAA, Proc. 960,17: Informação do MNE para o embaixador em Londres, 30 de Junho de 1962.

¹¹³ AHD – Maço 1099, PAA, Proc. 960,17: Informação do Cônsul de Portugal em Salisbury, datada de 14 de Maio de 1962, para a Presidência do Conselho, Ministério do Ultramar, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Ministério da Defesa Nacional.

Apesar das suas convicções, H. Banda tinha de ser realista e “estreitar as colaborações úteis”, mesmo discordando “dos pontos de vista ou da política de outros”, num claro exemplo de que os interesses do Malawi estariam “acima dos interesses políticos” de um qualquer “governante negro na África Austral”.¹¹⁴ Banda aproximava-se de Salazar e de Smith ao afirmar, numa conferência de imprensa, que era um erro os países africanos pretenderem derrubar Ian Smith pela força, porque não havia nenhum país capaz de o fazer. Os “amigos que pretendem ajudar o Malawi” queriam controlar toda a África central, substituindo o imperialismo britânico pelo oriental.¹¹⁵ Banda reunia as condições para uma conveniente aproximação do governo português, por ser “um chefe político incontestado”, não sofrer acentuados choques partidários internos e a sua posição geográfica admitir uma “moderação pragmática” para apoio a “uma política africana de convivência, diálogo e entendimento”.¹¹⁶

Os esforços de Banda para se mostrar cooperante foram evidentes quando recebeu o Cônsul Adjunto de Portugal em Salisbury em Abril de 1962, mostrando de forma ostensiva o livro de James Duffy “*Portuguese Africa*”, para criar “um ambiente de intimidade”. Assegurou que, após a independência do Malawi, seriam exercidos os “maiores esforços” para que a população não africana se radicasse na Niassilândia, demonstrando enorme admiração pelo que os portugueses tinham feito pelo desenvolvimento do seu país. Todavia, para o governo português, a aproximação do Malawi a Portugal era a consequência da “impossibilidade material” de outra opção, do reconhecimento de vantagens “imediatas e certas” e da deterioração de relações com Julius Nyerere.¹¹⁷

Era natural que H. Banda tivesse “dificuldades em vencer junto de outros países africanos” que viam com antagonismo a sua aproximação a Portugal.¹¹⁸ Contudo, apesar de negar que apoiava a UDENAMO e a FRELIMO, o governo português tinha em sua posse informações de que o seu partido, o *Malawi Congress Party*, apoiava o trânsito de moçambicanos para o Tanganica, onde “eram endoutrinados”.¹¹⁹

A publicitação da cooperação do Malawi com Portugal era evidente, com as autoridades a declararem constantemente não permitir “acções e movimentos terroristas” no seu território, num esforço para manterem “uma política de boa vizinhança”, imposta pela posição

¹¹⁴ JARDIM, Jorge, *Moçambique Terra Queimada*, Lisboa: Editorial Intervenção, 1976, p. 40.

¹¹⁵ ANHFSB – Caixa 4249, Peça 14: Escuta Rádio em 8 Julho de 1966.

¹¹⁶ Jardim (1976), pp. 35-37.

¹¹⁷ AHD – Maço 1098, PAA, Proc. 960,17: Informação enviada ao MNE pelo Cônsul em Salisbury acerca da visita do Cônsul Adjunto à Niassilândia, 23 de Abril de 1962.

¹¹⁸ Jardim (1976), pp. 49-50.

¹¹⁹ Idem: Informação enviada ao MNE pelo Cônsul em Salisbury acerca da visita do Cônsul Adjunto à Niassilândia, 23 de Abril de 1962.

geográfica de dependência relativamente a Moçambique.¹²⁰ Portugal também explicitava a sua vontade de cooperação ao facilitar o trânsito de mercadorias para o Oceano Índico, como princípio orientador do livre acesso e trânsito a países interiores.¹²¹

Banda tinha adoptado algumas medidas, nomeadamente afirmar oficialmente não apoiar a FRELIMO e não abrigar refugiados de Moçambique. “[E]m virtude [de Banda] trabalhar em estreita cooperação” com o governo português, os “ ‘rebeldes’ do Malawi e a FRELIMO [...] coordenavam as suas acções em conjunto” contra Banda e Salazar. Na Tanzânia havia uma “corrente anti-Banda”, que levou as autoridades portuguesas a reconhecer a importância da “sua cooperação [e] amizade” e de não ser “deixado à deriva”.¹²² As relações entre Nyerere e Banda começaram a sofrer atrito e, durante uma conferência da OUA no Cairo (1964), um dos assuntos discutidos foi o efeito que possíveis sanções económicas contra Portugal e África de Sul (em virtude do seu apoio a uma DUI) teriam sobre o Malawi. H. Banda teve de declarar não apoiar a DUI, mas no caso de o seu país ser prejudicado K. Kaunda prestar-lhe-ia todo o apoio.¹²³

A situação na Zâmbia era diferente do Malawi. Embora tivesse o mesmo problema geográfico do Malawi, Kaunda teve sempre mais relutância na cooperação com Portugal e era mais permissivo à representação de movimentos nacionalistas, já que em Lusaka estavam representados vários movimentos nacionalistas com facções armadas que actuavam na Rodésia, RAS, Angola e Moçambique.¹²⁴ Em 1965, o “principal departamento” externo da UDENAMO estava sediado em Lusaka e a sua abertura regozijou o seu “comandante supremo”, Gwambe, que “agradeceu ao partido governamental da Zâmbia”, o *United National Independence Party*, ter concedido autorização para o seu estabelecimento. Por conseguinte, esperava-se que a UDENAMO e a FRELIMO tentassem operações em conjunto a partir da Zâmbia “contra o seu inimigo comum, Portugal e Rodésia”.

Contudo, suspeitava-se que a presença da UDENAMO em Lusaka estivesse a “provocar embaraços a Kaunda”, pressionado pelo seu partido, devido à preocupação no escoamento dos produtos através de Angola, no caso das negociações com a Tanzânia para a linha férrea

¹²⁰ AHM – FO/007/99: Boletim de Informação do EME, nº 4, Fevereiro de 1965.

¹²¹ Cf. Discurso de Franco Nogueira em visita ao Malawi perante o governo de Blantyre em 30 de Julho de 1967 in MNE, *A Política Externa Portuguesa (1965-1967)*, pp. 123-125.

¹²² ANHFSB – Caixa 4249, peça 14: Informação enviada do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar ao Secretário Adjunto da Defesa Nacional em 25 de Fevereiro 1965.

¹²³ AHD – Maço 1115, PAA, Proc. 960,172: apontamento de conversa entre o Alto-comissário da Rodésia em Londres, Sr. Campbell e o embaixador português em 12 de Agosto de 1964, enviado ao MNE.

¹²⁴ Estavam sediados o ANC, o Pan-African Congress, o Unity Movement of South Africa (UMSA), a SWAPO, a ZAPU e a ZANU, a União dos Povos de Angola (UPA), a FRELIMO, União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a UDENAMO.

comum fracassarem. Kaunda “pretenderia manter boas relações com os portugueses sem no entanto querer cair no desagrado” de outros Estados africanos.¹²⁵ Como exemplo desta atitude ambígua, Kaunda “avisou” os movimentos nacionalistas para que a “Zâmbia não fosse utilizada como ponto de passagem para armamento e abastecimentos”. Apesar de ser contra todas as formas de colonialismo, Kaunda “não poderia tolerar a presença de armas não autorizadas”, por ser “altamente perigoso”, mostrando a sua posição com a prisão de três membros da FRELIMO por posse de armamento. Esta atitude estaria directamente relacionada com um acordo para que Lusaka não permitisse actividades armadas contra a Rodésia, Moçambique e Angola.¹²⁶

Todavia, a sua política começou a abrandar as restrições aos movimentos anti-portugueses, devido a pressões da OUA, à crescente africanização dos seus quadros e o convencimento de que Portugal não poderia utilizar mecanismos de asfixia económica. Kaunda teria afirmado que, até que a linha férrea para Dar-es-Salam não fosse concluída, não poderia desenvolver abertamente qualquer acção contra Portugal nem correr riscos inerentes a um declarado apoio em larga escala aos movimentos subversivos. No entanto, tendia a “fechar os olhos” a actividades de pequena escala, o que levava o governo português a concluir que a Zâmbia favorecia a subversão anti-portuguesa.¹²⁷

Kaunda teria afirmado que pouco ou nada poderia fazer “contra a Rodésia e territórios portugueses devido à sua situação geográfica”, já que todas ligações ferroviárias passam através desses territórios¹²⁸ e que por motivos económicos não mais podia apoiar movimentos angolanos e moçambicanos.¹²⁹ Contudo, como adversário do colonialismo, rejeitava Portugal, Rodésia e RAS, embora a geografia o obrigasse à manutenção de limitadas relações comerciais por motivos económicos, especialmente o escoamento de cobre por Moçambique e por Angola e o fornecimento energia eléctrica para as suas minas por parte da Rodésia. Reconhecendo a debilidade posicional da Zâmbia, Kaunda começou a demonstrar vontade de cooperação com Portugal, com a Rodésia e com a África do Sul. Ordenou prisões e expulsão de elementos da ZAPU e rusgas aos seus escritórios em Lusaka.¹³⁰

¹²⁵ ANHFSB – Caixa 4249, Peça 14: Informação dos SCCIA de 27 de Janeiro, relatando uma notícia de um jornal da Rodésia do Sul de 24 de Janeiro de 1965.

¹²⁶ ANHFSB – Caixa 4340, Peça 8: Notícia do jornal *Southern Africa*, de 17 de Setembro de 1965, intitulada “President Kaunda Warns Against Smuggling Arms”.

¹²⁷ ANHFSB – Caixa 4249, peça 14: Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério de Ultramar, Panorama da Situação Subversiva em Moçambique (Secreto), Relatório de Agosto, Setembro e Outubro de 1965.

¹²⁸ ANHFSB – Caixa 7072, Peça 3: Jornal *Daily Telegraph* de 3 Junho de 1965 através do seu correspondente em Lusaca.

¹²⁹ Idem: Informação da Direcção dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 5 Junho de 1965.

¹³⁰ Idem: Notícia do jornal *Cape Times* de 3 de Abril de 1965.

O *Hinterland* e a Defesa dos Interesses Portugueses

Oliveira Salazar previa que 1964 seria um marco relevante na luta empreendida por Portugal em África: tornou-se activa a OUA criada em 1963, que adoptou a política colonial portuguesa como um dos temas centrais na reunião do Cairo em Julho de 1964 e, segundo F. Nogueira, incentivava os seus participantes a organizarem, operarem e subsidiarem “o terror e a subversão nos territórios portugueses”.¹³¹ Quando se torna inevitável a secessão da Federação é evidente a preocupação do governo português: o surgimento de novos países com governos nacionalistas negros poderia significar a intensificação da subversão em Moçambique e Angola, uma vez que a as suas fronteiras, com milhares de quilómetros, se tornariam mais vulneráveis aos movimentos da guerrilha. Era necessário explorar a “força da geografia” de Moçambique no acesso ao Índico.

Por esse motivo, Portugal teve um interesse muito especial na crise provocada na Rodésia. É impossível exagerar a importância que o porto da Beira teve como ponto de entrada no *hinterland* rodesiano, bem como a tradição de boas relações com o governo de Salisbury. Além do mais, de forma oficial, o governo português afirmou a sua devoção e lealdade ao princípio fundamental de não intervir, de forma unilateral ou por intermédio de organismos internacionais, num assunto que os rodesianos declararam como problema interno.¹³²

Os territórios portugueses na África Austral, no início dos anos 1960, constituíam “a primeira linha de contacto com a África independente” e todos eram hostis à política colonial portuguesa, com ou sem a influência de “interesses exteriores à África”. Por conseguinte, quando se dá a secessão da Federação, Portugal passou a ter uma “fronteira militar” que era a mais extensa da sua história.¹³³

No âmbito da acção política e militar dos movimentos nacionalistas africanos, a África Austral era considerada como um todo, embora pudesse ser vista em três perspectivas diferentes. Nyerere, num artigo da *Foreign Affairs*, afirmava que as colónias portuguesas de Angola e Moçambique, em conjunto com a Rodésia do Sul, a RAS e a Namíbia, representavam cerca de onze por cento do território africano e cerca de doze por cento da sua população, governados “por princípios de desigualdade rática e domínio minoritário”.

¹³¹ Nogueira (1987), p. 291.

¹³² Cf. MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, *A Política Externa Portuguesa (1965-1967)*, Selecção de Textos e Discursos de Franco Nogueira, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1970, pp. 33-35.

¹³³ Nogueira (1987), p. 291.

Adianta que, embora de formas diferentes, os três “bastiões brancos” eram o símbolo da repressão em África: na RAS a doutrina racial orientava a acção governativa e, nos casos de Angola e Moçambique, tratava-se do típico colonialismo europeu; a Rodésia do Sul, se obtivesse sucesso na DUI, representaria “uma expansão do racismo e do fascismo em África e um passo à retaguarda na liberdade em África.”¹³⁴ Por conseguinte, a ligação de Portugal à RAS e à Rodésia poderia ser um golpe profundo no “lusotropicalismo” que, no discurso oficial a partir do início dos anos 1950, havia substituído a supremacia racial branca e colocava o governo português num dilema quanto ao apoio a Ian Smith: por um lado, a ameaça a um idealismo integrador do multirracismo, pedra de toque do colonialismo português; e, por outro, a percepção realista da necessidade de a segurança nas fronteiras de Angola e Moçambique. Adianta Nyerere, que com idealismos à parte, a realidade é que, para os seus regimes políticos, a RAS e Portugal só tinham a ganhar com o sucesso do regime de Smith, pelo menos por “razões geográficas”¹³⁵.

No caso da DUI, para o governo português, seria preferível que a situação interna na Rodésia do Sul fosse controlada por Smith¹³⁶, que era necessário “não desamparar”. Tinha de se considerar as suas incidências directas sobre Moçambique e contra as quais a “neutralidade portuguesa”¹³⁷ poderia não ser suficiente. A deterioração da ordem na Rodésia conduziria a uma escalada incontrolável para os meios que Portugal dispunha em Moçambique, já debilitado a Norte pela acção de Nyerere e infiltrações a partir do Malawi e da Zâmbia.¹³⁸

A ameaça dos movimentos nacionalistas a Moçambique e Angola incrementava com a secessão da Federação. Edgar Whitehead afirmava em entrevista ao jornal *Spectator* que “Moçambique não poderia sobreviver se fosse instalado um regime nacionalista africano na Rodésia ou se a sua [Rodésia do Sul] economia colapsasse”¹³⁹. Num artigo do jornal *Jeune Afrique* sobre a Niassilândia, em Setembro de 1962, o articulista refere que o Malawi “constituirá uma ameaça constante a todos os territórios do Leste africano que vivem ainda sob o jugo colonial, em especial para Moçambique”. Da Niassilândia poderiam partir

¹³⁴ NYERERE, Julius, “Rhodesia in the Context of Southern Africa”, *Foreign Affairs*, 44 (3), pp. 374-381.

¹³⁵ *Ibidem*.

¹³⁶ Salazar considerava Ian Smith como um moderado dentro do quadro político rodesiano, já que havia ainda a possibilidade de Smith ser substituído pelo seu Ministro do Interior, W. J. Harper, um extremista racial que se opunha ao conceito português de sociedade multi-racial. Por outro lado, os dirigentes negros Joshua Nkomo e o Reverendo Ndabaningi Sithole não pareciam reunir suficiente apoio das populações africanas.

¹³⁷ Oficialmente a neutralidade portuguesa na crise rodesiana estava baseada em dois factores: o direito do livre-trânsito e acesso aos mares de soberania portuguesa aos países interiores; e o entendimento de que o problema rodesiano era da exclusiva responsabilidade do governo britânico.

¹³⁸ JARDIM, Jorge, *Rodésia. O Escândalo da Sanções*, Lisboa: Editorial Intervenção, 1978, p. 37.

¹³⁹ *Apud*, Nyerere, p. 383.

“comandos nacionalistas [...] para as regiões ocupadas pelos portugueses. Mas a instalação de bases nacionalistas moçambicanas poderia ter como consequência o encerramento da única abertura da Niassilândia para o mar através da Beira”.¹⁴⁰

Para Moçambique, o *hinterland* desempenhava um papel fundamental na esterilização dos movimentos nacionalistas. Por essa razão, para o governo português tornava-se fundamental que os países limítrofes não ameaçassem Moçambique. Dos territórios sob controlo de governos brancos, Moçambique era o menos preparado para uma luta contra-subversiva. Com a secessão da Federação e com o apoio de Nyerere, chegava às fronteiras de Moçambique o perigo real da guerrilha nacionalista e revolucionária. De facto, os ataques dos rebeldes no Norte de Moçambique, a partir de 1962, deixavam a “população nervosa” e mostravam que os serviços de informações não “conseguiram lidar com a necessidade crescente de obter informações”. Apesar de o dispositivo militar ter sido reforçado com tropas vindas de Angola, havia muita dificuldade em lidar com as táticas subversivas, pois só as que tinham experiência de combate em Angola eram adequadas a esse tipo de combate.¹⁴¹

O clima de insegurança em Moçambique estava tão vincado que, segundo Harry Reed, Cônsul dos EUA em Lourenço Marques, a maior parte da população europeia demonstrava uma “tendência extraordinária em abandonar” a província. Havia o reconhecimento de que “seriam incapazes de resistir a uma onda forte de terrorismo” como tinha acontecido em Angola. Havia também fortes indícios, e “defendiam-se opiniões”, para abandono da região Norte de Moçambique e para o estabelecimento de “uma ligação estreita com a África do Sul que pudesse ser mesmo de absorção”.¹⁴² A opinião de Reed parecia ser fundamentada por uma ideia expressa por Winston Field, quando, numa rádio espanhola, referiu a “necessidade de uma sólida defesa contra os perigos do pan-africanismo a sul do Zambeze”. Esta ideia deixou apreensivos os responsáveis portugueses em Moçambique, porque deixava perceber que para os responsáveis rodesianos o Norte de Moçambique não poderia ser defendido, causando embaraço a Winston Field, levando-o a expressar ao Cônsul português que, na opinião “dos militares [rodesianos] responsáveis”, a “própria defesa da Rodésia do Sul dependia da manutenção na íntegra da soberania portuguesa sobre Angola e Moçambique”.¹⁴³

O governo português considerava para Moçambique três tipos de ameaças: “a subversão por infiltração de terroristas de além fronteiras” com origem na Tanzânia; a tentativa de

¹⁴⁰ AHD – Maço 1098, PAA, Proc. 950,17.

¹⁴¹ FRUS, 1964-1968, Vol. XXIV, 432: *Paper Prepared in The Department of State*. Traduz a avaliação do departamento da evolução da luta em Moçambique.

¹⁴² ANHFSB – Caixa 4249, peça 14: Informação nº 296 SCCI em 19 Abril 1965.

¹⁴³ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Carta enviada por Pereira Bastos, Cônsul de Portugal em Salisbury, ao Director do SCCIM, em 14 de Maio de 1964.

controlo da costa moçambicana, nomeadamente dos portos da Beira e de Lourenço Marques, que em “mãos poderosas [da Grã-Bretanha e EUA] serviriam para controlar e até dominar” o interior; e as pretensões territoriais “dos vizinhos ao norte [Tanzânia e Malawi]”.¹⁴⁴

Factos iniludíveis em Moçambique eram a FRELIMO, principal movimento de libertação, e as zonas com “mais actividades terroristas” as “que confinavam com a fronteira da Tanzânia”, onde contava com “bases para treino, de reabastecimento, de comando, de recuperação humana e material”.¹⁴⁵ Contudo, a possibilidade de haver uma acção armada, convencional e coordenada contra os territórios portugueses não era, de facto, real.¹⁴⁶

O Acesso do *hinterland* ao Mar: Fonte de Poder

Em 1963, Oliveira Salazar reproduzia o seu pensamento acerca do papel de Moçambique na África Austral: a importância do porto de Lourenço Marques e a “legítima ansiedade das Rodésias quanto às ligações com o mar”; e as “ambições muito correntes dos Estados limítrofes, do Tanganica e do Niassilândia”, ávidos da saída dos portugueses para poderem expandir-se para o Índico.¹⁴⁷ De facto, a geografia era ditadora para o *hinterland* rodesiano e, do ponto de vista político, apesar de a DUI poder ser contraproducente para Portugal, era favorável no plano da segurança na fronteira com Moçambique.

Após a DUI, vários delegados africanos na ONU intimaram a Grã-Bretanha a pressionar, se necessário pela força, os governos de Portugal e da RAS por causa do apoio que alegadamente prestavam a Ian Smith. Mas foi o representante indiano que sublinhou o aspecto fundamental, ao afirmar que Moçambique, Rodésia, Angola, Zâmbia e Malawi formavam um todo. Do *hinteland* (Rodésia, Zâmbia e Malawi) podiam partir guerrilhas, mas quem controlasse o acesso ao mar, controlava o *hinterland*. A Rodésia tinha saídas pelo território sul-africano, mas de difícil travessia e com milhares de quilómetros, enquanto a Beira e Lourenço Marques eram os portos naturais da Rodésia. “Queria este facto dizer que a sobrevivência da Rodésia [...] estava inteiramente nas mãos do governo de Lisboa” que “podia aguentar ou quebrar [a Rodésia] consoante as suas conveniências”.¹⁴⁸

¹⁴⁴ MNE, *A Política Externa Portuguesa (1965-1967)*, pp. 111-112.

¹⁴⁵ ANHFSB – Caixa 4249, peça 14: Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, “Panorama da situação subversiva em Moçambique” referente a Abril de 1965.

¹⁴⁶ MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, *Portuguese Foreign Policy*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1967, p. 49.

¹⁴⁷ *O Ultramar no Pensamento de Salazar (Antologia)*, Lisboa: Gráfica Boa Nova, (s.d.), pp. 26-27.

¹⁴⁸ Nogueira (1987), p. 320.

Quando foram decretadas as sanções económicas e políticas à Rodésia, havia muitas dúvidas acerca da possibilidade de o governo de Smith poder aguentá-las, em especial no caso do petróleo. Essa era também a dúvida de Salazar, mas o importante “era auxiliá-la no máximo possível” para evitar o que pensava “ser uma catástrofe para todo o sul do continente” e “muito claramente” para Portugal. Segundo o governo português, a política britânica pretendia impor um governo de maioria negra na Rodésia que se traduziria numa “transformação rápida e brutal”. Essa transformação levaria Kaunda e Banda a soçobrar, o que equivaleria a dizer que a política britânica teria como resultado final “cercar Moçambique de tanzânios (sic.)” e que a “salvação de Moçambique” residia no insucesso da política britânica.¹⁴⁹ De facto, havia a certeza de que um “governo de maioria negra” em Salisbury provocaria “o pânico nos brancos, uma crise económica e financeira, de que os restantes países africanos [Tanzânia e Gana]” eram “a demonstração quotidiana”, e lançaria a Rodésia no “massacre e no caos”. Por isso, para o governo português, tratava-se de um “problema vital”. As negociações tripartidas entre Portugal, a Zâmbia e o Malawi para tratar do assunto do abastecimento de combustíveis a partir dos portos de Moçambique, “enraizaram [...] a convicção [de Salazar] de que tudo em África, a Sul do Zaire e do Rovuma” se poderia salvar para o “ocidente, para a sua política e para a civilização” se não “se perdesse a Rodésia”.¹⁵⁰

Após a DUI, e perante a decisão do CS da ONU de 22 de Novembro de 1965, o governo português é chamado a pronunciar-se quanto às sanções a aplicar à Rodésia. À primeira vista, “a orientação a seguir” seria a aplicação das sanções à Rodésia. Mas algumas questões foram formuladas no seio do governo português: “Aplica ou não sanções à Rodésia? Participa no embargo do petróleo? Quais são os interesses de curto e longo prazo?” Estas questões colocavam Portugal no centro de um dilema: optar pela aplicação das sanções e assim “conciliar [...] a boa vontade” dos países afro-asiáticos, hastear a “política portuguesa multirracial”, amenizar o confronto na ONU e assegurar as boas relações com a Grã-Bretanha e com os EUA que “neste particular apoiam a Grã-Bretanha”; ou, então, apoiar o governo de Ian Smith e estar preparado para ser alvo das mais variadas pressões.¹⁵¹

A problemática na África Austral para os interesses portugueses podia ser apresentada de uma forma favorável, desde que se garantisse que os países fronteiriços de Angola e Moçambique não fossem hostis a Portugal. Se Portugal aplicasse as sanções à Rodésia, também as estava a aplicar, de forma indirecta, à Zâmbia, porque o trânsito tinha que passar

¹⁴⁹ Cf. Carta de Salazar a Marcelo Mathias em 22 de Fevereiro de 1966 In Serrão, pp. 549-550.

¹⁵⁰ Carta de M. Mathias a Salazar em 4 de Março de 1966 in Serrão, p. 553. Ver também Antunes (1996), p. 213.

¹⁵¹ Nogueira (1987), p. 321.

pela Rodésia e não era crível, sendo alvo de sanções, que o permitisse. Além do mais, surgia um outro problema: “em que medida era lícito a um país marítimo negar ou interferir na liberdade de trânsito e tráfego legítimo de e para um país interior?”¹⁵² As convenções internacionais impunham aos países marítimos a obrigação de não interferir no tráfego legítimo entre países litorais e os interiores.

Em 1963, Salazar considerava inevitável o agravamento da guerra em Angola e, na Guiné e em Moçambique, haveria que enfrentar um conflito que “se iniciaria por incursões” na fronteira e queria evitar o conhecimento público da “colaboração da África do Sul e da Rodésia”, por não haver interesse no conhecimento de alianças com países de tendência racista que prejudicavam a “imagem internacional de Portugal”. De facto, antevia uma “Comunidade Lusíada” como produto da unidade “supra-nacional dos povos que haviam recolhido a influência da língua e da cultura portuguesas”. Além disso, com o passar do tempo, Salazar previa que a “virulência das atitudes” da Grã-Bretanha viessem a culminar num “compromisso” entre duas visões para África, sendo Portugal a “ponte” entre os blocos “raciais extremistas” que viriam a formar-se. A solução para os problemas que então emergiriam em África seriam de natureza política, havendo “necessidade de angariar amigos” e converter em aliados os governos da Rodésia do Norte e da Niassilândia.¹⁵³

Os interesses da Zâmbia, exclusivamente ligados à dependência geográfica dos territórios portugueses, levaram Kaunda a “não autorizar as actividades livres das organizações anti-portuguesas”, para além daquelas “confinadas a Lusaka”. A sua dependência geográfica obrigou-o a um projecto conjunto com a Tanzânia para a construção de uma linha de caminho-de-ferro e, ao mesmo tempo, a elaboração de “um instrumento de direito internacional que liberalizasse o acesso ao mar a países interiores”.¹⁵⁴ A situação na Zâmbia, caso ocorresse a DUI, iria fazer vacilar Kaunda devido às inevitáveis pressões dos países africanos, sendo também possível que a parte mais extremista do seu governo se manifestasse. Não se podia deixar de ter em conta que a Zâmbia servia de base de apoio para acções contra Moçambique e Rodésia do Sul.¹⁵⁵ De facto, pelas divisões partidárias e lutas tribais na Zâmbia, Kaunda teria muita dificuldade em lidar com as pressões internas, pelo que o

¹⁵² *Ibidem*, p. 322.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 35.

¹⁵⁴ ANHFSB – Caixa 4249, peça 14: Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério de Ultramar, Panorama da Situação Subversiva em Moçambique, Relatório de Abril de 1965.

¹⁵⁵ ANHFSB – Caixa 6979, peça 5: Apontamento da reunião com o chefe da “Intelligence” da Rodésia do Sul em 4 e 7 de Setembro 1964, durante a visita de Ian Smith a Lisboa.

governo português não poderia contar com o seu apoio na defesa dos seus interesses, embora qualquer oportunidade não fosse de descartar por ser um país “sem acesso a oceanos”.¹⁵⁶

A interioridade da Zâmbia era vista por Salazar no âmbito das obrigações internacionais de Portugal como meio de levar Kaunda a cooperar. Em 5 de Novembro de 1965, na eminência da DUI, Portugal assegurou a Hastings Banda que não deixaria asfixiar a Zâmbia se houvesse uma reacção agressiva de Londres. Banda, uns dias depois, informava Salazar “das aflições da Zâmbia e da necessidade de acesso “aos transportes do Malawi”. O objectivo de Salazar tinha sido alcançado: levar H. Banda a convidar Portugal para uma cooperação bilateral.¹⁵⁷ Em Dezembro, o governo britânico e o Ministro dos Estrangeiros da Zâmbia, solicitavam autorização para sobrevoar Moçambique para abastecer combustível à Zâmbia através de uma ponte aérea. Tornava-se clara a importância estratégica de Moçambique na região, levando F. Nogueira a afirmar que Portugal era em África “uma potência de tomo”.¹⁵⁸

Contudo, a certeza da construção linha férrea Zâmbia-Tanzânia fá-lo-ia rever essa opinião.¹⁵⁹ Banda, que desde o início tinha adoptado uma política de cooperação com Portugal, recebe ferozes críticas de políticos africanos e chega a propor a compra da linha de caminho-de-ferro da Trans-Zambézia e do caminho-de-ferro Centro-Africano.¹⁶⁰ De facto, quando os governos de Lisboa e de Salisbury reconhecem que há vontade da China e da URSS em patrocinarem a ligação ferroviária Tanzânia-Zâmbia, a importância dos territórios portugueses no controlo do *hinterland* começava a desvanecer-se. Face a esta situação, tem lugar em Salisbury uma série de reuniões ao mais alto nível¹⁶¹ entre representantes de Portugal e da Rodésia.¹⁶²

O projecto da ligação entre Lusaka e Dar-es-Salam nasceu em 1962, quando a UNIP subiu ao poder e pretendeu tornar a Zâmbia “independente da Rodésia e de Portugal” em matéria de transportes. Quando Ian Smith declarou a DUI, Kenneth Kaunda decidiu prosseguir o projecto de ligação à Tanzânia e a Nyerere, mostrando-se determinado nesse empreendimento. Embora vários estudos mostrassem que a ligação não teria viabilidade económica, o governo

¹⁵⁶ Nogueira (2000c), p. 42.

¹⁵⁷ ANTUNES, José Freire, *Jorge Jardim Agente Secreto*, Venda Nova: Bertrand Editora, 1996b, pp. 213-214.

¹⁵⁸ Nogueira (2000a), p.157. O ministro zambiano fez o pedido através de Vasco Garin em Washington.

¹⁵⁹ ANHFSB – Caixa 7072, peça 3: Relatório de situação da Zâmbia em 5 Maio de 1965.

¹⁶⁰ Nogueira, (2000c), p. 42.

¹⁶¹ Portugal estava representado, entre outros, por Freitas Cruz e por Alexandre Ribeiro da Cunha (Inspector Superior do Ministério do Ultramar) e do governo de Salisbury faziam parte, entre outros, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Director da CIO, Ken Flower.

¹⁶² A questão da ligação ferroviária da África Central para Norte remontava a Cecil Jonh Rhodes que pretendia a ligação do “Cabo ao Cairo”, posteriormente aos alemães do “Tanganica North Road” e também os colonos ingleses na região nunca deixaram de pensar nessa ligação. Em 1955, é efectuado o primeiro estudo completo e, embora tivesse validade político-estratégica, conclui-se que não tinha viabilidade económica.

rodesiano e o governo português achavam que, por motivação política, os chineses estavam dispostos ao seu financiamento, para mostrar aos EUA, à URSS e ao Ocidente a sua determinação em “estender a sua esfera de influência ao centro e Sul da África”. Kaunda, por sua vez, tinha vindo a demonstrar-se mais hostil¹⁶³ e “menos dependente”, o que demonstrava que o projecto da linha era para levar a cabo, tornando o empreendimento como “séria ameaça”, não apenas pela “expansão do comunismo”, mas também pelo facto de retirar importância aos territórios portugueses e à Rodésia para acesso ao mar.¹⁶⁴

A principal fonte de poder que os governos portugueses e rodesianos dispunham, para influenciar o governo da Zâmbia em não apoiar os movimentos nacionalistas e subversivos que actuavam em Moçambique, Angola e na Rodésia, começava a ser posto em causa. Além do mais, a penetração da China comunista no Sul da África poderia também pôr em causa os governos “pró-ocidentais” do Malawi e da República Malgaxe, o que poderia exigir apoio militar por parte de Portugal, Rodésia e RAS.¹⁶⁵

¹⁶³ Um bom exemplo dessa hostilidade foi o discurso de Kaunda dirigido ao povo zambiano no qual acusa Portugal, RAS e Rodésia de o pretenderem derrubar e que as suas posições racistas dariam “origem a uma grande guerra entre aqueles Estados e todos os países africanos” (ANHFSB – Caixa 5701, Peça 5: Notícia do jornal sul-africano UMAFRICA de 15 de Maio de 1967 intitulada “O Senhor Kaúnda Fala Mal dos Europeus, Porque Eles Também Falam Mal Dele”)

¹⁶⁴ ANHFSB – Caixa 4340, Peça 8: Relatório de três reuniões ocorridas em Salisbury entre as autoridades rodesianas e portuguesas, ocorridas entre 23 e 25 de Setembro de 1968, sobre a ligação ferroviária entre a Tanzânia e a Zâmbia.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

CAPÍTULO 3 – AS RELAÇÕES COM SALISBURY (1963-1965) E A DUI

O Aprofundamento das Relações

A decisão de Salisbury em alcançar a independência e enfrentar as consequências era bem aceite em Lisboa. Portugal não aceitaria participar nas sanções, fechar os seus portos de Moçambique, a ligação por caminho-de-ferro ou o oleoduto para a Rodésia. Seria óbvio que, após a DUI, continuasse a apoiar Salisbury, embora os desenvolvimentos decorrentes do período político interno na Rodésia, desde que Ian Smith assumiu a chefia do governo, contrariassem o discurso oficial da integração racial nos territórios portugueses.

A questão da segregação racial preocupava sobremaneira os responsáveis portugueses e era interesse português que a situação política na Rodésia caminhasse para o multirracialismo, em que “o acesso dos africanos às camadas dirigentes” se fizesse “pelo mérito de cada um”. Esta preocupação vinha da ligação que se fazia do regime de Ian Smith à RAS e, quanto maior fosse a pressão feita sobre a Rodésia, mais probabilidade havia de cair na sua órbita. Para Lisboa, era muito importante o papel que Portugal poderia desempenhar no sentido de apoiar Smith através de Angola e Moçambique para criar uma “faixa territorial multirracial” que englobasse Angola, Rodésia e Moçambique, “servindo de tampão entre os Estados pan-africanos do Norte e a África do Sul de exclusiva dominação branca”.¹⁶⁶ Portugal estava novamente colocado num dilema: uma posição de simpatia e cooperação com Salisbury; e a relutância em alinhar com países que, para africanos e ocidentais, representavam a segregação racial.

Não obstante o apoio português e sul-africano, muito da decisão para a DUI passava pela política interna na Inglaterra, e o governo português dispunha de informação segura de que a decisão de Smith poderia ser tomada depois das eleições de Novembro de 1964. No caso de uma vitória dos conservadores, a situação de impasse não se alteraria e “oportunamente seriam tomadas as medidas” apropriadas. Mas, no caso de os trabalhistas saírem vencedores das eleições, a situação seria mais favorável a uma DUI, porque havia a certeza de que convocariam uma “conferência constitucional para a Rodésia”, o que representava um “excelente motivo” para a sua declaração. De facto, utilizando o argumento de que a

¹⁶⁶ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 950,172: Informação de Freitas Cruz para F. Nogueira em 6 de Dezembro de 1965 que traduz a sua opinião favorável em relação a uma artigo do jornal *Rhodesia Herald*, intitulado “Smith is «something of hero» among the Portuguese in Beira”, através de um seu correspondente na Beira que exprime o interesse português na existência de um regime multirracial na Rodésia.

“Constituição de 1961” já tinha sido aprovada por “larga maioria” da população rodesiana, não legitimava essa opção britânica. Também havia quase “a certeza”¹⁶⁷, por parte de Salisbury, que no caso de uma DUI a força militar não seria empregue.¹⁶⁸

A DUI esteve intimamente ligada à ascensão de Smith, cuja motivação principal consistia na preservação do governo branco sem interferências da Grã-Bretanha. O mais importante para os cerca de 270000 europeus era evitar que “os nacionalistas negros chegassem ao poder”¹⁶⁹. A sua ascensão teve como principal motivo o facto de alguns ministros do partido *Rhodesian Front* não terem perdoado ao então primeiro-ministro, Winston Field, o facto de ter participado na conferência de *Victoria Falls* em Março de 1963, patrocinada pela Grã-Bretanha, para discutir a dissolução da Federação e não ter conseguido a independência da Rodésia.¹⁷⁰ Todavia, na Rodésia a DUI não era unânime, já que apenas eram os políticos com estreita ligação à RAS os mais inclinados em levá-la a cabo. A *Central Intelligence Organization* (CIO) tinha avaliado a DUI como “insustentável” e poderia falhar.¹⁷¹

Contudo, dada a insistência de Smith, a CIO, numa avaliação externa das consequências da DUI, informou que a atitude mais desfavorável viria certamente da Grã-Bretanha, pelo menos por causa da sua opinião pública, perante a possibilidade de emergir mais um Estado segregacionista. A atitude mais favorável viria “inequivocamente” da RAS, embora o governo de Verwoerd se mantivesse afastado do que se passava em Salisbury.¹⁷²

Portugal, que desde o final da 2ªGM vinha, timidamente, estreitando relações de cooperação com Salisbury, tinha acompanhado todos os desenvolvimentos da possibilidade da secessão da Federação com alguma apreensão e não tinha a certeza que um governo branco se mantivesse no poder. Por causa desta dúvida, as questões militares e de segurança eram tratadas com algum distanciamento e ao mais baixo nível das organizações. De facto, a possibilidade de alguns oficiais regressarem a Inglaterra ou de prestarem serviço noutra país da *Commonwealth* como, por exemplo, o Gana, Tanganica ou União Indiana, levantava o

¹⁶⁷ Não era lógico que as forças britânicas e as rodesianas, intimamente relacionadas desde a II Guerra Mundial, onde combateram juntas em unidades mistas, contra os alemães pudessem vir a combater (Smith, pp. 109-110).

¹⁶⁸ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Carta enviada pelo Embaixador Português em Londres ao MNE em 28 de Agosto de 1964.

¹⁶⁹ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Cf. Notícia do jornal rodesiano “*The Nationalist*”, de 10 de Novembro de 1964, com o título “*Man On The Back Of a Tiger*”.

¹⁷⁰ FLOWER, Ken, *Serving Secretly. An Intelligence Chief on Record Rhodesia into Zimbabwe (1964-1981)*, London: Jonh Murray Publishers, 1987, pp. 25-26.

¹⁷¹ *Ibidem*, pp. 31-32.

¹⁷² As relações entre a RAS e a Rodésia eram muito próximas, embora nem sempre amigáveis, desde que em 1922 a Rodésia tinha rejeitado integrar a União Sul-Africana e de alguns proeminentes políticos do governo da RAS terem tomado partido das forças alemãs durante a 2ªGM (*Ibidem*, pp. 35-36).

perigo de fuga de informação, desaconselhando o estreitamento em “conversações de natureza tão delicada”.¹⁷³

As relações entre Portugal e a Rodésia do Sul eram escassas e as que existiam eram efectuadas através do Consulado em Salisbury, mas de “baixo nível”. A primeira importante mudança no nível das relações aconteceu em Julho de 1964, quando o Cônsul de Portugal, Pereira Bastos, informou o Secretário dos Assuntos Exteriores e de Defesa da Rodésia, Benoy, que “Portugal estava preparado para reconhecer qualquer governo da Rodésia do Sul, baseado ou não na DUI. Se, no caso da DUI, a Rodésia fosse alvo de embargos ou boicotes, Portugal iria fazer os possíveis para os mitigar”. A intenção do governo português não era apenas relativa a questões económicas, estava também “ansioso por uma mais estreita colaboração, podendo disponibilizar instalações militares em Moçambique se as circunstâncias o exigissem”.¹⁷⁴ De facto, a proposta de P. Bastos representava uma vontade de estreitamento político com a Rodésia, a qual, se assim fosse entendida ao mais “alto nível” governativo, poderia servir de lubrificante para relações mais estreitas. Concretamente, Bastos mencionou que “se à Rodésia fosse decretado o embargo de combustíveis”, seriam colocados em terreno uma “equipa de peritos em abastecimento de combustíveis para providenciar o abastecimento” a partir de Moçambique.¹⁷⁵ De acordo com um relatório da CIO a aproximação de Portugal à Rodésia parece ter sido facilitada pelas “tendências da África do Sul” a uma possível integração de Moçambique se “a situação na Rodésia se deteriorasse de forma séria”.¹⁷⁶ Além disso, o governo português estava mais inclinado para estreitar relações com a Rodésia do que com a RAS, por ser um regime mais moderado.¹⁷⁷

As relações oficiais entre Lisboa e Salisbury tornaram-se tecnicamente mais difíceis quando, por “necessidades de compressão económica”, retiraram o conselheiro rodesiano adido à Embaixada Britânica em Lisboa e passou a ser Evan Campbell, Alto-Comissário em Londres, a assegurar os contactos, embora fosse “interesse da Rodésia do Sul manter íntimas relações com Portugal e com as províncias de Angola e Moçambique”. Ian Smith desejava constituir “grupos de trabalho” que se reunissem em Lisboa, Luanda, Lourenço Marques e Salisbury para tratarem de “assuntos de interesse comum”. Para Lisboa havia a necessidade de aprofundamento das relações, embora houvesse já um “excelente entendimento” entre os

¹⁷³ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Informação recebida do Consulado de Portugal em Salisbury em 1 de Junho de 1963.

¹⁷⁴ Flower cita um relatório da CIO, pp. 31-32.

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 33.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 33.

¹⁷⁷ Oliveira, p.306.

dirigentes da CIO e os serviços de informação portugueses, em especial na província de Moçambique.¹⁷⁸

A vontade do governo português em estreitar relações com a Rodésia ao mais “alto nível” foi operacionalizada oficialmente quando o Consulado de Salisbury passou a ser chefiado por João de Freitas Cruz, que tinha sido “secretário pessoal” de Salazar e o conhecia em profundidade.¹⁷⁹ O Consulado-Geral de Portugal em Salisbury exerceu as suas funções em “toda a amplitude e importância de uma Embaixada”, estando dotada de todos os funcionários para essa função.¹⁸⁰ Freitas Cruz tornou-se um elemento chave, tanto nas relações entre Lisboa e Salisbury, como na promoção dos interesses portugueses na África Austral, por ser muito considerado no meio político rodesiano, permitindo-lhe reunir regularmente com figuras políticas proeminentes.¹⁸¹ Em Maio de 1965, durante uma festa comemorativa da subida ao poder de Smith, Freitas Cruz foi alvo de máximo destaque na mesa do primeiro-ministro onde pontificavam apenas o representante diplomático sul-africano e um magnata financiador do *Rhodesian Front*.¹⁸²

Todavia, havia uma certa apreensão por parte dos rodesianos ao reconhecerem que o governo português teria de escolher entre a Grã-Bretanha, sua “velha aliada”, e os seus mais “recentes parceiros em África”. A História mostrava que a decisão se inclinaria para a Grã-Bretanha¹⁸³, mas foi sendo refutada pelo conhecimento do ressentimento que Lisboa sentia pela atitude britânica face ao sucedido na Índia em 1961. De facto, Freitas Cruz afirmou a Smith que o sentimento de “traição” da sua “velha aliada” tinha “prevalecido” sobre qualquer outra consideração, por ser um sentimento recente e sobrepor-se ao “agradecimento português durante as Guerras Peninsulares”.¹⁸⁴

¹⁷⁸ AHD – Maço 1115, PAA, Proc. 960,172: apontamento de conversa entre o Alto-comissário da Rodésia em Londres, Sr. Campbell e o embaixador português em 12 de Agosto de 1964, enviado ao MNE.

¹⁷⁹ Flower, p. 33.

¹⁸⁰ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Informação de serviço do MNE elaborada por Nunes Portela em 23 de Maio de 1974 acerca das relações políticas entre Rodésia e Portugal.

¹⁸¹ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Aerograma recebido do Consulado de Salisbury em 12 de Fevereiro de 1965.

¹⁸² Idem: Telegrama recebido do Consulado de Salisbury em 21 de Maio de 1965.

¹⁸³ As informações que a *Central Intelligence Organization* (CIO) dispunha, de fontes britânicas, indiciavam que o governo português iria privilegiar os britânicos, porque privilegiavam os mais fortes. Tal como afirmava o um oficial de ligação da *Intelligence* britânica em Salisbury, os rodesianos seriam abandonados pelos portugueses, bastava lembrarem-se da I Guerra Mundial em que os portugueses “tinham sido mais um estorvo que uma ajuda e a sua alegada neutralidade na II Guerra Mundial favoreceu mais os alemães que do que os Aliados” (Flower, *Cit.*, pp. 33-34).

¹⁸⁴ Ibidem, p. 34.

Pressões e Ameaças Comuns: O Catalisador

O aprofundamento das relações entre a Rodésia e Portugal foi sendo alimentado pela partilha da visão que ambos governos tinham das ameaças aos seus interesses: para o governo português, o surgimento dos movimentos independentistas em Moçambique; para a Rodésia do Sul, a possibilidade de vir a ter um governo negro que retirasse aos brancos o controlo da situação política e o seu nível de vida. Estas ameaças não eram consideradas em separado.

Tal como Salazar, também Ian Smith apresentava “um certo sentimento anti-americano e mesmo anti-britânico, criticando a ingenuidade” de ambos países nos assuntos relativos a África. A política de descolonização britânica, encarada como séria ameaça aos territórios portugueses, se aplicada na Rodésia do Sul, seguiria o mesmo caminho que até então tinha sido o padrão: garantir o acesso ao poder político à maioria negra.¹⁸⁵

H. Reedman, “representante diplomático” da Rodésia em Lisboa, apresentava, de forma muito clara as ameaças à Rodésia e a Portugal: alguns países da Commonwealth davam “facilidades para treino a nacionalistas africanos sabotadores (sic)”; o bloco “afro-asiático era um monstro implacável”; a África podia tornar-se “serva da subversão asiática; e a política britânica e norte-americana, que promovia o princípio “*one man one vote*”, levaria a uma “*trash democracy*” na Rodésia.¹⁸⁶ Para Salisbury, a vontade britânica conduziria a Rodésia “à ruína” e afectaria o território de Moçambique, o que não seria permitido “em nenhuma circunstância”, porque a Rodésia e Portugal tinham como “causa comum” a “civilização”.¹⁸⁷

Os acontecimentos em Angola, na Índia Portuguesa e a independência do Tanganica “estimularam o sentimento patriótico” nas populações indígenas de Moçambique.¹⁸⁸ Os principais movimentos moçambicanos começaram a estruturar-se no seio das comunidades emigradas nos países vizinhos, Tanganica (em 1961), Zâmbia e Malawi (em 1964). A União Nacional Africana de Moçambique (MANU) foi fundada no Tanganica em 1959 com o intuito de reunir Macondes moçambicanos aí residentes, para os “orientar subversivamente” sob as ordens de Julius Nyerere. A União Democrática Nacional de Moçambique

¹⁸⁵ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Transmissão Imediata de Notícias por Aerograma de Salisbury em 26 de Abril de 1965, contendo uma informação acerca de declarações de Ian Smith durante um jantar oferecido ao Comandante da Região Aérea de Angola, Brigadeiro Simão Portugal.

¹⁸⁶ Idem: Notícia do jornal *Daily Express*, de 25 de Setembro de 1965, intitulada “No-Yes-No Envoy steps up Storm”.

¹⁸⁷ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Notícia do jornal *Times*, de 25 de Setembro de 1965, intitulada “Rhodesia Envoy Puts the Case for Independence”.

¹⁸⁸ A situação sócio-económica em Moçambique caracteriza-se pela obrigatoriedade de adopção de culturas, deficientes remunerações, deslocalização de populações e trabalho obrigatório, propiciando o surgimento de políticas “de resistência anticolonial” e independentista (Garcia, *Cit.*, p. 130).

(UDENAMO) foi criada em 1960 na Rodésia do Sul, integrando principalmente trabalhadores aí emigrados e, para além do seu cariz anticolonial, “denunciava os acordos económicos” entre Portugal, RAS e Rodésia do Sul. Em 1961 surge a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI) baseada na Niassilândia e com forte implantação no Distrito de Tete. Em 1962, com a finalidade de “coordenar as acções” dos diversos movimentos, e sob a pressão de Nkrumah e Julius Nyerere, é criada a FRELIMO como resultado da junção entre a UDENAMO, MANU e UNAMI.¹⁸⁹ De facto, o principal movimento nacionalista em Moçambique, a FRELIMO, tinha estreita ligação com os movimentos dos países limítrofes, donde se releva a extrema importância das boas relações com os seus governos.

Coordenado com o governo português, em Julho de 1963, o Governo da Rodésia do Sul submete ao Parlamento uma proposta para proibir a implantação de movimentos nacionalistas com actividades subversivas dirigidas contra a RAS, Moçambique e Angola.¹⁹⁰ Em 21 e 24 de Agosto de 1964 a UDENAMO e o MANU iniciaram acções violentas em Cabo Delgado e, em Setembro desse ano, a FRELIMO iniciou a sua luta armada. A acção desencadeada em Cabo Delgado estendeu-se a todo o Norte do território em grande parte devido às facilidades concedidas à FRELIMO pela Tanzânia e pelo Malawi.¹⁹¹ Quando a subversão eclodiu no Norte de Moçambique, não havia meios militares suficientes e houve necessidade de deslocar unidades, enfraquecendo o dispositivo já de si insuficiente. Começava a cimentar-se a importância do apoio aos governos da Rodésia do Sul, ainda colónia britânica.

Para o governo português, os interesses “que ligavam a Rodésia e Portugal” eram resultantes da circunstância de se tratar de territórios limítrofes “com problemas comuns”, que não podiam “ser ignorados”, e nos quais se iria colocar todo o empenho para a sua resolução.¹⁹² Para o governo britânico, as razões para Lisboa apoiar Salisbury residiam na necessidade de ter em África governos brancos que comungassem os interesses e estar contra a atitude britânica de conceder independências às suas colónias.¹⁹³ Todavia, a História recente de África era o argumento mais irresistível que Salisbury tinha para obter a independência.¹⁹⁴ Com aquilo que se tinha passado com a política de independências britânica, Ian Smith não

¹⁸⁹ Ibidem, pp. 127-135.

¹⁹⁰ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Notícia do jornal *Izvestia* de 7 de Julho de 1963 enviado pela Embaixada de Portugal em Viena.

¹⁹¹ Garcia, pp. 176-180.

¹⁹² AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Aerograma expedido da Delegação Portuguesa ao Conselho da OTAN para MNE em 16 de Setembro de 1965 com o relato da reunião.

¹⁹³ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960,172: De acordo com um programa da *BBC*, “Home Service” e relatado pela Direcção Geral dos negócios Políticos do MNE.

¹⁹⁴ Cf. SMITH, Ian, *The Great Betrayal – The Memoirs of Ian Douglas Smith*, London: Blake Publishing, 1997, pp. 107-108

compreendia a sua posição em relação à Rodésia. O Gana foi a primeira independência concedida pela Grã-Bretanha em 1957, denominada de “glorioso exemplo” da política colonial britânica, redundou em poucos anos numa ditadura de partido único liderada por Nkrumah, na ruína da sua economia, na prisão e eliminação dos seus adversários políticos, e numa conta multimilionária do seu presidente no exterior. Em 1960 foi a Nigéria, onde teve lugar uma guerra civil por questões religiosas e onde a corrupção levou a economia à ruína em pouco tempo. Seguidamente foi a vez de Tanganica, Uganda e Quênia com iguais resultados. A Smith surgia então a questão central no relacionamento com Londres: por que é que à Rodésia, “com créditos firmados em quarenta anos de “*self-government*”, não podia ser concedida a independência?¹⁹⁵

Na política interna da Rodésia os negros batiam-se pelo princípio “*one man one vote*”, enquanto os europeus se encontravam “bastante irritados com a recusa britânica” em conceder a independência e a tivessem concedido “tão facilmente” a países que “que afinal não estavam preparados para ela”. Os rodesianos achavam que a independência não seria concedida de forma negocial, porque a maioria afro-asiática na *Commonwealth* era um enorme obstáculo. Restavam ao governo rodesiano duas alternativas: declarar a independência ou manter a situação, que era afinal de quase total independência. Se não houvesse interferências externas da ONU ou da Grã-Bretanha, era provável que manutenção da situação fosse a opção a seguir, “não obstante a determinação dos governantes”, porque “reconheciam as grandes dificuldades internacionais que poderiam resultar de uma situação extrema”. Porém, acentuando-se as pressões, Salisbury não excluía a DUI porque aquelas conduziriam ao nascimento de mais um governo negro que levaria à deterioração política, económica e social. Era necessário “preservar do caos e da subversão a parte sul do continente” e “aguentar firmemente mais dois ou três anos” para que o “tempo viesse a dar razão aos que resistissem”.¹⁹⁶ E os rodesianos “admiravam a postura de Portugal nas NU” e noutras instâncias internacionais na defesa dos seus interesses, especialmente no âmbito de ingerências.¹⁹⁷

A 20 de Outubro de 1965 decorreu em Accra uma conferência da OUA que acabou por ter enorme importância na crise rodesiana. Era reconhecido pelo governo português que a OUA era um fórum de pressão política da “África negra” sobre o governo britânico e de concertação de posições para actuação na ONU. Os pontos mais importantes saídos dessa

¹⁹⁵ Ibidem, pp. 107-108.

¹⁹⁶ AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960,172: Conversa entre o Ministro Conselheiro da Embaixada de Portugal em Washington e Oliver Bennet, Ministro para os assuntos da Rodésia do Sul, acerca da situação naquele território, em 23 de Junho de 1964.

¹⁹⁷ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Conforme carta de Ian Smith a Oliveira Salazar de 21 de Outubro de 1966, a agradecer o apoio prestado por Portugal após a DUI.

conferência foram: pedir à Grã-Bretanha a suspensão imediata da Constituição de 1961e permitir um sufrágio universal; rever as relações políticas, económicas, diplomáticas e financeiras com a Grã-Bretanha no caso de esta ceder às pretensões de Smith; solicitar à Grã-Bretanha a intervenção militar se fosse declarada a DUI; recomendar a todos os países africanos que empreguem todos os meios de coacção, incluindo a militar, contra Salisbury; e prestar apoio ao povo do “Zimbabwe” a estabelecer um governo de maioria.

Para Londres, haveria apenas dois processos para lidar com a situação: tomar medidas que levassem os próprios rodesianos a substituir o governo de Smith ou actuar através da força militar. Era necessário ter em atenção que o problema era delicado, tinha enorme repercussão internacional e, embora uma intervenção militar fosse de encontro aos desejos dos membros da OUA, não seria aceitável por poder produzir um efeito desastroso para a Grã-Bretanha e ser praticamente impossível poder circunscrevê-la à Rodésia.

Segundo um relatório do MNE, a primeira opção era a mais lógica e com menos custos para a Grã-Bretanha. Assim, o seu *modus operandi* foi orientado para a criação de dificuldades ao regime rodesiano, para que Smith fosse derrubado pelas consequências de política interna, levando de novo a Rodésia ao estatuto colonial. A actuação teria de ser concertada em termos internacionais e incidiria sobre os aspectos económicos, financeiros e políticos, e exigiria a colaboração efectiva de todos os países.¹⁹⁸ Foi esta opção britânica que arrastou Portugal para o centro da crise rodesiana.

Na ONU, nas resoluções 2012 (XX) de 11 de Outubro e a resolução 2022 (XX) de 3 de Novembro de 1965, encontrava-se a formal condenação das pretensões rodesianas e pressionava-se a Grã-Bretanha e a sociedade internacional a agirem de acordo com aquela condenação. Em 11 de Novembro reuniu-se o CS para condenar a DUI e convidar a Grã-Bretanha a aplicar as resoluções anteriores e, no dia seguinte, foi a Grã-Bretanha a convocar uma reunião urgente do CS. Foi aprovada nesse Conselho uma resolução preliminar apresentada pela Costa do Marfim que visava impedir o reconhecimento internacional da Rodésia e mais duas outras para aplicar as sanções económicas e enquadrar o problema rodesiano no âmbito do Capítulo VII da Carta das NU¹⁹⁹.

As sanções decididas só teriam êxito se fossem tomadas por todos os que mantinham relações com a Rodésia, principalmente os países brancos da *Commonwealth* que

¹⁹⁸ ANHFSB – Caixa 5554, peça 2: Relatório do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 10 de Janeiro de 1966.

¹⁹⁹ O Capítulo VII da Carta (Acção em Caso de Ameaça à Paz, rotura da Paz e Acto de Agressão) exprime que pode ser usada a força militar para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais bem como a obrigatoriedade dos membros da ONU no cumprimento das resoluções e concessão de facilidades para o seu cumprimento.

representavam a grande fatia das suas transacções económicas. E, neste ponto, o alinhamento oficial com Londres foi quase perfeito, onde se deve incluir os EUA que, desde o início, assumiu a mesma posição.

Embora para o Ocidente o poder da OUA fosse pouco significativo, correspondia a uma séria ameaça para a Rodésia e para Portugal. Entre Novembro de 1965 e Janeiro de 1966 estiveram reunidos alguns dos seus membros em Dar-es-Salam e Accra e, como consequência, era publicado pelo jornal *Jeune Afrique* um plano militar, para derrubar Smith, que continha duas modalidades: a Zâmbia e o Malawi serviriam de bases para concentração de forças cedidas por países voluntários; e se Smith não capitulasse, então, dali partiriam acções de guerrilha, infiltrações, sabotagens e outras actividades para o derrubar. Embora a origem da notícia não pudesse oferecer garantia de autenticidade, estava de acordo com a anterior reunião da OUA de Accra de 20 de Outubro, o que deixava o governo português preocupado, porque “a Rodésia não seria devolvida à legalidade britânica” mas “ao povo do Zimbabué”. Assim sendo, dada a improbabilidade de os países africanos conseguirem a aprovação no CS para emprego da força contra a Rodésia e, considerando “a disposição britânica” de não entregar o destino da Rodésia aos africanos, na hipótese de derrubar Smith, parecia que o caminho a escolher pelos africanos seria o da subversão. Consequentemente, desde que foi proclamada, em Lisboa não havia a certeza de que a DUI seria bem sucedida, sendo necessário manter, pelos menos oficialmente, uma atitude de neutralidade e acompanhar a situação porque, para além de constituir um acontecimento de “extremo interesse no âmbito da política internacional”, era de extrema relevância porque o “Ultramar” poderia ser envolvido.²⁰⁰

Para o governo português, a URSS e a China encontravam-se entre os principais promotores dos movimentos nacionalistas africanos e com capacidade de influenciar os seus governos. De acordo com um relatório do Ministério do Ultramar, em 1963 a infiltração comunista em África, especialmente oriunda da China, era uma realidade que encontrava “bom terreno para a sua propagação” e, depois de se terem infiltrado na Somália e em Zanzibar, a Rodésia do Norte seria o próximo objectivo, face à sua localização geográfica em relação à “África Branca”.²⁰¹

²⁰⁰ ANHFSB – Caixa 5554, peça 2: Relatório do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, datado de 10 de Janeiro de 1966.

²⁰¹ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Relatório de 5 Março de 1953 do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar relativo a uma visita de Benoy e K. Flower a Angola, cuja finalidade foi apresentar Flower aos SCCIA.

Para Smith, a África Austral sofria no início dos anos 1960 uma enorme ameaça: “ a marcha do imperialismo comunista”. Portugal e a Rodésia, para além da emergência do nacionalismo negro, começavam a enfrentar os efeitos do plano comunista para África como meio para o “domínio mundial”.²⁰² Em 1964, o governo rodesiano supunha que entre a URSS e a China houvesse um acordo político para “dividir a África em duas áreas de influência com o paralelo 10º como limite”. A faixa Norte seria de influência soviética e a faixa Sul chinesa.²⁰³ De acordo com a *Intelligence* da Rodésia, para levar a efeito a projecção da influência comunista em África, a URSS seria o fornecedor de equipamento, a China ofereceria a “mão-de-obra” e a Zâmbia passaria a ser o centro da actividade subversiva na região.²⁰⁴ Segundo Smith, o plano comunista era estabelecer uma base de apoio a Norte da Rodésia e lançar-se para “um assalto final à África do Sul”.²⁰⁵ A Tanzânia era já uma base segura para a China, de onde apoiavam as acções subversivas no Norte de Moçambique. Os soviéticos tinham-se estabelecido no Zaire e na Zâmbia, de onde podiam actuar em Angola e na África Austral. Poderia assim ser criada uma tenaz com efeitos na RAS a partir dos territórios portugueses e controlar o *hinterland* rodesiano, que era o melhor eixo de acesso para o Sul.²⁰⁶

A emergência fulgurante da China comunista em África era uma ameaça aos interesses de Portugal e à sobrevivência da Rodésia e não podia deixar de ser considerada um aspecto central na cooperação entre ambos. Se o caminho da política interna da Rodésia fosse “*one man one vote*”, seria a “ruína da Rodésia” e o provável estabelecimento do domínio comunista em quase toda a África. Além do mais, Portugal e a Rodésia reconheciam que as atitudes de países não comunistas ocidentais estavam a ajudar a causa da China comunista e da URSS. Segundo os responsáveis rodesianos, a *Commonwealth*, que tinha sido “dominada pelo bloco afro-asiático”, preparava-se para “lançar o assalto não só à Rodésia mas também aos outros Estados civilizados” em África, pelo que Portugal e a Rodésia se deviam manter unidos para “obter sucesso contra esse vicioso adversário”.²⁰⁷

²⁰² Smith, p. 124.

²⁰³ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960,172: Relatório da 2ª reunião entre a delegação rodesiana e a Defesa Nacional em 7 de Setembro de 1964, durante a visita de Ian Smith a Lisboa.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Smith, p. 124.

²⁰⁶ De acordo com um relatório do Conselho de Segurança da Rodésia e apresentado a Ian Smith (Cf. *Ibidem*, pp. 124-125)

²⁰⁷ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960,172: Comunicado de Harry Reedman emitido por rádio em Portugal e publicado pelo jornal “Southern Africa” em 4 de Outubro de 1965.

Ian Smith e Salazar em Lisboa: Um Plano Secreto?

A Conferência de Victoria Falls iniciou-se em fins de Junho de 1963 e o Ministro Butler, do Reino Unido, designou nessa conferência as condições exigidas pelo governo britânico para a independência da Rodésia do Sul: “a terça parte mais um dos deputados no parlamento deveriam ser nativos; substituição progressiva da lei de 1930 sobre a distribuição de terras; e supressão de toda a discriminação racial”. Ian Smith, que acompanhou o Primeiro-Ministro W. Field, afirmou que receberam a promessa da independência quando a Federação fosse extinta, embora, mais tarde, Butler afirmasse não a ter feito.²⁰⁸ Este ambiente de desconfiança mútua explica, em parte, as negociações de Smith com o governo britânico de H. Wilson nos dois anos seguintes. A desconfiança e a frustração tinham começado a aumentar quando se sucederam independências de países que não tinham as condições que a Rodésia dispunha para ser independente, continuando a ser, pelo menos teoricamente, uma colónia.

O Primeiro-Ministro W. Field iniciou as conversações formais para a independência da Rodésia, mas a resposta britânica foi de recusa porque “provocaria uma irritação – factor sempre presente – dos asiáticos e africanos da *Commonwealth*”.²⁰⁹ A 14 de Abril de 1964 Smith sucede a Field no governo e, na opinião de muitos, principalmente dos elementos do governo britânico, é o início de uma acção vigorosa que iria culminar, sem demora, numa DUI.²¹⁰ Não se tratava apenas de uma questão de mudança de um primeiro-ministro moderado para um outro mais radical, mas todo o “carácter da cena tinha sido alterado” porque, pela primeira vez na História da Rodésia, o primeiro-ministro era um rodesiano aí nascido e não um homem com raízes em Inglaterra, ou seja, um africano branco, algo que os britânicos, até então, não tinham ainda enfrentado na Rodésia.²¹¹ Por essa razão, o carácter das negociações com Londres iria mudar, para além do facto de se terem iniciado contactos de “alto nível” entre Lisboa e Salisbury.

Em Setembro de 1964, Smith segue viagem para Londres a fim discutir com o governo conservador de Sir Alec Douglas Home (ainda em funções), para, com a provável vitória dos trabalhistas, ter na sua posse as duas opiniões, algo que seria vantajoso para as negociações no futuro. Além do mais, passaria por Lisboa, onde teria a oportunidade de se encontrar com Salazar. A sua passagem por Lisboa parece ser um claro exemplo do empenho dos dois

²⁰⁸ Pattee, pp. 148-150.

²⁰⁹ Ibidem, p. 152; Cf. P. Oliveira, pp. 324-325.

²¹⁰ A reacção britânica à mudança da liderança na Rodésia foi vista como uma acção de “extremistas” rodesianos, iniciando “uma campanha propagandista” para “alertar o mundo da irresponsabilidade da acção” (Smith, p. 67); Cf. Pattee, p. 152; Cf. Oliveira, p. 325.

²¹¹ Cf. Smith, p. 67.

governos em coordenarem posições, embora quando isso acontece, “existe a tendência para que os seus acordos tomem um carácter pessoal ficando a sua validade dependente, de certo modo, das relações pessoais que forem estabelecidas”.²¹²

No âmbito da preparação da viagem de Smith, já o Cônsul Pereira Bastos informara o governo de Smith que Portugal estava disposto a reconhecer o governo da Rodésia e a apoiar com os meios possíveis, no caso de ser alvo de embargos. Tratava-se de uma “jogada política” do governo português, reconhecendo que, face ao crescimento do comunismo na África Austral, era necessário dispor do máximo de apoios e que a deterioração da situação política na Rodésia tornar-se-ia uma séria ameaça a Moçambique. Além do mais, se Smith concordasse, o entendimento político seria transformado num acordo de assistência mútua entre os dois governos.²¹³ Com base na informação de P. Bastos, em Julho e Agosto de 1964, começou a ser preparada por Benoy e K. Flower a passagem de Ian Smith por Lisboa.²¹⁴

De acordo com os dados de que dispunha, Salazar achava que Smith não era particularmente “entusiasta da DUI”, pelo que não o julgava especialmente “inclinado a adoptar essa atitude extrema”. Afigurava-se-lhe que Smith era um homem “friamente ponderado, consciente das responsabilidades”, acreditando que as acções levadas a cabo no âmbito dos contactos com o seu governo não deveriam criar-lhe dificuldades, no “interesse da defesa da paz e da estabilidade na África Austral”.²¹⁵

O encontro com Salazar marcou Smith de uma forma indelével, porque o considerou “um dos mais notáveis homens” que conheceu. Smith descreveu-o de forma apologética, em especial a sua modéstia e carácter, que considerava como característica essencial de “um homem civilizado”, lembrando que os seus aposentos, gabinetes e pessoal lhe faziam lembrar o seu gabinete em Salisbury.²¹⁶ Smith e Salazar discutiram preocupações comuns à defesa dos interesses dos respectivos países: a preocupação com “o plano russo para dominar o mundo” e como a URSS “se movimentava inexoravelmente para Sul no Continente Africano”. Todavia, de acordo com Smith, o que mais escandalizava Salazar parecia ser a aparente apatia com que as potências do mundo ocidental levavam em conta esse “plano”. Também determinante na aproximação de Smith a Salazar, parece ter sido facto de ambos reconhecerem que a política da Grã-Bretanha em África servia os interesses dos comunistas, porque estava sob influência dos países negros da *Commonwealth*, “amplamente manipulados” pela URSS. Foi então que,

²¹² MAGALHÃES, José Calvet, *A Diplomacia Pura*, Lisboa: Editorial Bizâncio, 2005, *Op. Cit.*, p. 88.

²¹³ Cf. Flower, p. 32-33.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 35.

²¹⁵ JARDIM, Jorge, *Rodésia – O Escândalo da Sanções*, Lisboa: Editorial Intervenção, 1978, p. 36.

²¹⁶ Smith, p. 72.

circunspecto, Salazar questionou Smith sobre o momento planeado para uma acção, a manter-se a “intransigência britânica”. A resposta de Smith foi clara: “Queremos ter nas nossas mãos algumas matérias e declarar a nossa independência.” Com esta resposta, a face de Salazar “iluminou-se, os seus olhos brilharam e a sua boca esboçou um leve sorriso”, sem falar e deixando-se tomar por uma certa “torrente de emoção”. Salazar levantou-se, aproximou-se e cumprimentou Smith, expressou-lhe a opinião de que “lhe daria o máximo apoio, tal como a República da África do Sul, de acordo com as informações que dispunha”.²¹⁷ Efectivamente, Smith fez questão de declarar Salazar como um “dos maiores políticos contemporâneos” e que Portugal foi “o primeiro país a ter a coragem e a determinação para resistir” aos “ventos de mudança”.²¹⁸

Pela sua importância para a África Austral e para o futuro das relações dos países nessa região com a Grã-Bretanha, a visita de Ian Smith foi largamente noticiada na comunicação social. Antes da visita, o *Daily Mail* publicava a 25 de Agosto de 1964 que um documento sob a forma de “pacto secreto” entre Smith e Salazar teria chegado às mãos de Duncan Sandys, então Secretário das Relações da *Commonwealth*. Para este jornal, a visita a Lisboa teria como finalidade selar um acordo antes de se encontrar com Douglas-Home. O jornal apresentava pormenores desse “pacto secreto”, tornado público por Kenneth Kaunda, no qual a Rodésia do Sul se preparava “para conter a oposição da Rodésia do Norte” à DUI, cortar a energia para as minas de Kariba e cortar as comunicações com a Rodésia do Norte.²¹⁹

Quando Evan Campbell regressou da viagem a Lisboa em início de Agosto de 1964, previsivelmente para preparar a visita de Smith, foi também noticiado pela *Independent Television* que entre Portugal e a Rodésia haveria um pacto secreto.²²⁰ Esta notícia “podia integrar-se numa estratégia” que levasse a crer que Moçambique não sobreviveria “rodeado de países independentes” e, se Smith declarasse a DUI após a sua visita a Lisboa, geraria no Malawi e na Zâmbia “antagonismos” que representariam um retrocesso dos esforços de Portugal para uma “aproximação”.²²¹

²¹⁷ Smith, pp. 72-73. Cf. Antunes (1996b), pp. 209-210.

²¹⁸ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: De acordo com uma declaração de Ian Smith num jantar com P. Bastos (Telegrama enviado para MNE em 28 de Novembro de 1964).

²¹⁹ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Recorte do *Daily Mail* de 25 de Agosto sob o título “Rhodesia Plot: Sandys Told of Secret Pact Talks”, enviado da Embaixada de Portugal em Londres para o MNE em 4 de Setembro de 1964.

²²⁰ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Carta enviada ao MNE pelo Embaixador Português em Londres em 28 de Agosto de 1964.

²²¹ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Telegrama recebido da Embaixada de Portugal em Zomba em 27 de Agosto de 1964.

Kaunda, por seu lado, fez extensiva utilização da notícia, afirmando ter em seu poder “uma cópia de um acordo secreto estabelecido entre os governos de Portugal e da Rodésia do Sul acerca da acção a ser tomada” na eventualidade de uma DUI. Alguns pontos do “projecto de acordo secreto” eram penalizadores para a Zâmbia: o reconhecimento da independência da Rodésia por Portugal; encerramento dos caminhos-de-ferro que permitiam à Zâmbia o acesso ao mar através dos territórios portugueses; auxílio económico e financeiro à Rodésia do Sul; e, em caso de necessidade, auxílio militar português.²²²

O *Guardian*, através do seu correspondente em Lisboa, publicava a 4 de Setembro uma notícia que reforçava a ideia de que Smith dependia de Moçambique. Contudo, não era provável que Salazar se arriscasse a “antagonizar os Estados africanos vizinhos de Moçambique, com quem tem procurado manter boas relações [Malawi e Zâmbia] comprometendo-se sobre o destino da Rodésia do Sul.” Acrescentava que a dependência da Rodésia obrigava a manter estreitas relações políticas e económicas com Moçambique, nomeadamente em relação aos transportes, fornecimento de electricidade, portos marítimos, combustíveis através do oleoduto Beira-Umtali e pela enorme contribuição de mão-de-obra negra para as minas rodesianas.²²³

O diário *Star*, da RAS, publicava a 28 de Agosto de 1964 que a visita de Smith seria uma visita de cortesia. Para aquele jornal, a 27 de Agosto, Smith já tinha afirmado que não havia nenhum plano secreto, mas tão só conversações no âmbito do comércio e questões relacionadas com os transportes. Referia que, de acordo com um porta-voz do MNE português, a visita de Ian Smith “não era nada de novo [...] e que não compreendia porque razão se tinham feito comentários [acerca do ‘plano secreto’] de forma tão insidiosa”. Para o jornalista, se Smith optasse por um pacto com Portugal “o resultado esperado seria o isolamento completo” da Rodésia. Também para Portugal esse pacto não era vantajoso porque a “Grã-Bretanha e os EUA o condenariam de forma veemente”. Acrescenta ainda que o “plano secreto” teria sido posto a circular por opositores de Smith de dentro do seu próprio governo para desacreditar a pressão que queria colocar no governo britânico.²²⁴

O *Washington Post* veiculava a 28 de Agosto a mesma notícia, reforçada com a informação acerca de uma acção policial que culminou com a detenção de estudantes rodesianos. O mesmo jornal, a 3 de Setembro, noticiava o facto de o governo britânico ter

²²² Idem: Informação enviada do Gabinete dos Negócios Políticos do MU para o MNE.

²²³ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Recorte do jornal *The Guardian* de 4 de Setembro de 1964, com o título “Mr Ian Smith Opens His Lisbon Discussions – Move for «Secret Pact» Denied”.

²²⁴ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Recortes de jornais enviados das Embaixadas de Portugal em Londres, Tóquio, São Paulo e Pretória.

mandatado o seu embaixador em Lisboa para “lembrar” ao governo português o facto de que “uma DUI pela Rodésia não seria reconhecida por Londres”. Referindo o *London Daily Mail* da semana anterior, apresentava a visita de Ian Smith a Lisboa com o objectivo de “negociar um acordo secreto com Portugal para reconhecimento e apoio.” No entanto, o apoio de Portugal seria improvável, porque era hábito do governo português recorrer a “questões legais” para justificar a sua conduta.²²⁵

A 6 de Setembro de 1964 o jornal *Times of Zâmbia* publicava uma notícia que afirmava que Portugal, Rodésia do Sul e RAS tinham estabelecido um acordo de cooperação militar destinado a promover um plano de defesa exigido pela ameaça de infiltração de numerosos “grupos terroristas nas suas fronteiras.”²²⁶

As notícias veiculadas pela comunicação social que noticiavam um “pacto secreto” tinham algum fundamento, embora os conteúdos não fossem os expressos nas notícias. De facto, em Agosto de 1964, Pereira Bastos envia a Salazar um documento secreto com o resultado de uma reunião que havia tido com Smith, cujo conteúdo representava uma agenda dos assuntos propostos pelas autoridades rodesianas para análise no âmbito do apoio de Portugal poderia prestar à Rodésia no caso de uma DUI. Os pontos propostos por Smith à consideração de Salazar foram os seguintes: a categoria da representação rodesiana em Lisboa; a protecção diplomática que o governo poderia dar aos interesses rodesianos fora do seu país; o intercâmbio de visitas de altas entidades, militares e civis, de ambos países; coordenação de assuntos relacionados com as informações e segurança; assuntos de carácter militar; e um acordo comercial com Portugal.²²⁷

Salisbury pretendia que a representação portuguesa fosse elevada a representação diplomática, como acontecia com a da RAS, e filiava-se na aspiração de fazer projectar internacionalmente os privilégios de “*self-government*”. Interessaria também a Salisbury a intensificação das diligências que Portugal pudesse efectuar na ONU, congressos internacionais e junto de outras chancelarias para que os seus problemas fossem tidos em conta, nomeadamente a questão da sobrevivência da Rodésia, a sua autodeterminação e a não ingerência. Além disso, no caso de não poder contar com a Grã-Bretanha, interessaria ao

²²⁵ Idem: Recortes do Washington Post enviados pela Embaixada de Portugal em Washington para o MNE em 9 de Setembro de 1964.

²²⁶ ANHFSB – Caixa 4340, peça 11.

²²⁷ ANTT – AOS/CO/NE-30: Documento datado de Setembro 1964 que resultou das conversações entre o Cônsul de Portugal em Salisbury e o Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul e que contém a análise dos vários ministérios envolvidos num apoio à DUI.

governo de Salisbury contar com Portugal para confiar às missões diplomáticas portuguesas a representação de alguns dos seus interesses no mundo.²²⁸

De índole militar e de segurança, a Rodésia pretendia uma estreita cooperação entre a sua “*Intelligence*” e os serviços de informações nacionais, nomeadamente com o SCCIA e o SCCIM. Pretendia também a realização de visitas de estado-maior entre as suas forças e as estacionadas em Moçambique e Angola com a finalidade primária de troca de experiências de combate. Pretendia a compra de armamento, nomeadamente de armas ligeiras, granadas de mão e munições, sendo possível a sua aquisição às fábricas portuguesas ou a “apresentação” para compra em países terceiros. Por seu lado, a Rodésia poderia conceder facilidades de transporte que permitissem a Portugal o balanceamento de tropas entre os teatros angolano e moçambicano a troco de utilização de bases aéreas no caso de sabotagens.²²⁹

De carácter económico, Smith pretendia que a colocação de matérias-primas na Europa por intermédio de Portugal fosse um meio para se tornar independente da *Commonwealth*, com quem mantinha estreita ligação económica. Outro aspecto essencial que fazia parte da sua agenda era o apoio que Portugal poderia prestar contra embargo internacional a mercadorias e a transportes terrestres, marítimos e aéreos.²³⁰

Como apresentado, havia entre Salisbury e Lisboa um plano de acção proposto por Smith na tentativa de avaliar se estava ou não em condições de levar a cabo a DUI com o apoio de Salazar. A análise do governo português foi efectuada pelos ministérios respectivos e centrou-se em dois pontos de referência: auxiliar Smith, mas não criar situações que diminuíssem ou embaraçassem a posição internacional de Portugal.²³¹

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Idem.

²³¹ Idem.

CAPÍTULO 4 – O APOIO POLÍTICO-DIPLOMÁTICO À RODÉSIA

“Missão Diplomática da Rodésia” em Lisboa: O caso Harry Reedman

O que se designa de “Caso Harry Reedman” entronca na questão central do reconhecimento da Rodésia como Estado independente. Em termos teóricos, um Estado que pretende executar uma política de aproximação com outro Estado envia a esse Estado um seu representante mandatado para fomentar as relações entre ambos. Contudo, se esse representante não for reconhecido pelo Estado junto do qual pretende actuar como legítimo representante, não poderá desempenhar a sua missão. De facto, “o reconhecimento da representatividade dos intermediários” é “um elemento essencial da instituição diplomática e não apenas uma simples formalidade.”²³²

A situação na Rodésia era muito delicada para os britânicos, o que os levou a não permitirem de ânimo leve o estabelecimento de representação diplomática rodesiana em Lisboa fora da Embaixada Britânica. Para Londres, a Rodésia não era apenas um território à espera da independência, mas o fulcro de um projecto político de governação branca que reunia a RAS e os territórios portugueses de Angola e Moçambique. Como o território rodesiano era de soberania britânica, esta tinha de “carregar todo o peso” da responsabilidade do estabelecimento de um “*white settler*” na região.²³³

Até 1974 as relações diplomáticas entre Portugal e a Rodésia efectuaram-se através do Consulado Geral em Salisbury (com consulados dependentes em Bulawayo e Umtali), da Missão da Rodésia em Lisboa e dos consulados rodesianos em Lourenço Marques, na Beira e Missão Comercial em Luanda. Contudo, a Missão da Rodésia em Lisboa, a funcionar desde o Verão de 1965, era a que se revestia de maior importância para ambos os países, tendo sido enquadrada nas seguintes condições: “não seria classificada de diplomática” por parte do governo português, mas a “título altamente confidencial” Lisboa não se oporia a que a Rodésia classificasse a sua missão “da forma que entendesse”; e não se incluiria a missão na “lista diplomática portuguesa embora os seus funcionários gozassem de todas as imunidades e isenções fiscais”, só concedidas a diplomatas. Além do mais, a missão em Lisboa tinha actuado como se de uma “missão Diplomática” se tratasse, com Adido Militar e Adido de

²³² Magalhães, p. 91.

²³³ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960, 17: Recorte de jornal *The Christian Science Monitor* de 27 de Julho de 1965.

Informação.²³⁴ Todavia, o mais importante na questão do representante rodesiano em Lisboa no Verão de 1965, era a tentativa de Smith testar a determinação do governo de Harold Wilson em rejeitar a independência da Rodésia. As relações de Smith com o governo britânico eram tensas e naquele momento sabia que na Europa só contava com o apoio de Portugal.

Segundo Smith, para os rodesianos “era triste [...] ter que considerar a Inglaterra – sua Mãe Pátria (sic) – mais estrangeira do que Portugal e África do Sul”. Considerava um teste à vontade da Grã-Bretanha em conceder a independência à Rodésia, a “sua atitude [da Grã-Bretanha] perante a representação em Lisboa”. Legalmente, a Rodésia podia nomear os seus representantes diplomáticos junto dos países que a aceitassem, pois tinha já sido concedida essa possibilidade pelo governo britânico. A atitude de Smith era incentivada por Freitas Cruz, que lhe exprimiu a opinião de que a Grã-Bretanha estava inclinada a não conceder a independência, persistia “na ideia de entregar a Rodésia à maioria africana” e continuaria a “empatar as coisas com as suas táticas dilatórias”, aguardando pacientemente até que o seu governo fosse internamente enfraquecido. Esta opinião causou em Smith uma “grande satisfação” pela demonstração de “atitude desassombrada” do governo português quanto à representação diplomática em Lisboa, facilitando-lhe a sua posição perante Londres.²³⁵

Contudo, a Grã-Bretanha não iria permitir que a Rodésia estabelecesse um representante em Lisboa fora da “*umbrella*’ do Governo de Sua Majestade”. Quando o governo rodesiano solicitou a Lisboa que aceitasse H. Reedman como “representante” rodesiano, Archibald Ross, Embaixador Britânico em Lisboa, questionou F. Nogueira se aquele iria ter estatuto “diplomático ou outra forma”, o qual terá respondido que a informação veiculada pelo consulado se referia a “representante”, sendo esse o acordo entre os dois países. Para Ross, como “somente os países soberanos poderiam ter representantes diplomáticos no sentido pleno da expressão”, o “reconhecimento diplomático” do representante da Rodésia em Lisboa equivaleria, em termos legais, ao estabelecimento de relações com “um Governo de Angola”.²³⁶ Estava explícita uma clara ameaça britânica ao governo português: reconhecer no exílio um governo nacionalista em Angola, como resposta a atitude portuguesa.

²³⁴ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Informação de serviço do MNE elaborada por Nunes Portela em 23 de Maio de 1974 acerca das relações políticas entre Rodésia e Portugal.

²³⁵ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Aerograma de Consulado de Portugal em Salisbury para o MNE em 28 de Julho de 1965.

²³⁶ Idem: Telegrama expedido pelo MNE para Embaixada Portugal em Londres em 30 de Julho de 1965 acerca da nomeação de representante rodesiano em Lisboa, informando o Embaixador da conversa tida entre F. Nogueira e o Embaixador Britânico em Lisboa, Archibald Ross.

A questão semântica a utilizar, “representante” ou “diplomático”, era de excepcional importância para a Grã-Bretanha. Oficialmente não havia por parte do governo português a intenção de credenciar H. Reedman como “diplomático”, porque a “representação política externa da Rodésia e a responsabilidade internacional pertenciam ao Governo de Sua Majestade”. Para o governo português a representação rodesiana constituía apenas um processo “para discutir problemas resultantes da vizinhança”. Nogueira lembrou a Ross que na RAS o representante rodesiano e, em Inglaterra, o Alto-comissário, tinham estatuto diplomático e que o texto de acordo entre a Grã-Bretanha e a Federação, várias vezes referido pelo governo de Ian Smith, estabelecia que a Federação podia também “nomear Agentes Diplomáticos ou representantes consulares ou comerciais em países que os queiram receber no âmbito do estabelecimento de relações da competência da Federação” e podia também receber agentes ou representantes de outros países.²³⁷

De facto, a questão semântica a utilizar na representação rodesiana em Lisboa era de elevado melindre. Quando Reedman solicitou ao governo português, a 5 de Janeiro de 1966, a autorização para que um oficial rodesiano viesse a exercer funções na representação Lisboa, Hall Themido exprimiu-lhe que esse oficial “não deveria utilizar o título de adido militar”, embora o MNE português o considerasse como tal, e “nessa capacidade o apresente aos departamentos competentes”.²³⁸

Na realidade, havia um cuidado extremo da diplomacia portuguesa em lidar simultaneamente com Salisbury e Londres para não cometer nenhum deslize que a diminuísse perante ambos. Com a Rodésia, que tinha optado por apoiar em detrimento da sua “velha aliada”, ia informando o seu governo através do consulado em Salisbury, das atitudes que tomava, dando conhecimento a Smith. Com o governo britânico era mantida oficialmente uma atitude de não imputabilidade na crise rodesiana.

Oficialmente, para o governo português, “a definição do estatuto do representante rodesiano pertencia à exclusiva decisão de Londres e [...] a condução dos negócios estrangeiros da Rodésia [...] constituía exclusiva responsabilidade da Inglaterra”.²³⁹ Com o intuito de vincular o governo português a uma atitude, A. Ross apresentou duas questões ao governo português quanto ao “representante rodesiano” em Lisboa: “[S]e o governo de Lisboa entendia que a definição do estatuto do representante rodesiano pertencia à exclusiva decisão

²³⁷ Idem.

²³⁸ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960, 172: Apontamento secreto de Hall Themido datado de 25 de Janeiro de 1965.

²³⁹ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Telegrama enviado ao consulado de Portugal em Salisbury em 31 Julho de 1965 com orientações a Freitas Cruz para informação ao governo rodesiano.

de Londres”; e “se [...] entende que a condução dos negócios estrangeiros da Rodésia constitui exclusiva responsabilidade da Inglaterra”.²⁴⁰ A resposta portuguesa foi um claro apoio ao governo rodesiano: não havia motivo para que o governo português fosse consultado e uma resposta limitava a própria “liberdade de acção e independência de julgamento, o que não parecia lícito” exigir. F. Nogueira salienta que, segundo afirmações públicas anteriormente feitas pelo governo rodesiano, não “corrigidas ou desmentidas”, o governo britânico tinha concedido a Salisbury alguns poderes em matéria de negócios externos” e a possibilidade de “enviar e receber agentes diplomáticos acreditados” pelo que não era completamente exacto afirmar que a responsabilidade exclusiva dos negócios externos da Rodésia caberia à Grã-Bretanha; e que o governo português não julgava oportuno tornar público qualquer declaração sobre a matéria nem autorizava o governo britânico a fazê-lo em sua vez.²⁴¹

De Salisbury foi transmitido ao MNE português que o governo britânico iria ser informado que, a 13 de Agosto de 1965, Harry Reedman seria nomeado como “*Accredited Diplomatic Representative*” em Lisboa e que essa decisão era final e irrevogável.²⁴² A resposta britânica não se fez esperar e, a 16 de Agosto, o Embaixador Português em Londres foi chamado ao *Foreign Office* para ser informado que se o governo português aceitasse H. Reedman como “*official representative*” da Rodésia em qualquer assunto que não fosse aceitável para o governo britânico, este ver-se-ia obrigado a considerar a situação como uma intromissão portuguesa nos assuntos externos da Grã-Bretanha o que “poderia criar uma situação muito difícil” e ter “efeitos muito sérios nas relações anglo-portuguesas”.²⁴³

Não pretendia o governo português designar H. Reedman além de “representante rodesiano sem nunca o qualificar” embora, em certo momento, os rodesianos tivessem ampliado a designação, “sem consultar” o governo português, para “representante diplomático”, de acordo com os “*entrustments*”. No Verão de 1965 tinha-se chegado a uma situação de onde dificilmente se poderia recuar sem prejuízo, mas como o governo português não pretendia “enfraquecer a posição rodesiana” nem pôr em causa “os interesses e posições” de ambos, H. Reedman seria qualificado de “representante diplomático” e o governo português confirmaria o “seu acordo formal” na sua nomeação.²⁴⁴

²⁴⁰ Idem: Telegrama enviado à Embaixada de Portugal em Londres pelo MNE em 2 de Agosto de 1965.

²⁴¹ Idem: Telegrama enviado em 10 de Agosto de 1965 para Salisbury informando a posição portuguesa acerca do representante da Rodésia em Lisboa.

²⁴² Idem: Telegrama enviado por Consulado de Portugal em Salisbury para MNE em 11 de Agosto 1965.

²⁴³ Idem: Telegrama enviado da Embaixada de Portugal em Londres para MNE em 16 de Agosto de 1965.

²⁴⁴ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960,172: Telegrama do MNE para o Consulado de Portugal em Salisbury em 18 de Agosto de 1965.

Com a sequência de acontecimentos o governo português começou a preparar-se para uma ofensiva diplomática britânica. Após começarem a circular notícias da posição de Londres contra a aceitação a H. Reedman como representante diplomático “independente” da Rodésia, Nogueira preparou um comunicado oficial, no qual afirmava que não havia nada de ilegal com a aceitação de Reedman porque o “envio de um representante rodesiano para Lisboa tinha já sido anunciado pelo Governador-Geral da Rodésia”, representante do trono britânico naquele país, e que nessa altura não tinha havido “qualquer objecção ao facto”. Lisboa informou pormenorizadamente Londres da sua posição e ambos estavam “conscientes das suas respectivas posições”. Além do mais, a Rodésia tinha já representantes em Pretória, Londres e Lourenço Marques.²⁴⁵

Smith compreendia bem a pressão de que Portugal era alvo e agradeceu o apoio “que nunca poderia esquecer”, e não “pretenderia que [Portugal] se encontrasse enfraquecido”, especialmente por causa da ONU e da Grã-Bretanha.²⁴⁶ Portugal não poderia garantir “um reconhecimento *de jure*” mas estava pronto a um “reconhecimento que na prática correspondia a isso”, ou seja uma acreditação “*de facto*”. A afronta à Grã-Bretanha não poderia ser em vão e Freitas Cruz questionou Smith no ponto-chave para os interesses portugueses na África Austral: se o “caso Reedman” escalasse para a possibilidade de uma DUI, estaria disposto a executá-la? A resposta de Smith foi afirmativa, reconhecendo que “a Rodésia era uma ‘pedra no sapato’ para a Inglaterra e que a DUI podia resolver-lhe muitas dificuldades”. De qualquer modo, não “confrontaria a Inglaterra sem saber se [Portugal] estava ou não disposto a acompanhá-los nessa transe e a correr os riscos que tal atitude implicaria”. De acordo com instruções de Nogueira, Freitas Cruz disse a Smith que devia confrontar Inglaterra o mais cedo possível, embora lhe dissesse que necessitaria de consultar Lisboa porque lhe parecia que Smith teria de estar “pronto a acatar as instruções”.²⁴⁷ A impressão de F. Cruz foi a de que Smith estava pronto a “torcer a cauda do leão britânico”, mas desistiria de levar essa acção até ao fim, se o governo português pusesse objecções. Por isso, Lisboa teria de avaliar devidamente essa hipótese.²⁴⁸

A questão do representante em Lisboa teria de ser encarada segundo duas vertentes: a legal e a política. No plano legal parecia não haver dúvidas que a Grã-Bretanha concedera a prerrogativa à Rodésia de acreditar em países estrangeiros “agentes diplomáticos” e, por isso,

²⁴⁵ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,17: Telegrama enviado do MNE para o Consulado de Portugal em Salisbury em 23 de Agosto de 1965.

²⁴⁶ Idem: Relato de conversa entre F. Cruz e Ian Smith em 24 de Agosto de 1965.

²⁴⁷ Idem: Relato de conversa entre F. Cruz e Ian Smith em 24 de Agosto de 1965.

²⁴⁸ Idem. Referia-se às pressões da Grã-Bretanha e ONU.

Salisbury estava no seu direito de fazê-lo. Mas Portugal, não queria entrar nessa discussão porque ao fazê-lo estava dar motivos para que terceiros países fizessem o mesmo sobre leis portuguesas. Na vertente política, Lisboa achava que Londres não iria ao limite de provocar uma crise grave por causa do representante em Lisboa, pelo que a Rodésia deixava de ter “pretexto ou motivação para uma atitude mais drástica” e “forçar desde já uma prova decisiva.” Nestas circunstâncias, a posição do governo português resumia-se em quatro pontos: devia-se manter a vinda de Reedman para Lisboa; não via inconveniente se a Rodésia declarasse publicamente que enviava um “agente diplomático acreditado”; não repudiaria nem corrigiria o estatuto de Reedman; e se fosse essencial para os objectivos da Rodésia que o governo português adoptasse o tratamento do representante rodesiano de “diplomático”, então estava pronto a considerar essa possibilidade. Esta posição só era possível porque havia que “apoiar e proteger” os interesses rodesianos, que eram coincidentes com “os interesses portugueses de ordem geral”.²⁴⁹

A posição de Salisbury foi oficialmente expressa através de uma declaração de Clifford Dupont a 21 de Setembro de 1965. Nela o ministro rodesiano afirmava que a carta entregue a F. Nogueira apresentava Reedman como “*Accredited Diplomatic Representative of Rhodesia and Head of [our] mission in Portugal*”, tal como o seu representante na RAS. Não pretendia o governo rodesiano que Reedman tivesse o estatuto de embaixador tal como foi informado o governo britânico porque, de acordo com os direitos concedidos pela Grã-Bretanha, podia indicar um representante diplomático fora da embaixada britânica.²⁵⁰ O governo português acreditou H. Reedman a 20 de Setembro de 1965 como “Chefe da Missão Rodesiana em Lisboa”.²⁵¹

À parte do diferendo entre Lisboa e Londres, a atitude de H. Reedman em Lisboa indicava que a Rodésia era já um país independente. Desde o mês de Setembro de 1965 que Reedman se auto-denominava de “Representante Diplomático Acreditado”, actuava fora da alçada da embaixada britânica e representava “um posto avançado de Smith para reconhecimento da independência”. Acrescente-se ainda que Reedman tinha afirmado que se iria mudar para instalações definitivas e seria “hasteada a bandeira nacional da Rodésia”.²⁵²

²⁴⁹ Idem: Relato de Conversa de F. Cruz em 03 de Setembro de 1965 com Benoy, Secretário-Geral do MNE da Rodésia.

²⁵⁰ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960, 172: Statement by The Ministry Of External Affairs, Sr. Clifford Dupont, em 21 de Setembro de 1965.

²⁵¹ Idem: Circular dos serviços de informação do MNE às Missões Diplomáticas Portuguesas em 27 de Setembro de 1965.

²⁵² Idem: Notícia do jornal Rhodesia Herald, de 19 de Outubro de 1965.

Objectivo: Manter Smith no Poder

Em meados de 1964, o governo rodesiano reconhecia que se fosse declarada a DUI, esta seria contra a “opinião pública britânica e opinião pública mundial” e que no caso de uma vitória trabalhista nas eleições o “problema da independência se agravaria”. A possibilidade da formação de um “movimento de unificação na antiga África Oriental Britânica – Quênia, Uganda e Tanganica – com grande apoio comunista” traria consequências desastrosas para uma Rodésia não independente e, conseqüentemente, para as colónias portuguesas, pelo queurgia a “resolução desse grave problema político”.²⁵³

Em Agosto, o Alto-Comissário da Rodésia, E. Campbell, exprime ao Embaixador Português em Londres, que na visita a Lisboa tinha sentido “uma mensagem de esperança”, que o “impressionara profundamente”, considerando-a uma “lufada de ar fresco e puro”, reforçando a ideia de que a determinação e a “resistência de Portugal” durante os últimos três anos (1961-1964) constituíam um “exemplo admirável para a Rodésia do Sul”.²⁵⁴ Era demasiado óbvio que a visita de Campbell a Lisboa antes de Smith se afigurava como uma primeira sondagem ao governo português no caso de uma DUI. Nesse mês, também a passagem por Lisboa do Major General Anderson, Comandante do Exército Rodesiano, na sua viagem para Londres para participar num *briefing* do “*Imperial Staff*”, mostrava ser um sinal da necessidade de estreitamento das relações que já uniam Portugal à Rodésia.²⁵⁵

A DUI complicaria ainda mais a posição portuguesa em África, criando algum embaraço, porque muitos governos africanos acreditavam que por detrás da atitude de Smith estava a influência de Lisboa. Na ONU, o delegado da Etiópia chegou a pedir à Grã-Bretanha para declarar guerra a Portugal como forma de pôr fim à atitude rodesiana.²⁵⁶

Todavia, o governo português considerava que do ponto de vista da segurança, a Rodésia, Moçambique e Angola, conjuntamente com a Zâmbia e Malawi, formavam um todo e era nítida a importância estratégica de Moçambique: a “sobrevivência” da Rodésia e “manutenção da sua independência estavam inteiramente nas mãos de Lisboa”.²⁵⁷

O problema rodesiano era de considerável embaraço para o governo português, embora também lhe fosse evidente que uma “independência branca” significava mais segurança na

²⁵³ AHD – Maço 1115, PAA, Proc. 960,172: Apontamento de conversa entre o Alto-Comissário da Rodésia em Londres, Sr. Campbell e o embaixador português em 12 de Agosto de 1964, enviado ao MNE.

²⁵⁴ Idem: Carta enviada ao Director Político do MNE, Dr. Hall Themido, pelo Embaixador em Londres, em 24 de Agosto de 1964.

²⁵⁵ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Telegrama enviado do Consulado de Portugal em Salisbury para o MNE em 18 de Junho de 1964.

²⁵⁶ Nogueira (1987), p. 320.

²⁵⁷ Idem *Ibidem*.

fronteira Oeste de Moçambique e o reforço do Ocidente na África central e austral. Contudo, significava também uma confrontação directa com a Grã-Bretanha e um acréscimo de hostilidade dos países afro-asiáticos. E, acima de tudo, constituindo a DUI uma acto “ilícito e de rebeldia”, deveria ser repudiado por Lisboa, que tinha tido “a legalidade como um dos seus escudos protectores”. Mas para o governo português, a “segurança e a defesa do Ocidente” eram decisivos para o futuro e importava “não abandonar o governo rodesiano”.²⁵⁸

E, no âmbito do aprofundamento dos laços políticos e económicos entre Lisboa e Salisbury, como tinha sido discutido já em Lisboa por Smith e Salazar, uma delegação comercial chefiada por José Calvet de Magalhães visita Salisbury em Fevereiro de 1965 para selar um acordo de cooperação. Este acordo de cooperação compreendia seis comissões: acordo comercial; rios internacionais; estradas; caminhos-de-ferro, aviação e portos; agricultura e veterinária; e informação, turismo e imigração.²⁵⁹ Por haver forte protecção aos bens produzidos em Angola, Moçambique e Rodésia, e as suas economias de produção serem muito idênticas, o acordo comercial entre os governos da Rodésia do Sul e de Portugal, válido por cinco anos era, acima de tudo, uma jogada política no apoio expresso a Smith e uma afronta à Grã-Bretanha.²⁶⁰ Numa conferência de imprensa, Kenneth Kaunda declarou “não ter dúvidas que haveria cláusulas secretas” nos acordos assinados entre a delegação portuguesa e Salisbury²⁶¹, numa tentativa de alertar Londres para o papel de Portugal na atitude intransigente de Smith. De facto, a visita da delegação comercial portuguesa a Salisbury tinha um profundo significado político, já que a “orientação geral de ordem política” de Salazar era a de uma “irrestrita solidariedade em todos os campos” que o governo português estava disposto a estudar e a concretizar com todo o cuidado.²⁶²

Em Agosto acentuam-se as dificuldades entre Salisbury e Londres, com a eminência da DUI, levando Londres a solicitar ao governo português que negue qualquer apoio, ainda que imposto por razões de vizinhança. A aceitação em Lisboa de um representante diplomático levou Harold Wilson a considerá-lo um acto inamistoso e grave, capaz de conduzir a uma situação difícil entre ambos, embora Lisboa não atendesse aos reparos britânicos. Um mês

²⁵⁸ Nogueira (2000b), p. 66.

²⁵⁹ AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960, 172: Telegrama recebido do Consulado Geral em Salisbury em 22 de Fevereiro de 1965.

²⁶⁰ Cf. Oliveira, pp. 330-331.

²⁶¹ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960, 172: Telegrama enviado por F. Cruz ao MNE em 18 de Fevereiro de 1965.

²⁶² AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960,172: Ofício do Consulado Geral de Portugal em Salisbury, datada de 18 de Dezembro de 1964, acerca das conversações havidas em Salisbury entre o Cônsul e diversas entidades oficiais rodesianas na preparação das negociações comerciais a realizar-se entre os dois países em Fevereiro de 1965.

antes da DUI, na certeza de que as negociações com Londres fracassariam, Clifford Dupont encontrou-se com F. Cruz e confidenciou-lhe que a declaração não tardaria. Nessas circunstâncias, o encerramento da Alta Comissão da Rodésia em Londres e a retirada do ministro rodesiano em Washington seriam mitigados pelo reforço do “pessoal na Missão em Lisboa, a sua principal ‘janela aberta’ na Europa”. Além disso, Smith pretendia solicitar a Portugal que aceitasse “protecção dos interesses rodesianos na Europa e EUA”. Por conseguinte, F. Cruz solicitou a F. Nogueira que se começasse a pensar “a atitude” formal no âmbito do “apoio que aquele país necessitasse” para sobreviver “aos primeiros choques” depois de declarada a independência.²⁶³

Não podia ser automático que Salazar reconhecesse a Rodésia imediatamente após a DUI, apesar de ter em Lisboa H. Reedman, já que muito dependeria dos “efeitos das pressões” da Grã-Bretanha e de outros países, nomeadamente dos EUA. Havia a possibilidade de a DUI não ter sucesso, não podendo Lisboa descartar essa hipótese.²⁶⁴ A FRELIMO aumentava as suas actividades no Norte de Moçambique e não se podiam radicalizar as posições contra os países africanos, nomeadamente a Zâmbia e o Malawi.²⁶⁵

Apesar de Salazar ter prometido a Smith todo o apoio possível, era necessário ser realista: Moçambique tinha pouco para dar à Rodésia para além do acesso ao Índico, facilitar através de Lisboa a abertura ao mundo ocidental e ao mesmo tempo conceder apoio diplomático por uma questão de íntima ligação dos respectivos interesses. Era necessário envidar esforços para apoiar Salisbury de forma encoberta junto de governos com simpatia por Smith, como no caso da RAS e da França, e poder incorporar a defesa dos seus interesses nas instituições internacionais, como na ONU.

Imediatamente após a declaração de Ian Smith, que segundo F. Nogueira “desconjugou as Nações Unidas e a maioria dos delegados”²⁶⁶, começaram a surgir indícios acerca do apoio de Portugal. De facto, a ligação entre Portugal e a Rodésia, com implicações na atitude de Smith, pode facilmente ser expressa no facto de U Thant, SG da ONU, ter convocado F. Nogueira

²⁶³ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960,172: Aerograma enviado por F. Cruz para MNE em 13 de Outubro de 1965.

²⁶⁴ Os acontecimentos internos na Rodésia nas semanas após a declaração de Smith indicavam “deterioração da situação” embora não fosse possível discernir “uma campanha de violência planeada”. Contudo, começou a haver uma “pequena actividade de terroristas sediados na Zâmbia” que podia “considerar-se uma ameaça para a segurança interna da Rodésia” e também poder contagiar Moçambique (ANFSB – Caixa 6987, Peça 9: Informação de Serviço do Consulado de Portugal em Salisbury elaborada pelo Adido Militar em 30 de Novembro de 1965).

²⁶⁵ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 960, 172: Recorte do jornal *Financial Times* de 1 de Outubro de 1965 intitulado “Could Rhodesia Go it Alone”.

²⁶⁶ Nogueira (1986), p. 150.

para as reuniões de emergência que o CS iria dedicar à Rodésia “para decretar sanções”²⁶⁷ e o ministro português ter recusado, na tentativa de afastar qualquer hipótese de responsabilização. A 12 de Novembro, o Encarregado de Negócios da Embaixada Britânica entregava uma nota oficial no MNE para informar que para além de H. Reedman, também os cônsules em Lourenço Marques e na Beira deixavam de ser representantes que gozavam de estatuto legal reconhecido pelo governo britânico e que “esperava que o governo português os tratasse como tal”, sugerindo que fosse retirada a representação portuguesa de Salisbury, “ou pelo menos o seu chefe”.²⁶⁸

A posição oficial pública do governo português quanto à DUI foi claramente evidenciada numa conferência de imprensa de Nogueira em 15 de Novembro de 1965, na qual rejeitou “quaisquer responsabilidades especiais na crise suscitada em torno de declaração de independência rodesiana”. Por conseguinte, quando no CS foi convidado a debater o problema rodesiano, Portugal rejeitou. Sobre as sanções a aplicar à Rodésia, Nogueira considerou-as impraticáveis, porque os países africanos envolvidos, para além de Moçambique, Angola e África do Sul, seriam muito mais afectados. Eram os casos da Zâmbia, Malawi e Katanga cujas economias estavam “intimamente ligadas e interdependentes”. Isto queria dizer que a cascata de efeitos das sanções afectaria outros países para além da Rodésia e que não deveria o governo português ser responsável pelo fracasso das sanções impostas. Além do mais, a “política tradicional” de cooperação e “boa vizinhança” com o Malawi e Zâmbia era para ser mantida em nome dos “interesses de toda uma área cuja estabilidade e progresso” preocupavam o governo português.²⁶⁹

A crise rodesiana começou, de imediato, a capitalizar a atenção dos políticos e dos órgãos de comunicação social, em especial nos países com ligação muito estreita à Grã-Bretanha, como os países da *Commonwealth* e EUA. As notícias de apoio português à DUI, saídas nos jornais um pouco por todo o mundo, eram um claro sinal para Salisbury da determinação portuguesa. O jornal *Evening Standard* publica a 12 de Novembro, através do seu correspondente em Lisboa, que a atitude do governo português é de “aprovação tácita” à DUI, já claramente expressa pela aceitação de Reedman em Lisboa. Adianta o jornal que, “para consumo internacional”, o governo português continua a “não reconhecer Reedman como diplomata”, mas no mesmo dia da DUI permitiu que Reedman utilizasse o logótipo “CD” (Corpo Diplomático) na sua viatura oficial.

²⁶⁷ Ibidem, p.150.

²⁶⁸ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 960, 172: Telegrama enviado a F. Nogueira para Nova Iorque em 12 de Novembro de 1965 por Hall Themido.

²⁶⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros, “*A Política Externa Portuguesa (1965-1967)*”, pp. 33-35.

O *Daily Telegraph* do dia seguinte, citando o jornal português *Diário da Manhã*, “órgão oficial do regime”, apresenta uma questão formulada por Smith: “Porque razão é que a Rodésia pode ser condenada por se ter desprendido da sua situação colonial se os rodesianos são os mais bem preparados para se governarem? E porque se deve negar a um país com alto nível de desenvolvimento e com líderes capazes aquilo que é concedido a qualquer grupo de canibais (sic)?”²⁷⁰

De acordo com o *Financial Times*, o facto de a Rodésia ter em Lisboa um representante com enorme influência em Salisbury²⁷¹ mostrava a “considerável importância do fortalecimento das relações” entre os dois países, em especial no que respeitava a uma colaboração política e económica. No âmbito económico e financeiro, era possível a Portugal garantir algum apoio, até porque as suas reservas eram “muito superiores às necessidades de um país com as suas dimensões”, embora “até então o governo português nunca se tivesse mostrado colaborante em apoios financeiros internacionais”.²⁷²

Esforços Diplomáticos de Apoio a Salisbury

A política de Wilson em relação à Rodésia não era empregar a força militar, mas isolar económica e psicologicamente o regime de Smith. Nesta situação, o mais importante sinal do governo português foi a recusa em participar no boicote da ONU à Rodésia. Contudo, a posição oficial do governo foi de muita prudência e de constante preocupação pelo cumprimento das disposições legais internacionais. Em termos genéricos, foi através de comunicados e conferências de imprensa de responsáveis do MNE português que foi prestado apoio político a Smith, de forma directa e de forma indirecta.

A 11 de Novembro de 1965, ao não aceitar a sua participação no debate da questão rodesiana no CS, Portugal deu o primeiro sinal a Smith e demarcou-se de uma qualquer atitude que pudesse perigar a relação com Salisbury. Os motivos que Portugal alegou estavam relacionados com a desnecessária justificação do sentido de voto que era solicitado a Portugal e com o facto de que só havia razão para convidar países cujos interesses pudessem ser afectados no âmbito dos debates do CS, o que não era o caso, contrariamente ao que se tinha

²⁷⁰ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 960, 172: Recortes de Jornal enviados da Embaixada de Portugal em Londres em 17 de Novembro de 1965.

²⁷¹ Reedman era antigo membro do gabinete de Ian Smith.

²⁷² Idem: De acordo com uma notícia do *Financial Times* de 14 de Novembro de 1965, intitulada “If Rhodesia Were to Turn to South Africa and Portugal”.

passado na República do Congo, no qual Portugal “cooperou com a ONU” e nunca foi chamado a participar “nos debates do CS”.²⁷³

A 25 de Novembro, mais uma vez, foi emitido um comunicado com a posição de Portugal na AG da ONU acerca da crise rodesiana. Nesse comunicado, o governo português justificou que “tem votado contra as resoluções” e que havia razões para as críticas de que tinha sido alvo, nomeadamente no que respeita ao relacionamento da decisão de Smith com o “alegado” apoio. O governo português orientou-se “por princípios” porque não podia “negar o livre acesso de países interiores”, como tinha já afirmado em relação ao Malawi e à Zâmbia. De facto, a geografia ditava que “manter relações com os países vizinhos” era essencial para “proteger os interesses nacionais” sem “prejudicar o equilíbrio regional”, actuando de “forma responsável e dentro de um grande sentido de responsabilidade”.²⁷⁴

Meses mais tarde, numa carta a U Thant, F. Nogueira expressou, mais uma vez, um claro apoio político a Smith, quando negou os fundamentos da Resolução 221 do CS de 9 de Abril de 1966, que denominou de “apenas pressupostos”, o que faz dessa resolução apenas um conjunto de “recomendações”, não podendo ser encarada no âmbito do Capítulo VII da Carta. Na argumentação de Nogueira é expresso que a resolução nega o “princípio da liberdade dos mares” e do “livre acesso” do *hinterland* ao mar, ambos “impostos por convenções internacionais”, estando o CS a legislar contra a lei internacional vigente.²⁷⁵ Era também do interesse de Portugal que na Rodésia houvesse um “governo estável, pacífico e de boa vizinhança” e não era o facto de a ONU ter declarado que o governo de Smith era ilegal para que Portugal assim o considerasse, porque na Rodésia não se vivia uma situação de instabilidade que configurasse uma “ameaça para a paz mundial”. As relações com a Rodésia decorriam de uma “forma normal”, características de dois países que têm fronteira e problemas em comum e que procuram defender os seus interesses.²⁷⁶

A 16 de Dezembro de 1966, o CS aprovou uma resolução que ampliava a anterior, de 9 de Abril de 1966, proibindo todo o comércio com a Rodésia, em particular no que respeitava a

²⁷³ Comunicado oficial do MNE à imprensa em 17 de Novembro de 1965 in MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, *Some Portuguese Documents on the Question of Rhodesia (November 1965 – May 1966)*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, s.d., pp. 7-8.)

²⁷⁴ Comunicado de Franco Nogueira numa conferência de imprensa em Lisboa em 25 de Novembro de 1965 in *Ibidem*, pp. 9-13).

²⁷⁵ Além do mais, o governo português duvidava da legalidade da votação do CS, da dúvida de considerar o problema rodesiano como interno da Grã-Bretanha ou da jurisdição internacional, se deveriam ou não ser consideradas as forças empregues na patrulha da Beira com estatuto de internacionais ou nacionais e neste caso a quem se deveria recorrer para reclamar (Cf. *Ibidem*, pp. 27-30, Carta enviada por Franco Nogueira ao Secretário-Geral das NU em 28 de Abril de 1966).

²⁷⁶ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 960,172: Conferência de Imprensa pronunciada por F. Nogueira a 3 de Maio de 1966 por causa dos problemas suscitados pela crise rodesiana.

matérias-primas básicas. Também proibía as actividades individuais que pudessem ter aquele objectivo e o fornecimento de material militar, de aeronaves e de veículos motorizados. Nos termos da Carta, o CS considerava essas medidas como injuntivas para todos os Estados membros e U Thant questionou o governo português acerca das medidas que previa tomar para execução da resolução. Em face dessa solicitação, Nogueira escreveu a U Thant a relembrar-lhe que, desde 27 de Abril desse ano, lhe tinha solicitado “esclarecimentos” em variadas ocasiões acerca das dúvidas que a abrangência da resolução no âmbito do Capítulo VII colocava ao governo português. Logo, o governo português julgava-se “com direito a ser elucidado” e não se lhe poderia solicitar para que, “em matéria de tanta gravidade”, se pronunciasse “sem conhecer todas as implicações da atitude a tomar”.²⁷⁷

A resposta de Nogueira pode ter sido incentivada pelo facto de Dean Rusk ter afirmado no Conselho Ministerial da OTAN que não era “justo fazer recair sobre Portugal o ónus de impedir que a Rodésia” recebesse petróleo, porque isso deveria ser imputado aos “países produtores e transportadores”.²⁷⁸

Ao decidir apoiar Salisbury, por ser determinante para o futuro dos territórios portugueses em África, todas as acções levadas a cabo pela diplomacia portuguesa em proveito dos seus territórios tinha como efeito, pelo menos indirecto, o apoio político à Rodésia.

Nesse âmbito, em Abril de 1965, Salazar enviou Hall Themido à RAS com a finalidade de “coordenar” as forças militares de ambos países. A atitude de Salazar tinha por base três pontos: se a Inglaterra não chegasse a acordo com a Rodésia organizaria “um ataque em força” para “esmagar Smith” e “toda a resistência” que Portugal pudesse opor; a RAS não seria alvo de uma acção militar directa por parte da Grã-Bretanha ou da ONU, por ser uma potência económica e militar e disponibilizar facilidades militares à Marinha Real, o que tinha levado a Grã-Bretanha a focalizar a sua acção hostil contra Portugal; se houvesse uma acção militar britânica, “todo o mapa da África Austral seria envolvido”. Salazar exprimia a Verwoerd que a Grã-Bretanha pretendia “bater separadamente” a Rodésia e Portugal e depois de alcançados os seus objectivos, o seu próximo alvo seria a RAS. Pretendia que fosse criada uma aliança militar “para dispor de elementos dissuasores suficientemente válidos” e, ao mesmo tempo, “exercer uma acção conveniente para o acordo entre Londres e Salisbury”.²⁷⁹ Isto equivaleria a dizer que, à atitude de apoio económico que a RAS e Portugal concediam a

²⁷⁷ Carta ao Secretário-Geral da ONU datada de 3 de Fevereiro de 1967 (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS *A Política Externa Portuguesa (1965-1967)*, Selecção de Textos e Discursos de Franco Nogueira, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1970, pp. 93-94.)

²⁷⁸ Nogueira (2000c), p. 236.

²⁷⁹ Idem: Carta de Oliveira Salazar a Verwoerd em 29 de Abril de 1966 entregue em mão por Hall Themido.

Salisbury, se deveria somar uma aliança militar, suficientemente dissuasora, que fizesse crer a Wilson que a sua atitude não conduziria aos resultados pretendidos.

Hall Themido aproveitou a sua presença em Pretória para explicitar as informações que o governo português tinha das posições do Brasil, EUA e da França em relação à crise rodesiana. O Brasil acreditava “na viabilidade política e económica da RAS, Rodésia e dos territórios portugueses” e reconhecia que a crise da Rodésia e a política britânica para África teriam impactos negativos para o país.²⁸⁰ O Brasil desejava o “sucesso do homem branco” no Sul da África e pretendia levar a Verwoerd, através do governo português, “uma palavra” para não “se impressionar como o facto de se ir realizar em Brasília uma reunião da ONU para o *apartheid*”, e que tudo faria para não dar “qualquer publicidade excessiva”. Quanto aos EUA, Themido expôs a Verwoerd a vontade norte-americana, embora tímida, de solicitar a Portugal para servir de intermediário entre Londres e Salisbury, ideia que viria a abandonar. A França tinha começado a mudar de atitude quanto à crise rodesiana, em especial por causa da preocupação de De Gaulle quanto à política britânica no Sul da África, tendo o seu ponto alto sido a oposição ao estabelecimento de uma base britânica em Madagáscar. Mas, o mais importante parece ter sido a vontade demonstrada pelo governo português em apresentar queixa ao Tribunal Internacional da Haia contra a Inglaterra, pela sua acção no bloqueio naval ao porto da Beira, o que agradou a Verwoerd e o levou a insistir na “vantagem de recorrer ao tribunal”.²⁸¹ Com o recurso ao tribunal, pretendia-se a dar cobertura jurídica à atitude de apoio a Ian Smith.

Algumas embaixadas de Portugal tiveram também um papel muito importante no apoio ao regime de Smith. Em França, o embaixador Marcello Mathias socorreu-se dos seus importantes relacionamentos para obter apoios, em especial no que respeitava ao abastecimento de combustíveis. A proximidade política entre De Gaulle e Salazar em torno das questões africanas e o reconhecimento do presidente francês acerca do papel que Portugal representava para o Ocidente, facilitou as movimentações do embaixador português.

Na RFA foram efectuadas pressões através da Embaixada em Bona para que o seu governo concedesse apoios a Salisbury, ao que parece não ter sido alheio o facto de Portugal ter concedido às Forças Armadas alemãs a construção da Base de Beja, a maior instalação de

²⁸⁰ Em 1965 F. Nogueira visitou o Brasil com a finalidade de lançar “a construção da comunidade lusitana” e expor a política portuguesa em África para convencer os responsáveis brasileiros dos efeitos nefastos para o Brasil, se a Inglaterra continuasse a sua política para África e se Portugal perdesse os seus territórios de Moçambique e Angola (Cf. Nogueira (1979), Vol. II, pp. 89-94).

²⁸¹ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 950,172: Apontamento de Hall Themido após visita à RAS para se encontrar com o Primeiro-Ministro Verwoerd para lançar as bases de um plano de aliança militar em face dos perigos que a crise rodesiana teria para o sul da África.

treino da *Luftwaffe*. Além do mais, a RFA tinha estreitas ligações económicas com Portugal na indústria mineira em Angola e no fabrico de aço no continente.²⁸²

O Presidente norte-americano, Lyndon Jonhson, foi também alvo dos esforços da diplomacia portuguesa para centrar a sua atenção na crise da Rodésia. Esta acção revestia-se de especial importância, porque os EUA eram o principal aliado da Grã-Bretanha, a superpotência ocidental, e porque Jonhson rompe de certo modo com a atitude de hostilidade de Jonh Kennedy contra Portugal expressa desde 1961. Embrenhado na Guerra do Vietname, Jonhson relegou para segundo plano a sua política em África bem como a atenção para as guerras coloniais portuguesas. Disso, soube Salazar tirar partido, ao expressar o seu apoio à política norte-americana no Sudeste Asiático. A posição portuguesa era então mais sólida devido “à vitalidade das relações luso-germânicas”, ao “desenvolvimento das relações bilaterais com a França”, ao anúncio da possibilidade do “estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China” e aos convites endereçados “a grupos estrangeiros, a jornalistas, ao Secretário-Geral da ONU e a praticamente todos os embaixadores residentes em Lisboa”, num claro exemplo da “ofensiva diplomática” executada por F. Nogueira.²⁸³

A 11 de Maio de 1966, Salazar escreveu a L. Jonhson para lhe apresentar os argumentos portugueses relativos à crise da Rodésia. Relembrou ao presidente norte-americano que a Rodésia se situa na região de África com maior índice de desenvolvimento, se “encontra livre da infiltração comunista e oferece contra esta uma sólida barreira”. Para Salazar, o que estava em causa para os críticos de Smith não era “o facto [da Rodésia] ter um governo de minoria mas o facto de essa minoria ser branca”. Tinha esperança que “os brancos rodesianos” iriam com o tempo integrar “na administração [rodesiana] a maioria negra”. Se o comunismo vencesse, poderia o Ocidente “enfrentar uma crise militar muito séria”, que afectaria o “Atlântico Sul e o acesso ao Índico”, e enfrentar uma crise económica e financeira com graves consequências “para o dólar e para a libra, as duas moedas de troca do ocidente”. Salazar achava que o presidente dos EUA deveria “desempenhar um papel histórico evitando uma nova crise de vastas proporções”, se intercedesse perante Londres para o “bom êxito das conversas” através de uma expressão “favorável à independência imediata da Rodésia”.²⁸⁴

²⁸² Idem: Notícia do jornal *Rhodesia Herald* de 23 de Novembro de 1965, intitulada “Germany Treads Warily”.

²⁸³ RODRIGUES, Luís Nuno, “Missão Impossível: O Plano Anderson e a Questão Colonial Portuguesa em 1965”, *Relações Internacionais*, Março 2004 (1), pp. 100-103.

²⁸⁴ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 950,172: Carta de O. Salazar a Lyndon Jonhson.

A 15 de Maio de 1965, no seguimento da entrega da carta de Salazar a Jonhson, Vasco Garin embaixador em Washington, aproveitou para exprimir a Rostow (assessor de L. Jonhson na Casa Branca) que a utilização da força por parte da Grã-Bretanha provocaria “uma catástrofe” no Sul da África. Além disso, Garin insistiu que não se deviam consentir “novos passos para a internacionalização” do problema rodesiano.²⁸⁵ A 17 de Maio, Garin tentava mostrar a Dean Rusk o significado da crise da Rodésia e, apelando ao sentimento mais profundo dos norte-americanos, comparou a acção do governo britânico de levar ao CS a crise da Rodésia (porque ao mesmo tempo A. Ross negociava em Lisboa) com a atitude dos japoneses em Pearl Harbour, que atacavam o porto no momento que negociavam com Washington. Garin exprimiu que a atitude da Grã-Bretanha com a Rodésia contrariava a autonomia que lhe tinha sido concedida desde 1943 e que estava a “arrastar a comunidade internacional para medidas que nunca haviam sido tomadas”, violando princípios fundamentais do direito internacional. Lembrou que Portugal concedeu facilidades nos Açores quando Hitler podia ter destruído Lisboa em 24 horas” e que se Ian Smith fosse atacado e caísse, “o caos e a desolação” no Sul da África seria “mais vasto que no Vietname”.²⁸⁶

Também em África o governo português intercedeu por Ian Smith, tendo como pano de fundo a “força da geografia”. Servindo-se da influência que o governo português tinha, em certa medida, sobre Hastings Banda, foi enviado um telegrama para a Embaixada de Portugal em Zomba para que o representante português procurasse os bons ofícios junto do líder africano para influenciar Kaunda. Pretendia-se solicitar que ambos governantes “conjugassem esforços” para interceder junto de outros países africanos e da Grã-Bretanha, a fim de facilitarem o bom termo das negociações anglo-rodesianas, contribuindo “para a manutenção da paz”, sem a qual não haveria “cooperação e progresso” nesta “vasta área de África”.²⁸⁷

²⁸⁵ Idem: Telegrama da Embaixada de Portugal em Washington para MNE em 15 de Maio de 1965.

²⁸⁶ Idem: Telegrama de Vasco Garin para MNE enviado em Maio de 1965 narrando conversa com Dean Rusk.

²⁸⁷ Idem: Telegrama enviado pelo MNE para a Embaixada de Portugal em Zomba em 3 de Maio de 1966.

CAPÍTULO 5 – O APOIO ECONÓMICO

Para lidar com a DUI, H. Wilson tinha como armas na estratégia britânica, o tabaco e o petróleo. O tabaco era a principal fonte de receitas da Rodésia e o sustentáculo da sua economia, sendo a Grã-Bretanha e os EUA os seus principais destinos. Contudo, foi a questão do bloqueio dos combustíveis que mais drama causou à Rodésia e a Portugal. O plano britânico consistia num bloqueio ao porto da Beira para evitar que petróleo ou combustíveis chegassem à Rodésia.²⁸⁸ O bloqueio ao porto da Beira é um claro exemplo do emprego da economia como instrumento de poder por parte da Grã-Bretanha, ao impor um bloqueio com uma força naval para fazer cumprir uma resolução do CS da ONU e compelir Smith a acabar com a independência unilateral da Rodésia.

Face à desproporcionalidade de poder entre Portugal e a Grã-Bretanha, ao governo português pouco mais restava que utilizar a diplomacia para demonstrar que não podia negar o acesso ao mar a países interiores, onde incluía o Malawi e a Zâmbia. De facto, embora a economia moçambicana pouco pudesse fornecer à Rodésia, Portugal poderia garantir a certeza de acesso ao mar através dos portos da Beira e Lourenço Marques, porque estava em causa o abastecimento de combustíveis para a produção de energia e para a agricultura. Além do mais, era possível fazer de Lisboa um ponto de acesso a relações com outros países.

As economias de Moçambique e da Rodésia do Sul estavam intimamente ligadas e quando se previa a secessão da Federação, já no início de 1963, o governo português elaborou uma informação com os aspectos mais preocupantes. Estes estavam essencialmente relacionados com o acordo de emigração, que vigorava desde 1934, com os acordos comerciais, com a construção do *pipeline* da Beira para Feruka e com a coordenação dos transportes com Angola e Moçambique.²⁸⁹

Já em 1964, na eminência da DUI, o governo português adivinhava desastrosos reflexos no campo económico para Moçambique, se fosse suprimido o trânsito de mercadorias rodesianas pelos caminhos-de-ferro e portos moçambicanos. O tráfego corresponderia a receitas em divisas na ordem dos 1500000 contos, valor demasiado elevado para a economia de Moçambique, já que enfrentava um acentuado aumento de despesas em matéria de

²⁸⁸ Cf. Smith, pp. 116-117.

²⁸⁹ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Informação elaborada pelo Consulado de Portugal em Salisbury em Março de 1963.

segurança.²⁹⁰ No caso de um aumento do desemprego na Rodésia, por causa da previsível asfixia económica decorrente de um possível bloqueio, não se podia esquecer que um elevado número de moçambicanos estavam aí emigrados, o que representava uma relevante fonte de receitas para a província.

Para além das consequências previsíveis, era também necessário prever como se poderia mitigar os efeitos de um bloqueio no caso da DUI. Este aspecto foi inicialmente colocado ao governo português por Evan Campbell, em Agosto de 1964 em Lisboa, com o objectivo de preparar um projecto de agenda que estabelecesse como Portugal poderia ajudar a Rodésia do Sul. Dos vários pontos levados à discussão, o “fortalecimento das relações comerciais” com Portugal, “cuja situação económica lhe pareceu óptima”, contrastando com a da Rodésia do Sul, “que classificou de deficiente”, era absolutamente necessário para Smith.²⁹¹

Especial ênfase foi dada aos combustíveis e, se as sanções não fossem “torneadas”, poderia assistir-se ao colapso de importantes sectores da economia rodesiana com as consequentes perdas de empregos de milhares de brancos e muitos mais negros. Isto levaria ao êxodo de milhares de brancos para a RAS, tornando a situação da Rodésia insustentável e que culminaria no derrube de Ian Smith. Se o governo de Smith “não sobrevivesse”, estar-se-ia na situação da criação de mais um Congo ou uma Tanganica “com trágicas consequências para a posição portuguesa em África”.²⁹² Por conseguinte, havia todo o interesse em garantir o apoio económico a Salisbury, embora a pressão internacional, em especial da Grã-Bretanha e da ONU, levantasse importantes problemas a Portugal. Era necessário ser “legalmente impecável” para não deixar dúvidas quanto aos argumentos portugueses para a manutenção do apoio a Salisbury.

O Direito de Acesso ao Mar: A Justificação Jurídica

Quando foi emitida uma resolução que obrigava os membros da ONU a enveredarem pelo embargo económico à Rodésia, o governo português escudou-se na legalidade e nas consequências sobre outros países interiores. Numa conferência de imprensa dada a 15 de Novembro de 1965, Franco Nogueira afirmava que a “aplicabilidade” da resolução seria inconsequente, porque se os transportes ferroviários com origem em Moçambique e na RAS

²⁹⁰ Cf. Jardim (1978), p. 38.

²⁹¹ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Carta enviada da Embaixada de Portugal em Londres ao Director do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar em 24 de Agosto de 1964.

²⁹² AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960,172: De acordo com um relatório elaborado pelos SCCI em 26 de Janeiro de 1966.

fossem suspensos, para além da Rodésia, seria afectada principalmente a Zâmbia. Restaria à Zâmbia, para o escoamento do cobre, a saída por Angola pelo caminho de Benguela, o que, por sua vez, implicava que o Katanga deixasse de ter escoamento para o Manganês. Como “as economias da Zâmbia, do Malawi e da Rodésia” estavam “intimamente ligadas e interdependentes”, necessitavam de fronteiras abertas. Por essa razão, a situação política na África Austral não podia ser encarada através de “resoluções emotivas” do CS e “pretender lançar” sobre Portugal a responsabilidade do insucesso do embargo à Rodésia. Além do mais, era necessário garantir acessos ao mar por causa das realidades “geográficas irremovíveis”, protecção de interesses portugueses e de toda uma região, cuja estabilidade e progresso preocupavam ao governo português “mais que a muitos outros [Grã-Bretanha e EUA]”. Nessa situação, o governo português teria de “agir com grande sentido de responsabilidade e num espírito de colaboração” com os países contíguos, “sem o prejuízo do justo equilíbrio das necessidades colectivas”.²⁹³

O governo português tinha definido algumas orientações concretas no tratamento da questão do abastecimento de combustíveis à Rodésia e, entre elas, a mais importante era a manutenção dos “princípios definidos quanto à liberdade de trânsito para os países do interior”. Desse modo, quaisquer mercadorias que chegassem aos portos de Moçambique com “destino à Rodésia ser-lhes-ia servido transporte”, e não se “aceitaria exercer qualquer interferência ‘policial’, dentro dos limites da sua [portuguesa] soberania”²⁹⁴.

Com esta atitude puramente realista e legalista, era óbvio o aumento da pressão afro-asiática e da Grã-Bretanha. A posição geográfica da Rodésia era a mesma que a da Zâmbia e a rede de transportes era demasiado interdependente para serem tomadas em consideração de forma independente. Isto queria dizer que os portos e as redes de transportes que serviam a Rodésia do Sul, serviam também a Zâmbia, pelo que não era de admitir que o embargo funcionasse para a Rodésia deixando esta circular nas suas infra-estruturas viárias os abastecimentos para a Zâmbia.

Mas para F. Nogueira a questão poderia colocar-se de outra forma: “em que medida era lícito a um país marítimo negar ou interferir na liberdade de trânsito e tráfego legítimo de e para um país interior?” Nos meios internacionais foi notado que a situação de interioridade da Zâmbia, do Malawi, da Swazilândia, do Lesoto e do Botswana, equivaliam a “muitos países interiores no mundo” como a Hungria, Bolívia, Checoslováquia e Suíça.²⁹⁵ Portugal, como

²⁹³ Conferência de Imprensa de Franco Nogueira em 15 de Novembro de 1965 (MNE, 1970, pp. 34-35).

²⁹⁴ Jardim (1978), p. 68.

²⁹⁵ Nogueira (1987), p. 322.

país ribeirinho, foi o primeiro a afirmar que lhe “incumbe a obrigação de assegurar liberdade de trânsito nos seus territórios e portos sem a condicionar à política ou interesse de terceiros”. Este facto torna o governo português consciente “do significado, valor e papel das províncias portuguesas”.²⁹⁶ Com este argumento, o governo português poderia justificar qualquer apoio à Rodésia e, acima de tudo, tirar o máximo proveito na defesa dos seus interesses.

As convenções internacionais impunham aos países marítimos o dever de não interferir com o tráfego legítimo entre o mar e os países interiores. Assim, o governo português tinha o “dever de respeitar escrupulosamente o seu direito à liberdade de trânsito” à Zâmbia, ao Malawi e à Rodésia²⁹⁷. Todavia, o argumento da legitimidade do tráfego podia ser posto em causa, porque, após a decisão do CS da ONU de 20 de Novembro de 1965, o tráfego para a Rodésia deixaria de ser legítimo. Porém, como a resolução foi tomada no âmbito do Capítulo VI da Carta, deixava de ser vinculatória e injuntiva, e não se poderia sobrepor às convenções internacionais. Mas, acima de tudo, o mais importante a reter nessa situação, residia no facto de que qualquer que fosse a interpretação jurídica, Portugal possuía a chave para as comunicações entre o *hinterland* e o mar. Isto queria dizer que o governo português dispunha de poder que a geografia lhe concedia e, a sua atitude, poderia determinar a solução de um problema que se apresentava com dimensão mundial.

Consciente dos “interesses a defender, dos riscos a correr, das legalidades em confronto e de poderes em afrontamento”, o governo português ponderaria “o assunto, e com realismo e coragem” formularia a sua política: não aplicaria quaisquer sanções à Rodésia nem reconhecia a resolução aprovada pelo CS. Portanto, não iria praticar “qualquer acto” que modificasse a situação existente antes da DUI ou que prejudicasse a posição “da Grã-Bretanha” em relação à Rodésia. Na opinião de Nogueira, se Portugal assumisse uma atitude de correcção escudado num princípio legal aceite internacionalmente, podia oficialmente não afrontar a Grã-Bretanha e estabelecer os mecanismos que permitissem a circulação de bens de e para a Rodésia.²⁹⁸

Quando se começaram a sentir os efeitos das sanções, foi a Zâmbia a converter-se na primeira e principal vítima. Dependendo dos transportes através da Rodésia, não era possível crer que Salisbury deixasse passar combustíveis, sendo vítima de sanções. Colhido no redemoinho da DUI, a 22 de Dezembro de 1965, o governo zambiano decreta racionamento de combustíveis, razão que levou Kenneth Kaunda a escrever a Salazar em Janeiro de 1966 para lhe expressar a sua preocupação e solicitar-lhe o abastecimento de combustíveis através

²⁹⁶ Conferência de Imprensa de 12 de Julho de 1966 em Lisboa (MNE, 1970, pp. 63-64).

²⁹⁷ Jardim (1978), p. 53.

²⁹⁸ Nogueira (1987), pp. 323-325.

da Beira e do Lobito.²⁹⁹ A resposta de Salazar foi clara e baseada nas orientações já anteriormente dadas aos representantes do governo português, Jorge Jardim e Freitas Cruz, que lidavam directamente com Salisbury: "Tem sido sempre política do governo português cooperar lealmente com os países sem acesso directo ao mar, independentemente dos seus sistemas políticos [...] ressalvando apenas a evidente necessidade de garantir que a cooperação seja recíproca."³⁰⁰ E, extremamente importante, esta atitude oficial do governo português, perante as dificuldades da Zâmbia, "tinha causado" muito "boa impressão" aos países afro-asiáticos representados na ONU.³⁰¹

Para mostrar determinação, minimizar os efeitos negativos do embargo à Rodésia e enfraquecer a posição portuguesa na questão dos seus argumentos jurídicos, H. Wilson ordenou uma ponte aérea para abastecimento de combustíveis à Zâmbia a partir da Tanzânia, com a Royal Air Force e com o apoio do Canadá. Contudo, a sua inexecutabilidade, essencialmente devido ao seu custo e operacionalização, acabaria por motivar o seu abandono, concentrando-se os "esforços na elaboração de planos conjuntos para um rápido aumento da capacidade das vias ferroviárias e rodoviárias" unindo a Beira, Malawi e Zâmbia.³⁰²

Para demonstrar as intenções portuguesas na questão do direito do acesso ao mar aos países interiores, reuniram em Lourenço Marques entre 15 e 17 de Fevereiro de 1966, as delegações do Malawi, da Zâmbia e de Portugal, "para o estudo da forma de abastecimento" de combustíveis àqueles dois países.³⁰³ Os resultados obtidos nos três dias da reunião "foram altamente positivos" e conduziram à assinatura de "documentos que traduziram íntimo espírito de colaboração".³⁰⁴ Das decisões tomadas por esse comité tripartido, começou a ser efectuado, a 14 de Abril, o abastecimento de combustíveis por caminho-de-ferro e estrada a partir de Moçambique. Também, através do caminho-de-ferro do Lobito, se efectuará "o escoamento de quantidades crescentes de cobre da Zâmbia", que tanta importância tinha para a sua economia. Para o governo português era um claro exemplo de que a "cooperação entre os países na África Austral" era benéfica para a região³⁰⁵ abrindo "largas perspectivas" para

²⁹⁹ Jardim (1978), pp. 100-101.

³⁰⁰ Jardim (1978), p. 102.

³⁰¹ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 950,172: Telegrama enviado da Missão Permanente de Portugal na ONU por F. Nogueira a Salazar em 12 de Outubro de 1965.

³⁰² Nota oficiosa de 28 de Fevereiro de 1966 (MNE, 1970, p. 44).

³⁰³ O governo português reclamava que este entendimento devesse ser tido em conta pelo governo britânico e pela imprensa internacional como um claro exemplo da boa vontade portuguesa e do "cumprimento dos deveres [livre acesso ao mar] que lhe incumbem. Cf. Nota oficiosa de 29 de Abril de 1966 (MNE, 1970, p. 55)

³⁰⁴ Jardim (1978), p. 112.

³⁰⁵ MNE (1970), p. 55. Cf. Jardim (1978), p.113.

um entendimento alargado aos “problemas políticos existentes”.³⁰⁶ Por outro lado, para o governo português, durante as reuniões, não tinha havido a necessidade de “tomar compromissos políticos” entre os participantes, demonstrando que o cumprimento da prerrogativa do direito de acesso ao mar estava acima dos interesses na região.³⁰⁷ Passou então a haver um incremento de abastecimento de combustíveis a partir da Beira, por via terrestre, para o Malawi e para a Zâmbia e do Lobito para a Zâmbia, enquanto Portugal saía reforçado em África.

Contornar as Sanções: O Abastecimento de Combustíveis à Rodésia

De todas as sanções aplicáveis, a dos combustíveis assumia repercussões decisivas, porque se tratava de um bem vital para a Zâmbia, para o Malawi e para a Rodésia. Na sua falta paralisavam os transportes, tornava-se difícil ou quase impossível a exploração mineira de carvão e cobre da Zâmbia, era afectada a agricultura, que se veria privada da utilização extensiva da maquinaria, e as populações ver-se-iam privadas de combustíveis para utilização doméstica, inclusive para iluminação.

A 17 de Dezembro de 1965, a Grã-Bretanha proibiu a venda de produtos derivados do petróleo à Rodésia e a importação de tabaco e açúcar rodesianos, algo que para Salisbury tinha mais importância na Inglaterra do que na Rodésia. Quando a Grã-Bretanha levou a questão das sanções à ONU, H. Wilson estava a reconhecer que a questão rodesiana deixava de ser um problema interno e passava a ser internacional. Além do mais, Ian Smith poderia beneficiar do efeito que as sanções teriam na opinião pública e política moderada na Rodésia e aumentar o seu apoio interno.³⁰⁸ As sanções obrigatórias foram apenas impostas pela ONU em finais de 1966, num período em que havia clivagens entre os Conservadores e Trabalhistas, devido à decisão de Wilson de Abril de 1966 de enviar uma esquadra, a “*Beira Patrol*”³⁰⁹, para o Canal de Moçambique. Wilson acreditava que o factor decisivo para acabar com a “rebelião de Smith”, seria um embargo eficaz ao petróleo, através da acção combinada de um bloqueio naval, do encerramento do *pipeline* Beira–Umtali e do impedimento do fornecimento de petróleo através da RAS.³¹⁰

³⁰⁶ Jardim (1978), p. 115.

³⁰⁷ MNE (1970), p. 55.

³⁰⁸ Cf. Flower, pp. 62-63

³⁰⁹ Doravante “Patrolha da Beira”.

³¹⁰ Cf. Flower, p. 63.

Para o governo português, contornar o embargo do petróleo à Rodésia levantava questões delicadas e só habilmente foi sendo possível concretizar. A Rodésia estava numa situação vulnerável, porque dependia da posição que as grandes companhias de produtos petrolíferos assumissem na crise. Para além disso, a regularidade do abastecimento só poderia efectuar-se de três formas: pelo *pipeline* que alimentava Umtali; importando produtos refinados através dos portos da Beira e Lourenço Marques; ou recebendo combustíveis através da RAS.

Entre as possíveis repercussões, Salazar estava seguro que o problema do abastecimento de combustíveis se apresentaria como um dos mais importantes aspectos no embargo decretado pela ONU.³¹¹ A Rodésia estava completamente dependente do fornecimento de combustíveis provenientes do exterior, cuja operacionalização, por sua vez, estava dependente de companhias britânicas, norte-americanas e francesas. Portanto, era lógico que a atitude dessas companhias fosse a chave para o abastecimento de combustíveis, as quais poderiam ou não seguir as orientações oficiais dos seus governos, depois de decretados os embargos político e económico.

Para contornar as sanções, o governo português não podia dar a mais pequena possibilidade de a Grã-Bretanha ter pretextos para “conseguir da ONU o embargo de petróleo a Moçambique”, que poderia ter como consequências imediatas a diminuição do ritmo das operações militares nesse território.³¹² Contudo, só dois países poderiam garantir que as sanções não seriam eficazes: A RAS e Portugal. E a Grã-Bretanha tinha a certeza disso, mas estava enganada, tanto quanto à eficácia do encerramento do *pipeline* Beira-Umtali, como quanto à vontade do governo português em cumprir as resoluções sem desafiar a ONU. Também não compreendeu a declaração do governo sul-africano, na qual o tratamento com a Rodésia numa base de “negócio habitual” não significava que as trocas comerciais entre os dois países se mantivessem ou diminuíssem.³¹³

A RAS consumia, em 1966, cerca de cinco milhões de toneladas de petróleo, a Rodésia consumia quatrocentas mil e Moçambique, muito longe dos outros dois, consumia cerca de cento e oitenta mil. Parecia óbvio que a RAS estava em melhores condições de ceder parte das suas importações à Rodésia, necessitando apenas de justificar com o seu desenvolvimento económico o aumento da importação. No caso de Moçambique, era muito mais difícil justificar importações de duzentos por cento. Acrescente-se ainda que, na RAS, as três companhias petrolíferas importadoras eram estrangeiras, duas norte-americanas e uma

³¹¹ Jardim (1976), p. 38.

³¹² Carta de Salazar a M. Mathias em 22 de Fevereiro de 1966 in Serrão, p. 550.

³¹³ Flower, p. 63.

inglesa, o que se traduzia na impossibilidade de contornar as sanções sem o conhecimento dos respectivos governos.

Desde 1964 que em Moçambique se tinha estudado a possibilidade de vias alternativas ao abastecimento à Rodésia, já que o consumo de produtos petrolíferos representava apenas um terço do seu consumo interno.³¹⁴ No entanto, havia um factor que dava alguma esperança no apoio a Salisbury: todo o petróleo importado por Moçambique era vendido pela *Total*, companhia francesa, o que levou Marcello Mathias a expor a Couve de Murville, Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, a possibilidade de elaborar “um plano altamente secreto”. Mathias justificava perante o ministro francês a necessidade de apoio a Ian Smith, baseado na premissa da possibilidade do “desmoronamento naquela região” arrastar os países francófonos. Porém, Murville expressou a Mathias que, para além de, oficialmente, querer cumprir as sanções, a França correria, nesse caso, demasiados riscos com os Estados africanos francófonos.³¹⁵ Estava, assim, colocada de parte a possibilidade de um apoio francês no abastecimento de combustíveis.

Não obstante, o governo português dispunha da dedicação e apoio do empresário Jorge Jardim, a quem Salazar confiou uma “intervenção activa” na crise rodesiana.³¹⁶ Jardim dirigia a Sociedade Nacional de Petróleos de Moçambique, que detinha o domínio da distribuição dos petróleos no território. Dirigia também a Sociedade de Refinação de Petróleos (SONAREP) que possuía o exclusivo da refinação, controlando o mercado interno em Moçambique. A ambas companhias estava associada a francesa *Compagnie Francaise des Petroles*, a qual contribuía para abastecer a *Total*, representada na RAS, na Rodésia e no Malawi.

Na eminência da DUI, em Outubro de 1965, Jardim deslocou-se a Salisbury para, em conjunto com Freitas Cruz, planearem o abastecimento de combustíveis com os responsáveis do governo rodesiano. Os rodesianos demonstravam algum optimismo, porque tinham recebido da *Shell* a garantia da impraticabilidade da imposição de sanções e, da companhia *Total*, a garantia de que, se não fossem abastecidos através de Feruka, esta fá-lo-ia. Além destas garantias, havia o reconhecimento de que a Zâmbia só poderia ser abastecida pela Rodésia, o que reforçava ainda mais inexecutabilidade do embargo.³¹⁷

Com início de construção em Maio de 1963, era inaugurado a 27 de Abril de 1965, o *pipeline* que ligava a Beira a Umtali com cerca de 300 quilómetros, com o intuito de colocar

³¹⁴ Jardim (1976), p. 39.

³¹⁵ Carta de M. Mathias a Salazar em 4 de Março de 1966 in Serrão, p. 554.

³¹⁶ Jardim (1976), p.41.

³¹⁷ Jardim (1976), pp. 42-43. Cf. Flower, p. 65.

na refinaria de Feruka cerca de três milhões de galões por ano.³¹⁸ O *pipeline* pertencia à empresa anglo-portuguesa Companhia Pipeline de Moçambique (CPM) e à *Lonrho*, que tinha uma posição dominante no consórcio. O *pipeline* ligava os depósitos de armazenamento de crude no porto da Beira que pertenciam a companhias britânicas e norte-americanas e eram atestados com o petróleo importado do Médio Oriente. Este facto tinha levado a *Rhodesian Railways* e os *Caminhos-de-Ferro de Moçambique* a desmantelarem e venderem um número apreciável de vagões-tanque, o que dificultava a organização de um esquema transporte alternativo.

O *pipeline* tinha funcionado essencialmente com o “objectivo principal de garantir o abastecimento de petróleo à Zâmbia através da refinaria rodesiana” deixando, deste modo, a Zâmbia numa enorme posição de dependência. Logo após a DUI, o governo rodesiano formou um consórcio para ficar com a gestão da CPM, já que a *Lonrho*, a accionista maioritária da companhia, estava sujeita ao controlo britânico.³¹⁹ Quando foi decretado o embargo em 20 de Novembro de 1965, a recomendação para as primeiras sanções, a Rodésia estava em condições de aguentar cerca de três meses de embargo de combustíveis, o tempo suficiente para pensar e operacionalizar alternativas. As grandes companhias tinham cumprido o prometido ao governo de Salisbury, e até a *British Petrols* descarregou em Dezembro de 1965 um petroleiro na Beira demonstrando, de acordo com governo português, a “duplicidade” da política de Wilson.³²⁰

Com esta duplicidade, o governo português acreditava que era o alvo “dos ataques da Grã-Bretanha” por não ser “capaz de lidar” com o problema rodesiano sem “enfraquecer a posição portuguesa”. Chegou mesmo a alegar que havia a “evidência de que a Grã-Bretanha tinha decidido desembarcar forças na Beira se tal fosse necessário”, para fazer cumprir o mandato da ONU.³²¹ Os primeiros meses de 1966 foram o período crucial para o abastecimento de combustíveis à Rodésia, que só podia sobreviver graças à quantidade acumulada até finais de 1965. O auxílio português, embora pouco volumoso, foi decisivo em muitos aspectos, porque os abastecimentos passaram a ser efectuados pelas grandes companhias a partir da RAS, com o porto de Lourenço Marques a desempenhar um papel crucial na entrada do combustível.

Para fazer face ao embargo dos combustíveis, Salisbury solicitou (em Janeiro de 1966) às autoridades moçambicanas, a autorização para construção de seis depósitos com capacidade para 18000 toneladas de combustível. O empreendimento foi executado através de uma

³¹⁸ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Recorte do jornal *Rhodesia Herald*, de 28 de Abril de 1965.

³¹⁹ Flower, p. 64.

³²⁰ Jardim (1976), pp. 48-49.

³²¹ Flower, *Cit.*, p. 65.

sociedade com capitais rodesianos, a "Moçambique Investimentos, Limitada", com autorização e com o "apoio de Salazar", embora fosse reconhecido que a decisão do governo português pudesse levar a um "enfrentamento com Londres". Estes depósitos serviriam para descarregar o petroleiro *Joanna V*, e a partir dali seria efectuada a bombagem para Feruka.³²²

Havia o reconhecimento geral de que, se grandes quantidades de petróleo fossem escoadas para a Rodésia, a política de sanções do governo britânico iria esboroar-se. Em 1966, supunha-se que a Rodésia recebia diariamente cerca de 70000 galões de produtos petrolíferos³²³, metade dos quais através da RAS e os outros através dos apoios concedidos por Portugal, o que poderia "permitir ao regime de Smith sobreviver indefinidamente". Todavia, o apoio português e sul-africano era "encoberto" com o receio de que as sanções fossem estendidas a ambos os países.³²⁴

Em Abril de 1966, depois de, acompanhado de Freitas Cruz, se encontrar com Smith para avaliarem a questão do abastecimento de combustíveis, Jardim viaja para Paris onde se encontraria com Manuel Bullosa³²⁵, o principal accionista do grupo português SONAP, para tentar a colaboração da companhia francesa *Total* no abastecimento de combustíveis à Rodésia.³²⁶ Confirmando o contacto de Mathias com Murville, a resposta oficial da companhia francesa foi negativa, porque estava em causa, para além das boas relações com a Grã-Bretanha, o relacionamento com os países africanos francófonos, um factor de muito peso no governo de De Gaulle.³²⁷

O governo português compreendia a posição cautelosa dos responsáveis franceses, porque a *Total* abastecia praticamente na totalidade os combustíveis a Moçambique e não se poderia correr o risco de uma quebra de abastecimentos nas operações militares.³²⁸ Qualquer que fosse a atitude que o governo português tomasse, depois de confirmadas as preocupações e as advertências do governo francês, teria sérias implicações em Moçambique. Essa atitude era baseada nas advertências das chefias militares em Moçambique, que insistiam no perigo que o colapso da Rodésia significava para o sucesso da luta contra-subversiva.³²⁹ De facto,

³²² Jardim (1978), pp. 119-122.

³²³ Estes dados estaria perto da realidade porque foram os observadores britânicos que os cederam.

³²⁴ AHD – Maço 1108, PAA, Proc. 960,172: Notícia do jornal *Western Mail* de 17 de Fevereiro de 1966, com o título "Oil Leak". O jornalista cita notícias do jornal *The Rand Daily Mail*, conhecido por ser opositor ao regime sul-africano.

³²⁵ Manuel Bullosa granjeava de óptimas relações com a companhia francesa *Total* com quem colaborou de forma contínua durante vários anos no abastecimento de combustíveis à Rodésia. (Serrão, p. 588).

³²⁶ Jardim (1978), p. 84.

³²⁷ Serrão, p. 554.

³²⁸ *Idem*, p. 554.

³²⁹ ANHFSB – Caixa 4289, peça 2: A Rodésia tinha uma fronteira terrestre de 1050 Km com Moçambique, tem quatro milhões negros e apenas duzentos mil brancos. Além disso na Rodésia existem cerca

compensava correr esses riscos, razão que levou Salazar a autorizar Jardim para que “fizesse tudo quanto se pudesse para auxiliar casos de necessidade reconhecidamente vital” de Salisbury. Todavia, a orientação do governante português tinha como ponto de referência uma actuação cautelosa, para não ser responsável pela “inevitável derrocada das sanções”, já que considerava certo de que “as companhias internacionais, com o consentimento dos seus governos, voltariam a abastecer a Rodésia”.³³⁰

Iniciou-se, então, o fornecimento à Rodésia, primeiro aos caminhos-de-ferro, aproveitando as manobras de serviço das máquinas moçambicanas e rodesianas, que no período crítico de 1966 permitiu o abastecimento de 17500 toneladas de gasóleo e permitiu o funcionamento do *Rhodesian Railways* quase em pleno. Também se utilizou, de forma encoberta, a requisição de gasóleo de consumidores portugueses ao longo das linhas Beira-Umtali e L. Marques-Malvéria para fazer chegar à Rodésia ainda mais combustível.

Contudo, as necessidades da Rodésia não eram cabalmente satisfeitas por estes métodos, tendo sido necessário integrar neste sistema simulado a “SONAREP-South Africa”, que requisitava combustíveis a Lourenço Marques, mas que, no caminho eram desviados para a Rodésia. Na Rodésia, o abastecimento de combustíveis era coordenado pela GENTA³³¹ que, no início do ano de 1966, havia solicitado ao governo português que passasse a fazer-se através de L. Marques. As companhias intervenientes³³² “pretendiam que a expedição dos vagões com combustíveis se fizesse como se fossem destinados à RAS”³³³. Também os postos de abastecimento rodoviário junto à fronteira com a Rodésia eram um método com alguma eficácia, como foi o caso do posto de Machipanda, onde chegavam milhares de automobilistas para abastecer as suas viaturas, chegando a gerar o protesto dos cônsules britânicos da Beira e de L. Marques. Todavia, o abastecimento de particulares em território moçambicano estava fora do âmbito das sanções.³³⁴

Com a “Patrulha da Beira” no controlo da navegação em direcção à Beira, passava a ser adoptada outra modalidade para fornecer os combustíveis à Rodésia através de L. Marques, o que levou o Comité de Sanções da *Commonwealth*³³⁵ a propor que fossem vigiados por meios aéreos e navais os petroleiros que ali aportassem. O governo britânico estimava que cerca de

de duzentos e cinquenta mil trabalhadores moçambicanos que podiam ser facilmente influenciados (Apontamento de uma conferência proferida por Pereira Bastos no IAEM em 24 de Fevereiro de 1965).

³³⁰ Jardim (1978), p. 85.

³³¹ Agência oficial de compras do governo rodesiano.

³³² Estavam envolvidas as companhias Shell, BP, Caltex e a Total.

³³³ Jardim (1978), pp. 158-159.

³³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 86-90. As bombas de Machipanda chegaram a vender 300000 litros de combustíveis, que embora irrisórios se converteram numa bandeira desafiante e “legalmente inatacável (Idem, *ibidem*, p. 91).

³³⁵ Com representantes do Canadá, Índia, Paquistão, Quênia, Zâmbia e Jamaica e da Grã-Bretanha.

um terço do petróleo descarregado em L. Marques, excedente das necessidades de Moçambique, era aí refinado e enviado à Rodésia. Perante esse pressuposto, Wilson “teria proposto ao CS limitar a dois terços” o volume de crude para L. Marques.³³⁶ De facto, “o aparatoso movimento de navios tanques que entravam em L. Marques não podia ser ignorado” pela vigilância britânica, embora nunca tivesse “esboçado qualquer interferência”. A isso não seria estranho que cerca de um terço dos navios que entraram no porto de L. Marques tivessem bandeira britânica.³³⁷

Portugal: Uma Porta Aberta ao Mundo

Embora os esforços de Lisboa no abastecimento de combustíveis fosse o aspecto mais marcante no apoio económico, houve outros apoios que também tiveram extrema importância no contexto da crise rodesiana. Para além do aspecto político marcante na relação entre os dois países, o acordo comercial selado entre Portugal e a Rodésia em Fevereiro de 1965 foi o mais importante contributo para o que seria a cooperação económica entre os dois países, em especial a possibilidade de colocação de produtos através de Lisboa por via de Angola e Moçambique.

A missão comercial da Rodésia em Luanda, estabelecida em meados de 1967, desempenhava um papel determinante no apoio a Salisbury, já que era uma porta para empresários rodesianos se estabelecerem fora da Rodésia e, a partir daí, negociarem através dos canais utilizados pelo governo português.³³⁸ Lisboa servia aos rodesianos para estabelecerem ligações comerciais com empresas que não respeitavam as directrizes do embargo decretado pela ONU. Em 24 de Julho de 1965, Harry Reedman discursava num evento cultural em Lisboa afirmando que “Rodésia estabeleceu em Lisboa uma passagem para a Europa”, em complemento com a política de “diversificação da indústria” e produção

³³⁶ ANHFSB – Caixa 7070, Peça 5: Notícia do jornal *Southern Africa*, de 20 de Novembro de 1967, intitulado “Sanctions Group and Loureço Marques Oil ‘Leak’”

³³⁷ Jardim (1978), p. 173. Tb. ANHFSB – Caixa 7070, Peça 5: Informação do MNE para o Secretário Adjunto da Defesa Nacional, datada de 30 de Junho de 1967, sobre um debate na Câmara dos Comuns centrado na nacionalidade dos proprietários dos navios que transportavam combustíveis para o “regime ilegal da Rodésia” através de Loureço Marques. A questão da nacionalidade dos navios que descarregavam em L. Marques foi objecto de intensos debates na Câmara dos Comuns, com o governo trabalhista a ser interpelado e a refugiar-se na “complexidade da forma como eram feitas as entregas”, não sendo possível discriminar e “identificar os navios” que descarregavam combustíveis em bruto e os que transportavam refinados, pelo que estender “a área de operações” da “Patrulha da Beira” a L. Marques era apenas “assunto do CS”.

³³⁸ AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960,172: de acordo com a documentação oficial enviada e recebida no MNE.

agrícola, como reposta à firme vontade de manter a sua “existência”.³³⁹ De facto, era essencialmente através das facilidades concedidas por Lisboa que a Rodésia importava e exportava grandes quantidades de bens. Num relatório da OCDE, publicado de forma sumária no jornal *The Irish Times*, é noticiado o facto de o comércio com a Rodésia ter quadruplicado nos primeiros nove meses de 1967, em comparação com o mesmo período do ano de 1966.³⁴⁰

Era também comum os empresários rodesianos pedirem ao governo português que facilitasse o fluxo das suas mercadorias para outros países através das províncias de Moçambique e Angola, nomeadamente açúcar e tabaco. O sucesso do processo dependia da atribuição da “origem nessas províncias”, o que era facilitado pela semelhança que existia entre esses produtos. Contudo, o governo português, para evitar que houvesse fuga de informação, pretendia que as ligações se estabelecessem pela “via diplomática”, evitando dessa forma uma publicidade inconveniente que permitisse a acusação internacional.³⁴¹

Com o apoio português e desafiando as sanções económicas, a Rodésia participou na Feira Internacional de Lisboa, em Junho de 1968, sendo a primeira vez que participou numa feira fora da África Austral. Não deixou de ser relevante também que o Presidente do Conselho de Exportação do Tabaco da Rodésia se tivesse reunido com homens de negócios portugueses, ingleses e norte-americanos. A vitalidade das relações económicas entre Lisboa e Salisbury eram visíveis no aumento de 170 % das importações portuguesas da Rodésia, em relação a 1966, e as exportações com um aumento de 70%.³⁴² Para Portugal, por não aderir às sanções, o comércio com a Rodésia tornava-se uma excelente oportunidade para reforçar os seus laços comerciais e incrementar os negócios.

Eram também concedidas às empresas mineiras rodesianas facilidades para escoarem os seus produtos. Os rodesianos compravam terrenos com implantação de exploração mineira de baixa produção para, através de uma simulada produção em Moçambique, terem mecanismos de licenciamento de exportação a partir desse território. Tal como para outros produtos, este era um procedimento admissível desde que não prejudicasse “a economia nacional” nem fosse “denunciado” porque, nesta possibilidade, aconteceria o mesmo que no caso do açúcar

³³⁹ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Notícia do jornal *The Star* de 25 de Julho de 1965 intitulado “Rhodesia Portugal Affirm Accord”.

³⁴⁰ Idem: Notícia intitulada “Portugal Increases Trade with Rhodesia”.

³⁴¹ Idem: Apontamento de Hall Themido em 20 de Maio de 1965 acerca de uma reunião com Reedman.

³⁴² AHD – Maço 908, PAA, Proc. 950,172: Notícia do jornal venezuelano *El Nacional* de 25 de Junho de 1968, intitulado “Inoperante el Embargo Comercial sobre Rodésia”.

rodesiano rotulado como moçambicano³⁴³ que o governo da Zâmbia confiscou (4000 toneladas) por ter desconfiado ser proveniente da Rodésia.³⁴⁴

Decorrente das sanções aplicadas à Rodésia, algumas companhias internacionais de aviação deixaram de voar para Salisbury, sendo necessário incrementar o número de voos para escoamento de tráfego aéreo de e para Salisbury. Neste âmbito, com algumas empresas interessadas, foi então estudada a hipótese, “puramente comercial e técnica”, de abrir a carreira Salisbury-Beira, com esta última a servir de interface para voos para Lisboa.³⁴⁵ Em Janeiro de 1968 a TAP voava já para Salisbury uma vez por semana e em 28 de Fevereiro era oficialmente inaugurada a carreira Lisboa-Salisbury, repleta de personalidades ligadas à política e ao mundo dos negócios, indiciando claramente o reconhecimento político do governo português a Smith.³⁴⁶ O número de marcações nessa carreira era tão elevado que, a partir de Junho desse ano, a TAP considerou a possibilidade de fazer dois voos semanais, transformando Lisboa “numa cabeça-de-ponte” entre a Rodésia e a Europa, já que o Aeroporto da Portela dispunha de mais de trinta voos diários para toda a Europa. Todavia, a representação rodesiana aconselhava os homens de negócios da Rodésia a encontrarem-se com os seus clientes em Lisboa, evitando dessa maneira problemas com países que adoptavam as sanções.³⁴⁷

³⁴³ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Informação da PIDE de Moçambique em 7 de Outubro de 1968.

³⁴⁴ Idem: Notícia da Reuter de 15 de Maio de 1967.

³⁴⁵ Carta de M. Mathias a Salazar em 20 de Fevereiro de 1966 in Serrão, pp. 545-546).

³⁴⁶ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Recorte do jornal *The Rhodesian Herald* de 28 de Fevereiro de 1968, intitulada “TAP Inaugural Flight to Bring 50 Visitors from Portugal”.

³⁴⁷ AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960,172: Notícia do jornal *The Cape Argus*, de 4 de Maio de 1968, intitulado “Portuguese Airline to Help Rhodesia”.

CAPÍTULO 6 – A COOPERAÇÃO MILITAR COM A RODÉSIA

Em 1973, o jornal alemão *Bayern Kurier* publicava o artigo intitulado “Aliança Branca no Continente Negro”, referindo-se a um pacto de defesa entre Portugal e a Rodésia, contra os “guerrilheiros que a partir da Zâmbia e da Tanzânia” operavam contra Moçambique e Rodésia de forma coordenada. O jornal adiantava que ao nível local havia já uma estreita coordenação entre os comandos portugueses e rodesianos, mas sem uma “estratégia de defesa coordenada”. Além do mais, se os portugueses retirassem de Moçambique, isso significava para a Rodésia ficar rodeada por inimigos excepto a Sul, onde a RAS era o pilar de suporte. Com o “pacto de Lisboa entre Marcello Caetano e Ian Smith” as acções dos dois exércitos passariam a adoptar um novo *modus operandi* baseado numa “defesa-ofensiva”, na qual forças especiais aeromóveis desempenhariam um papel fundamental na defesa das fronteiras de Moçambique com a Zâmbia e Tanzânia.³⁴⁸

Esta notícia representava a operacionalização de um esquema de defesa rodesiana, com o qual pretendia impedir que Moçambique fosse uma ameaça à sua sobrevivência.³⁴⁹ Desde 1971, a situação em Moçambique tinha-se deteriorado a tal ponto, que uma delegação rodesiana chefiada por Smith viajou para Lisboa para se encontrar com Caetano na tentativa de solucionar o problema da facilidade com que os grupos de “guerrilheiros” atravessavam as fronteiras de ambos países.³⁵⁰

Embora a notícia anterior se refira a um período já de forte luta contra-subversiva em Moçambique e na Rodésia, é no período 1964-1968 que entre a Rodésia e Portugal foram lançadas as bases para uma mais efectiva cooperação na luta subversiva, até ao derrube do regime português em 1974.

As preocupações de segurança e defesa entre ambos países remontam à Federação e tinham sido já debatidas na visita de Roy Wellensky a Lisboa em 19 de Novembro de 1962.³⁵¹ As preocupações de defesa e segurança na África Austral originaram, pouco tempo antes da secessão da Zâmbia e do Malawi, em meados de 1963, o projecto de uma reunião em

³⁴⁸ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172.

³⁴⁹ Cf. Flower, pp.118-119. Quando a área de operações da FRELIMO se estende para Sul do rio Zambeze a situação começava a ser “preocupante para a Rodésia” (Garcia, p.193).

³⁵⁰ Cf. Ibidem, pp. 116-118. Acerca da situação militar em Moçambique a partir de 1969 consultar Garcia (pp. 189-199): o autor detalha o esforço militar e político levado a cabo em Moçambique com a finalidade de derrotar a FRELIMO.

³⁵¹ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Recorte de notícia do jornal *The Guardian* de 19 de Novembro de 1962, intitulada “Dr. Salazar Meets Sir R. Wellensky”.

Lourenço Marques com delegações militares de Angola, Moçambique, Federação das Rodésias e da Niassilândia e RAS, cuja finalidade era a “formação de uma agenda para uma posterior conferência, em que fossem tratados vários aspectos da possível cooperação entre Portugal e aqueles dois países nos sectores da defesa e segurança”. Contudo, com a decisão de 29 de Março de 1963 do governo britânico para a secessão da Zâmbia, foi dado um rude golpe na Federação e essa conferência nunca chegou a ter lugar. Estava previsto, no entanto, que mesmo com o fim da Federação, as facilidades concedidas no território da Rodésia do Sul e determinados acordos se mantivessem.³⁵²

A fronteira comum entre Moçambique e a Rodésia do Sul e a emergência de inimigos comuns catalisou inicialmente a cooperação entre Portugal e a Rodésia, que serviu de forma decisiva a Força Aérea e o Exército rodesianos, porque se centrou no aperfeiçoamento das técnicas militares de contra-subversão, nas operações de sustentação, no fornecimento de armamento, equipamento e abastecimentos.³⁵³

Inicialmente, as relações militares com a Rodésia assumiram a forma de apoio logístico e troca de *Intelligence*, já que, até 1966, as actividades das guerrilhas no interior da Rodésia eram diminutas, porque os líderes nacionalistas negros acreditavam que Smith seria derrubado por uma intervenção militar britânica ou da ONU. A acção das autoridades rodesianas correspondia a acções contra-subversivas de pequena escala do tipo “operação de polícia” ou “estabelecimento de lei e ordem”.³⁵⁴

As Bases Políticas para a Cooperação Militar

A guerra contra-subversiva que as forças portuguesas desenvolviam em África era enormemente dificultada pela distância à Metrópole e, por sua vez, entre os teatros de operações. Não sendo um país rico, reunir o pessoal, material e equipamento para África, transportá-lo a muitos milhares de quilómetros e construir aí bases logísticas para a sustentação de operações, era uma tarefa hercúlea, exigindo um enorme esforço financeiro. No início do conflito em Angola, o esforço militar português estava orientado na OTAN e era necessário reorientá-lo para África, algo que Jonh P. Cann classificou de “um notável feito de

³⁵² AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Informação recebida do Consulado de Portugal em Salisbury em 1 de Junho de 1963.

³⁵³ ANHFSB – Pasta 3036, Peça 2: Carta do ministro da Defesa da Rodésia a F. Nogueira, datada de 15 de Agosto de 1968, a agradecer todo o apoio que até então tinha sido prestado pelo governo português.

³⁵⁴ Cf. Flower, pp. 105-107.

armas”³⁵⁵. Rodeado de ameaças, ao governo português apenas era possível conjugar limitados esforços políticos, económicos e militares para lhes fazer face, nos quais as excelentes relações político-diplomáticas com a Rodésia viriam a desempenhar um papel de relevo na luta comum contra os movimentos nacionalistas e independentistas.³⁵⁶

Não sendo admissível para o governo português que a Rodésia do Sul caísse no controlo dos movimentos nacionalistas, era necessário apoiar Ian Smith e daí colher dividendos para os longos anos de luta que se avizinhavam, até ser demonstrado internacionalmente que o Ocidente teria muito a ganhar com a presença portuguesa na África Austral. Esta terá sido a ideia que orientou o apoio do governo português, após a visita de Ian Smith a Lisboa em 1964.

Na preparação da visita a Lisboa, o governo de Smith apresentou a um conjunto de pontos que pretendiam ser um esboço de um acordo de cooperação entre os dois países, incluindo vários instrumentos e métodos para que Portugal pudesse apoiar a Rodésia no caso da DUI. Entre eles, os respeitantes à *Intelligence* e à segurança revestiam-se de extrema importância para Portugal.³⁵⁷

A Rodésia dava grande importância aos assuntos relacionados com a *Intelligence* e segurança, solicitando ao governo português que se estabelecessem mecanismos de coordenação eficazes entre os serviços secretos de ambos os países. Este facto tinha especial importância, porque os movimentos “revolucionários” e nacionalistas actuavam coordenados e de forma interdependente, sem tomar como limites para as suas operações, as fronteiras entre territórios, sendo necessário fazer disseminar a informação entre as autoridades de ambos países o mais cedo e rápido possível. As autoridades portuguesas davam especial importância ao contacto pessoal para evitar que elementos britânicos dos serviços secretos rodesianos pudessem ter acesso a informação estratégica, pelo que, quando se deu a secessão da Federação, foi essencial preservar os contactos com os rodesianos que trabalhavam nos serviços britânicos, a fim de intensificar a pesquisa de informação na Rodésia do Norte, Malawi e Tanganica.

Ponto de especial importância para os dois países era, ainda, a possibilidade de incrementar o intercâmbio nas visitas de estados-maiores, com as quais podia haver uma efectiva troca de

³⁵⁵ Devido aos desafios logísticos decorrentes da distância de Lisboa às colónias, da fraca economia de Portugal e da necessidade de uma reorientação doutrinária que se colocaram a Portugal (CANN, Jonh P., *Contra-Subversão em África - Como os Portugueses fizeram a Guerra de África*, Lisboa: Prefácio, 2005, pp. 23-34).

³⁵⁶ Garcia, pp. 163-165.

³⁵⁷ AOS/CO/NE-30 A – Documento datado de Setembro de 1964 que se supõe conter os pontos que Ian Smith pretendia negociar com Oliveira Salazar e que foi elaborado a partir das conversações entre o Cônsul de Portugal e o Primeiro-Ministro da Rodésia do Sul que seguidamente se analisa.

lições aprendidas no terreno. Os rodesianos pareciam desejosos de absorver a experiência portuguesa na luta subversiva e o intercâmbio deveria incluir uma cooperação no âmbito da *Intelligence* táctica, bem como operações comuns nas faixas fronteiriças entre Rodésia e Moçambique. Outro aspecto de capital importância na cooperação militar entre os dois governos era a concessão de facilidades logísticas. Para a Rodésia, que dispunha da segunda maior Força Aérea africana, era muito importante contar com os aeródromos moçambicanos no caso de sabotagens aos seus. Para Portugal, era essencial que, através das linhas ferroviárias rodesianas, pudessem circular abastecimentos e tropas entre as províncias de Moçambique e de Angola, podendo deste modo balancear com alguma rapidez o emprego de forças entre aquelas províncias em caso de necessidade.

A aquisição de material de guerra, em especial armamento ligeiro, munições e granadas, fez também parte da solicitação rodesiana que, para além de pretender adquirir em Portugal, também pretendia que a aquisição a outros países pudesse ser feita via Lisboa, contornando o provável embargo.

Embora a cooperação militar com os governos da Rodésia tivesse sido uma constante desde o tempo da Federação, é depois da secessão da Federação que se começam a estreitar, especialmente devido à intensificação das actividades dos movimentos nacionalistas negros, apoiados pelos governos chinês e soviético. Ao mais alto nível, entre a Rodésia e Portugal, com o decorrer do tempo e tendo o governo português a consciência de que era possível que Smith sobrevivesse às pressões internacionais, iam-se cimentando as relações de cooperação político-diplomática. Era essencialmente pela via diplomática, através do Consulado em Salisbury, que os contactos relativos a assuntos militares e de *intelligence* eram efectuados e, só com a nomeação de um “adido militar” na missão rodesiana em Lisboa, é que a ligação directa ao Ministério da Defesa português começou a ser feita.

Com a representação rodesiana em Lisboa a funcionar no âmbito político-diplomático, era necessário agora garantir que os assuntos de interesse militar, um dos aspectos mais importantes no fortalecimento das relações entre Portugal e a Rodésia, passassem a ser desenvolvidos por um “adido militar”. Assim, reconhecendo essa necessidade, em Janeiro de 1966 a Missão da Rodésia em Lisboa propõe ao MNE nomear um oficial para desempenhar as funções de Adido Militar e Aeronáutico, embora “com cobertura civil”, junto da “Missão Oficial” em Lisboa, cujas funções principais passariam a ser: o estabelecimento de ligação com o Ministério da Defesa; a organização dos processos burocráticos para envio de material e equipamento para o Exército e Força Aérea; organizar um sistema “urgente” de fornecimento de material para o Exército e Força Aérea; tratar de todas as encomendas de

material e equipamento para o Exército e Força Aérea provenientes de outras fontes europeias; tratar directamente com os representantes e fabricantes; visitar países para obtenção de materiais e estabelecer acordos financeiros; e manter a ligação estreita com a Força Aérea Portuguesa no âmbito da prestação de serviços de manutenção à Força Aérea Rodesiana.³⁵⁸ A resposta do MNE, por haver conveniência “sob o ponto de vista político”, foi de aceitação, desde que o oficial não usasse “o título de Adido Militar”, mas que junto das instâncias portuguesas competentes se considerasse “esse oficial como adido militar”.³⁵⁹

A Situação na Rodésia e as Ameaças Militares a Moçambique

A estabilidade interna da Rodésia era uma questão fundamental para a segurança em Moçambique, pelo menos porque havia milhares de trabalhadores negros moçambicanos na Rodésia e os efeitos de uma rebelião naquele território afectariam certamente Moçambique. Em Abril de 1964, a viragem política à direita por Ian Smith, que levou a inúmeras detenções políticas de nacionalistas negros, e a declaração da DUI, deixaram de parte a possibilidade de uma negociação política entre negros e brancos, levando os negros nacionalistas a participarem em actividades de desordem interna a fim de levarem os britânicos a uma intervenção militar para depor Smith.

De facto, a “decisão formal de enveredar por uma luta armada” na Rodésia tinha sido precedida da militância nacionalista, que tinha começado no final dos anos 1950, e pela formação do ZANLA em 1962, deixando os serviços de *Intelligence* rodesianos alertados para o movimento de elementos que, a partir desse ano, começaram a sair da Rodésia para “receber treino de táticas guerrilha” nos países limítrofes. A DUI passou incólume aos movimentos nacionalistas sem registos importantes e o foco da *Intelligence* centrou-se na análise de relatórios que aludiam a uma possível invasão britânica e um aumento de desafectos nas Forças Armadas da Rodésia.³⁶⁰ Dessa forma, as actividades dos nacionalistas negros até ao fim da Federação eram uma missão para as forças de segurança interna, sendo necessária a criação de “um organismo detector dos perigos” que vinham do estrangeiro”³⁶¹ e neste

³⁵⁸ ANHFSB – Caixa 6987, Peça 9: Pedido da Missão Rodesiana em Lisboa para aceitação de um Adido Militar e Aeronáutico em Lisboa, datado de 4 de Janeiro de 1966.

³⁵⁹ Idem: Ofício do MNE enviado por Hall Themido ao Secretário Adjunto da Defesa Nacional em 31 de Janeiro de 1966 contendo a posição desse Ministério.

³⁶⁰ Cf. Flower, p. 102.

³⁶¹ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,17: Informação do MNE, datada 31 de Março de 1963, contendo as consequências que se esperavam do fim da Federação das Rodésias e Niassilândia, enviada ao Director dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar em 1 de Junho de 1963.

âmbito, Portugal tinha especiais interesses e poderia prestar algum apoio importante através dos SCCIA, SCCIM e PIDE.

Sabia-se que a FRELIMO recebia apoios de países africanos como a Tanzânia, a Argélia e a Tunísia, de não africanos como a Índia e Checoslováquia e até de comités não governamentais dos EUA e do Canadá. Contudo, o apoio mais importante no terreno era prestado pelos países limítrofes, com especial incidência pela Tanzânia, Malawi e Zâmbia, onde se situavam santuários dos diversos movimentos nacionalistas da África Austral.

Como a Zâmbia e o Malawi necessitavam de acesso ao mar, poderiam lucrar com um possível desmembramento de Moçambique. Hastings Banda teria confessado a sua pretensão sobre a região compreendida entre os rios Lúrio e Zambeze, como meio para “aceder sem problemas ao Índico”.³⁶² O Malawi “constituía um eixo de progressão favorável à penetração” da FRELIMO em Moçambique e contava com apoio de “vastos sectores” do *Malawi Congress Party* (MCP) e da população, embora Banda não o reconhecesse oficialmente perante o governo português, sendo imperioso para a FRELIMO o seu estabelecimento junto à fronteira moçambicana. Quanto à Zâmbia, parecia haver mais ambiguidade ao estabelecer em Lusaka o “Centro de Libertação”, que congregava as organizações subversivas para os territórios portugueses, rodesianos e sul-africanos.³⁶³

A estratégia dos nacionalistas negros da ZANU e da ZAPU em criar condições para que a Grã-Bretanha ou qualquer outra potência ocidental pudesse encontrar um motivo político para intervir na Rodésia, deitou por terra as esperanças de derrubar Smith, o que se traduziu num enorme atraso na preparação da subversão na Rodésia. Além do mais, a CIO tinha enorme sucesso na perpetuação da cisão entre o ZAPU e o ZANU, através da penetração nesses movimentos por parte de agentes rodesianos, explorando o nepotismo e o tribalismo que caracterizavam ambos os movimentos. Isto aplicava-se também aos respectivos braços armados ZANLA e ZIPRA.³⁶⁴ Como o apoio logístico aos movimentos na África Austral era maioritariamente garantido a partir dos países limítrofes e o apoio político era essencialmente garantido pela China e URSS, era relativamente fácil estabelecer a ligação entre eles e prever com algum grau de certeza as acções que desenvolveriam. Por esse motivo, relevava-se de especial interesse a partilha da *Intelligence* entre a Rodésia e Portugal.

³⁶² AHD – Maço 1099, PAA, Proc. 960,172: Informação do Cônsul em Salisbury, Pereira Bastos, enviado ao MNE em 14 de Fevereiro de 1962, que relata uma entrevista de H. Banda à imprensa acerca das possíveis consequências da independência da Niassilândia no tocante às comunicações com o exterior e respectivas relações com o poder português em Moçambique.

³⁶³ Cf. Garcia, *Cit.*, pp. 152-154.

³⁶⁴ Cf. Flower, p. 104.

Para Salisbury, a preocupação com a segurança e defesa não estava relacionada com a situação interna na Rodésia, mas com o que podia vir do exterior, sobretudo depois da independência da Zâmbia, por não confiar na sua estabilidade política. Lisboa e Salisbury reconheciam que um grande perigo para a segurança e estabilidade interna na Zâmbia era a “forte influência comunista entre os sindicalistas” do “*Copperbelt*” zambiano. Para além disso, a URSS e a China preparavam-se para abrir embaixadas em Lusaka, que eram entendidas pela “*intelligence* rodesiana” como pontos de apoio de uma campanha subversiva para dominar a África Austral. O ponto fraco na segurança entre a Zâmbia, a Rodésia e Moçambique era a sua fronteira comum na região de Zumbo-Feira, que se esperava ser o local mais propício aos movimentos e infiltrações dos movimentos subversivos a actuar na região.³⁶⁵

Nas semanas que sucederam a DUI, uma “violência não organizada” tinha-se expandido ao longo da estrada que entre Bulawayo a Salisbury, deixando a fronteira com Moçambique relativamente calma. As “actividades terroristas” baseadas na Zâmbia foram facilmente debeladas pelas forças de segurança rodesianas colocadas junto à fronteira, mostrando de uma forma clara sua eficácia.³⁶⁶ Enquanto a Rodésia conseguisse conter os ataques das guerrilhas com base na Zâmbia, o flanco sul de Moçambique estaria protegido. Era, portanto, necessário garantir o apoio militar possível à Rodésia a fim de deixar as preocupações a Sul do rio Zambeze e focalizar o esforço militar em Moçambique na região de Tete, Niassa e Cabo Delgado.

O Apoio Militar Possível

Entre 6 e 15 de Outubro de 1964, esteve em Lisboa uma missão militar rodesiana que tinha como finalidade visitar estabelecimentos fabris e empresas ligadas ao fabrico de armamento para determinar se havia condições para estabelecer um protocolo de comércio de material militar com Portugal. Nomeadamente, “ver os vários aspectos da produção e discutir a possibilidade de compra de determinados artigos” como armamento, munições, verificar a capacidade de produção, o controlo de qualidade, o controlo da exportação e capacidade de envio dentro de prazos estabelecidos.³⁶⁷

³⁶⁵ AHD – Maço 1110, PAA, Proc.960,172: Relatório da 1ª reunião entre a delegação da Rodésia que acompanhou Smith a Lisboa e responsáveis portugueses da Defesa Nacional, em 7 de Setembro de 1964.

³⁶⁶ ANFSB – Pasta 6995, Peça 2: Informação de Serviço do Adido Militar em Salisbury em 30 de Novembro de 1965.

³⁶⁷ AHD – Maço 1096, PAA, Proc. 960,172: Relatório da primeira reunião com a Missão Militar da Rodésia do Sul, em 7 de Outubro de 1964.

Decorrente desta visita, é assinado em Dezembro de 1964, um protocolo entre os dois governos para estabelecer uma plataforma de entendimento para futuras aquisições de material de guerra em Portugal por parte das Forças Armadas da Rodésia.³⁶⁸ Quando em Outubro de 1965 já se adivinhavam as sanções à Rodésia, uma missão rodesiana deslocou-se a Portugal para adquirir armamento ligeiro, e respectivas munições, e munições para a Força Aérea. A delegação rodesiana pretendia que as encomendas só se fizessem através de “contactos governo a governo” ou então, através de agentes sobre os quais recaísse confiança absoluta para evitar problemas para ambos os países.³⁶⁹ Além da disponibilidade dos fabricantes portugueses em produzir por encomenda das Forças Armadas da Rodésia, Lisboa seria também utilizada como entreposto na compra de material militar em países terceiros para posterior envio a Salisbury. Foi o caso, por exemplo, da aquisição de motores para aviões rodesianos a uma firma inglesa através da Força Aérea Portuguesa.³⁷⁰

Decorrente do acordo entre Smith e Salazar em Lisboa, em Abril de 1965 começaram a intensificar-se os contactos de alto nível para operacionalizar a cooperação militar. Freitas Cruz reuniu-se com o Chefe de Estado-Maior do Exército Rodesiano, General Putteril, para tratar de aspectos relacionados com a cooperação militar entre os dois países e, contrariamente ao que pensavam os britânicos e os norte-americanos, foi informado que as forças rodesianas estavam preparadas para enfrentar a subversão.³⁷¹

Nesse mesmo mês, uma delegação do Estado-Maior do Comando Aéreo de Moçambique visitou as instalações da Real Força Aérea da Rodésia no intuito de estabelecer uma mais efectiva cooperação, relacionada especialmente com a partilha de aeródromos, manutenção de aeronaves, abastecimento de combustíveis e cedência de espaço aéreo. Para retribuir, a delegação portuguesa convidou os rodesianos a visitar as instalações da Força Aérea em Portugal e a negociarem mecanismos para ultrapassar a sua excessiva dependência em sobressalentes e aeronaves da Grã-Bretanha, da qual se pretendiam libertar.³⁷² Este aspecto era demasiado importante na eminência da DUI e das previsíveis sanções impostas pelos britânicos. Não se pode esquecer que a Força Aérea da Rodésia era a segunda mais poderosa

³⁶⁸ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172.

³⁶⁹ Idem: Actas de duas reuniões entre representantes da SGDN e uma missão militar da Rodésia, em 7 de Outubro de 1965, para estabelecer as condições de controlo de qualidade e aquisição de material e equipamento militar em Lisboa.

³⁷⁰ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Apontamento de Hall Themido em 20 de Maio de 1965 acerca de uma reunião com Reedman.

³⁷¹ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Aerograma recebido do Consulado de Portugal em Salisbury em 12 de Abril de 1965.

³⁷² ANHFSB – Caixa 4276, Peça 3: Relatório da visita do Comando da Região Aérea 3 (Moçambique) à Rodésia entre 29 Março de e 4 de Abril de 1965.

de África e um instrumento de elevado valor estratégico, em especial as unidades de helicópteros, que acabariam por ser fundamentais no sucesso da luta armada contra os elementos subversivos na Rodésia e em Moçambique.

As múltiplas visitas de delegações rodesianas da CIO a Angola e Moçambique e as correspondentes de delegações dos SCCIA e SCCIM à Rodésia visaram, especialmente, o esclarecimento de pormenores de actuação “das guerrilhas” e da acção das respectivas forças armadas. No terreno, e ao nível dos comandos locais, contíguos aos dois países, a cooperação de maior relevo resumia-se à troca de *Intelligence* táctica.

A CIO, estando bem colocada na Zâmbia, garantia às forças portuguesas o fluxo de informação sobre os acontecimentos mais importantes, algo de excepcional valor estratégico em 1964, já que Portugal estava na eminência de perder o Consulado Português em Lusaka e se intensificavam as actividades da China e da URSS nesse país.³⁷³ Portugal, por seu lado, enviava a Salisbury a informação com interesse para a Rodésia que fosse obtida pelos seus serviços.³⁷⁴ A testemunhar o aumento do fluxo de serviço de cooperação na *Intelligence*, via Salisbury, esteve o pedido de F. Cruz para a colocação de um funcionário para tratamento exclusivo desses assuntos.³⁷⁵

Ao nível departamental e governamental, o Ministro da Defesa da Rodésia, Benoy, propôs ao governo português estender a cooperação na *Intelligence* ao “nível nacional” entre Lisboa e Salisbury. Benoy pretendia que Portugal fornecesse informações relevantes sobre os países do Norte de África que apoiavam os movimentos subversivos que tinham como objectivo vital a expulsão dos brancos do continente. Para Portugal, a importância da cooperação residia no estabelecimento de uma rede eficaz que fornecesse informações sobre as actividades subversivas na África Austral, onde a CIO estava muito bem colocada.³⁷⁶

A cooperação militar ao nível dos comandos militares locais era uma excelente resposta no combate aos grupos que se infiltravam em Moçambique e na Rodésia e, acima de tudo, parecia ser uma resposta eficaz para uma guerra que exigia flexibilidade de planeamento e rapidez de actuação ao nível táctico. De facto, era ao nível local que havia o reconhecimento

³⁷³ ANHFSB – Caixa 6979, Peça 5: Apontamento da reunião de Freitas Cruz com o chefe da *Intelligence* da Rodésia do Sul em 4 e 7 de Setembro de 1964.

³⁷⁴ Idem: Nota de 2º Repartição do EME para Adido militar em Salisbury de 15 de Julho de 1965.

³⁷⁵ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960,172: Informação do MNE acerca do pedido do Consulado de Portugal em Salisbury para colocação de um funcionário do SCCIA para assuntos de “intelligence” nesse consulado, em Setembro de 1965.

³⁷⁶ AHD – Maço 1109, PAA, Proc. 960,172: Informação enviada da Secretaria-Geral da Defesa Nacional para o Gabinete dos Negócios Políticos do MNE, baseada na pretensão de Benoy em elevar o nível de cooperação das informações entre Portugal e a Rodésia.

efectivo das necessidades operacionais e táticas, pois o tempo necessário para solicitar autorizações via canal de comando, podia fazer perder a oportunidade e a eficácia da acção.

Para além da consolidada cooperação no âmbito da *Intelligence* e dos arranjos operacionais ao nível local, em termos operacionais, as Forças Armadas Rodesianas prestaram também importantes apoios nos combates contra as forças da FRELIMO em operações combinadas. Um claro exemplo é o apoio prestado por uma *Task Force* de helicópteros rodesianos em Tete, entre 25 e 29 de Julho de 1968, durante a “Operação Dália”. Este apoio só foi possível porque, com o decorrer da intensificação das acções dos movimentos subversivos, era reconhecida a interdependência militar sendo a cooperação operacional uma estratégia adoptada ao mais alto nível dos comandos militares. Nesta operação foi o próprio Ian Smith que aprovou o envio da *Task Force*, comprometendo-se a disponibilizar no futuro, ao Alto-Comando Moçambicano, novos apoios de forma continuada.³⁷⁷

Em resultado do aumento das acções militares da FRELIMO nos finais dos anos 1960 a Sul do Zambeze, foram aumentando as operações militares executadas em cooperação³⁷⁸ entre as forças portuguesas e as rodesianas. Destacamentos rodesianos de forças aeromóveis eram normalmente o meio mais importante nas operações, “cuja eficiência tinha a mais alta consideração” dos comandos portugueses. Pelos resultados positivos que cooperação operacional tinha alcançado, o comando moçambicano solicitou que se passassem a executar em coordenação e cooperação duas operações militares por mês, acolhendo nos estados-maiores das unidades a “presença de oficiais da Rodésia em sessões de planeamento”.³⁷⁹

De facto, as circunstâncias políticas e militares começavam a determinar a necessidade de “haver um planeamento militar” combinado de contingência que fizesse face a ameaças, como as originadas com a construção do caminho-de-ferro da Tanzânia. Este assunto já tinha sido discutido em Salisbury por uma delegação portuguesa e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rodésia, havendo a consciência de que, para além das consequências políticas e económicas desse traçado, os problemas de segurança comum na África Austral requeriam um planeamento militar combinado. Para lidar com esta ameaça, era necessário envolver também a RAS que, apoiando já a Rodésia com forças militares e de polícia, apoiava de forma indirecta as operações em Moçambique. Parece ter sido um dos assuntos colocados às

³⁷⁷ ANHFSB – Pasta 3036, Peça 2: Carta do ministro da Defesa da Rodésia a F. Nogueira, datada de 15 de Agosto de 1968, a agradecer todo o apoio que até então tinha sido prestado pelo governo português.

³⁷⁸ Por exemplo as Operações TRIPPER, EQUATOR e GARDEN executadas em Tete durante o ano de 1968, cuja finalidade era combaterem “a penetração terrorista e o seu domínio sobre a população”.

³⁷⁹ Idem: Relatório de uma reunião em Tete em 4 de Outubro de 1968.

autoridades sul-africanas pelo Chefe de Estado-Maior da Força Aérea da Rodésia para, de uma forma integrada, elaborar um plano conjunto que envolvesse todo o Sul da África.³⁸⁰

Já mais tarde, em 1971, com a deterioração da situação militar em Tete, Cabo Delgado e Niassa, a preocupação da Rodésia com Moçambique originou uma viagem a Lisboa de K. Flower para discutir a situação e convencer Marcello Caetano a seguir outra abordagem.³⁸¹ Os rodesianos pretendiam mostrar que a guerra em Moçambique não estaria exclusivamente dependente da acção das forças armadas. Outras visitas de Flower se seguiram até que, em Agosto de 1972, Smith veio pessoalmente a Lisboa discutir a situação em Moçambique com M. Caetano. Apresentou-lhe um relatório da CIO intitulado “*Mozambique: Threat to Rhodesia*”. Neste relatório, a CIO propõe que se mantenha a cooperação com Portugal para que não abandone o território que, a acontecer, representaria uma enorme perda para os interesses da Rodésia. De uma situação de vantagem no período de 1964 a 1972, a Rodésia e Portugal passavam a enfrentar uma situação de impasse de consequências imprevisíveis.³⁸²

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ A abordagem defendida por Flower para Moçambique centrava-se no aumento da responsabilidade da polícia e colocar a segurança da população rural como centro de gravidade das operações militares, tal como os rodesianos baseavam o sucesso das operações militares contra-subversivas na Rodésia. Este facto levou Marcello Caetano a informar Kaúlza de Arriaga que o chefe da CIO da Rodésia “culpava” os generais portugueses do insucesso das operações em Moçambique.

³⁸² Flower, pp. 116-119.

CAPÍTULO 7 – TENSÃO NAS RELAÇÕES ANGLO-LUSAS

Salazar e a “Ameaça” Anglo-Americana

As relações anglo-lusas durante a crise rodesiana estão intimamente ligadas aos acontecimentos de 1961 com a Índia, quando Oliveira Salazar pretendeu pôr em causa o Tratado de Windsor. Lisboa tinha solicitado a Londres, a 11 de Dezembro de 1961, um conjunto determinado de meios para “fazer frustrar a agressão indiana”. Todavia, Londres invocava “inevitáveis limitações” quanto ao que podia ceder a Portugal contra um membro da *Commonwealth*. Para Salazar, as “inevitáveis limitações” britânicas eram uma referência eufemística que significava que o governo britânico se eximia ao “cumprimento de Tratados”. Além do mais considerava “admirável o pragmatismo da política britânica: simplesmente nem sempre pode evitar o aborrecimento de dolorosas contradições”.³⁸³

Salazar via Londres como um elemento chave na estratégia diplomática que pretendia empreender para mobilizar o apoio dos seus aliados na ONU durante a crise na Índia portuguesa, mas os britânicos resolveram não se envolver. Quando Salazar invocou formalmente a aliança luso-britânica para fazer frustrar as pretensões de Nehru, Londres decidiu não adoptar uma atitude de empenhamento activo na questão luso-indiana.³⁸⁴

O pretexto invocado por Londres na crise de Goa era o envolvimento de um membro da *Commonwealth* e o Tratado poderia não ser válido. Todavia, o governo português não pedira a Londres um envolvimento militar contra a União Indiana, pelo que, numa avaliação do Embaixador Britânico em Lisboa, Archibald Ross, “a probabilidade da aliança sucumbir na próxima crise era forte” e que se reforçava com o reconhecimento de uma crise que envolvesse Angola ou Moçambique podia muito provavelmente pôr em causa o Tratado de Windsor.

Depois do discurso de Salazar a 3 de Janeiro de 1962 na Assembleia Nacional, o assunto foi então debatido em Westminster, tendo intervindo o então deputado trabalhista Harold Wilson, no intuito de questionar o governo acerca da importância da aliança face à

³⁸³ Discurso de Oliveira Salazar em 3 de Janeiro de 1962, *Cit.*, pp. 177-186, in Henriques & Mello, pp. 287-288. Em 11 de Dezembro de 1961 o Embaixador Manuel Rocheta é mandado por Salazar entregar ao primeiro-ministro britânico, MacMillan, o texto que invocava a declaração luso-britânica de 1899 como meio para solicitar ao governo britânico os meios para fazer frustrar a agressão militar eminente sobre Goa (Nogueira (2000b), pp.358-359).

³⁸⁴ Oliveira, pp. 267-270.

necessidade de prestígio britânico nas Nações Unidas. Wilson pretendia que a política colonial portuguesa fosse criticada “com severidade” e que isso se repercutisse no sentido de voto que até então tinha sido o padrão britânico.³⁸⁵

Para além dos acontecimentos de Goa e da atitude britânica na ONU na crise rodesiana, teve também impacto muito profundo a política britânica ser considerada pelo governo português como “de abandono dos seus territórios africanos” e pretender que Portugal “fizesse o mesmo”. Ainda em Lisboa, havia o sentimento de que a guerra subversiva nos territórios era “imposta do exterior” com a conivência da Grã-Bretanha, sabendo que “países da *Commonwealth*” acolhiam “movimentos terroristas” que lutavam contra a presença portuguesa.³⁸⁶

Quando se inicia a crise da Rodésia e são decididas as sanções contra o governo de Ian Smith, começa a haver a insistência britânica em fazer crer que aquelas sanções seriam a chave para o colapso do regime do país. Contudo, três meses após a DUI, a economia rodesiana ia aguentando, embora com algumas restrições de produtos essencialmente importados da Grã-Bretanha, por força dos embargos ou por restrições às importações. Todavia, a ameaça mais séria à manutenção de Smith estava no campo combustíveis, onde Portugal poderia fazer algo de significativo.

Um factor também relevante nas relações anglo-lusas neste período era a constante tentativa britânica em fazer crer a Lisboa “que os interesses portugueses em África seriam melhor servidos com a queda do governo de Ian Smith”, algo que os responsáveis portugueses consideravam de “pérfido”.³⁸⁷

Intimamente ligado aos objectivos da Grã-Bretanha estava também Washington, que tinha declarado estar de forma incondicional ao lado dos britânicos nesta crise. Por isso, era muito importante o que os responsáveis portugueses pensavam dos verdadeiros “objectivos [...] anglo-americanos” na crise rodesiana³⁸⁸. Franco Nogueira achava que um objectivo da aliança anglo-americana era “derrubar o regime de Smith” e lançar o caos e a confusão, com o inconveniente de colocar entre Angola e Moçambique “mais uma Tanzânia”. Outro objectivo

³⁸⁵ Idem, pp. 287-288.

³⁸⁶ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Aerograma recebido do Consulado de Portugal em Salisbury para MNE em 7 de Junho de 1968, relatando uma conversa entre F. Cruz e o recém-nomeado chefe de missão residual britânica em Salisbury, Peter Carter.

³⁸⁷ AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Informação do Consulado de Salisbury para o MNE em 19 de Fevereiro de 1966.

³⁸⁸ De facto, existia um alinhamento anglo-americano nas suas políticas externas para com África, e neste caso da Rodésia, é o exemplo de uma reunião entre altos dignitários britânicos e norte-americanos na qual se discutiu que medidas económicas e políticas deveriam ser tomadas por ambos no caso de uma declaração unilateral por parte da Rodésia (FRUS, 1964-1968, Vol. XXIV, 480: *Memorandum of Conversation* (480) em 11 de Outubro de 1965).

poderia ser a manutenção do regime de Smith, mas “servir’ Moçambique e Angola” aos africanos como compensação, levando-os a reconhecer que “não valia a pena fazerem uma guerra contra Smith”. Um terceiro objectivo poderia ser a utilização da força contra Smith, invocando, através do Capítulo VII da Carta das NU, o “direito de passagem” por Moçambique e deste modo permanecer no território “para debelar essa outra ameaça à paz e segurança internacionais”, que era a “presença de Portugal em África”. O reconhecimento britânico de que a política portuguesa em África era bem sucedida, cujos sinais eram o bom relacionamento com Hastings Banda e Moisés Tschombé e uma melhoria nas relações com Kenneth Kaunda, podia levá-los a um quarto objectivo, que era evitar que “a Sul do equador se estava a fortificar e consolidar um grande e rico bloco não dominado pelos anglo-americanos”. Além disso, com a perda de Moçambique e Angola, Portugal sofreria “uma convulsão interna” e ficaria resolvido de forma definitiva “o problema dos Açores”. Esta análise criava o sentimento de a Inglaterra estar “nitidamente a seguir as pisadas que levaram a 1890”.³⁸⁹

O governo português considerava que, numa época de intensa luta pelo controlo do Médio Oriente, Ásia e África, em especial a Sul do Equador, era muito importante para os anglo-americanos garantirem uma forte presença militar no Índico, para a qual o controlo do canal de Moçambique era ponto-chave. Os britânicos, já com uma base naval na RAS pretendiam estabelecer uma base em Majunga, Madagáscar, um país com forte ligação à França. Para este país, o bloqueio da Rodésia e a consequente fiscalização do Canal de Moçambique eram pretexto para a implantação britânica na zona para satisfazer a necessidade de os americanos se instalarem na região por estarem a perder influência no Pacífico.³⁹⁰ Em Setembro de 1967 suspeitava-se que os britânicos e os americanos estavam a negociar a instalação de uma base aero-naval em Tanzânia como meio de reforçar a sua presença militar no Índico.³⁹¹

Com esta avaliação dos responsáveis portugueses, havia mais motivos para aumentar a desconfiança em relação aos ingleses e americanos.

O “Reconhecimento” da Rodésia

Até à dissolução da Federação em 1963, a representação dos interesses da Rodésia do Sul em Lisboa era assegurada por um diplomata escolhido por Salisbury, mas vinculado à

³⁸⁹ Carta de Franco Nogueira a M. Mathias em 13 de Abril de 1966 in Serrão, pp. 561-562.

³⁹⁰ ANHFSB – Caixa 4372, Peça 8: Informação do Director Geral dos Negócios Políticos do MNE para o SGDN em 23 de Agosto de 1967.

³⁹¹ Idem: Recorte do jornal *The Nationalist*, de 1 Setembro de 1967.

embaixada britânica. Em 1963, após a dissolução da Federação, o governo de Londres, através de A. Ross, enviou a F. Nogueira uma nota oficial a informar que o governo da Rodésia do Sul tinha autoridade conferida pelo governo de Sua Majestade para “acreditar os seus representantes nos governos dos territórios vizinhos”³⁹².

No entanto, quando Salisbury solicitou o acordo do governo português para a nomeação de H. Reedman, inicia-se um diferendo entre Lisboa e Londres que pôs à prova a sua aliança mais duradoura. Em Agosto de 1965, o governo britânico afirmou ao governo português que a aceitação de H. Reedman como representante diplomático rodesiano teria sérias consequências.³⁹³ Mas a resposta de Lisboa não poderia ter sido mais cordial, ao afirmar que essa situação apenas dizia respeito à Inglaterra, ou seja, um assunto de âmbito interno e somente entre Salisbury e Londres.³⁹⁴

O Secretário de Estado da *Commonwealth*, Arthur Bottomley, afirmou que H. Reedman era visto pelo seu governo como um membro da Embaixada Britânica em Lisboa e que isso tinha “sido expresso de forma clara ao governo português”. Tal como em Washington e em Bona, a Rodésia do Sul podia ter um representante em Lisboa como “parte da Embaixada Britânica” e não podia ser comparado com o representante diplomático acreditado na RAS, que definiu como “acidente histórico”, que tinha esse estatuto devido à saída da RAS da *Commonwealth*³⁹⁵. Para que não acontecesse o mesmo com Reedman, era necessário renegociar os “*entrustments*”.³⁹⁶ O que realmente estava em causa para a Grã-Bretanha era a utilização do “qualificativo diplomático” na expressão oficial, já que o governo português tinha aceite o termo “representante rodesiano”, embora o Ministro Benoy tenha “aludido o termo ‘representantes diplomáticos’ às representações em Pretória e Reino Unido” e havia o receio de que o mesmo fosse aplicável à Missão em Lisboa.³⁹⁷

O governo britânico tentou também que os EUA influenciasse a posição portuguesa quanto à acreditação de Reedman, para levar Lisboa a não o receber como representante rodesiano e

³⁹² Esta nota oficial surge em virtude do encerramento do Consulado na Beira e da representação em Lisboa por motivos económicos, mantendo aberto em L. Marques uma representação oficial (AHD – Maio 1109, PAA, Proc. 960,172: Nota oficial enviada por Archibald Ross a F. Nogueira em 12 de Dezembro de 1963).

³⁹³ AHD – Maio 1111, PAA, Proc. 960,17: Telegrama expedido de MNE para Consulado em Salisbury em 25 de Agosto de 1965.

³⁹⁴ F. Nogueira reafirmou que Portugal tinha declarado publicamente que aceitava Reedman sem o classificar e que nessa altura a Inglaterra nada objectara e que não gostaria que as “ameaças fossem repetidas” porque a posição portuguesa era “bem clara e inatacável” (Idem).

³⁹⁵ Quando a RAS pertencia à *Commonwealth* o estatuto do representante em Pretória era Alto-Comissário e com a sua saída passou a ter estatuto de Representante Diplomático Acreditado.

³⁹⁶ AHD – Maio 1111, PAA, Proc. 960,172: notícia do jornal *The Guardian* de 24 de Agosto de 1965, intitulado “Status of Rhodesia’s Man in Lisbon «unresolved»”.

³⁹⁷ AHD – Maio 1110, PAA, Proc. 960,172: Aerograma do MNE para o Consulado de Portugal em Salisbury em 18 de Agosto de 1965.

“evitar uma séria disputa diplomática (sic)”, porque isso implicaria o fim das negociações com Salisbury e o encerramento dos gabinetes rodesianos das embaixadas britânicas, incluindo a de Washington.³⁹⁸

Quando Smith declarou em Salisbury que o seu governo estava em posição vantajosa, interpretando a questão de Reedman como “um triunfo para a Rodésia”, o governo britânico ficou conotado com uma “fraqueza” que se iria repetir na DUI. Por essa razão, as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha sofrem um atrito que obrigava o governo inglês a “forçar Lisboa a não reconhecer Reedman com o estatuto diplomático especial”.³⁹⁹ Esta obrigação britânica devia-se ao facto de Clifford Dupont ter afirmado no Parlamento em Salisbury que Reedman “apresentaria [em Lisboa] a *letter of accreditation*” no final de Setembro e que aquele teria a designação de “representante diplomático acreditado”.⁴⁰⁰

Por parte da diplomacia portuguesa houve sempre uma enorme preocupação em actuar enquadrado por argumentos jurídicos, que tinha dado os seus frutos nos debates na ONU e acabava por ser um meio para justificar determinadas atitudes. Por conseguinte, pelo melindre da questão, o governo português não especificou o título de Reedman nem lhe atribuiu estatuto diplomático, ficando a posição política portuguesa determinada por “factos públicos irrefutáveis”: a Rodésia tinha representantes diplomáticos em Londres, Pretória e agente consular em Lourenço Marques, todos independentes de Londres; e Londres reconhecia que a sua “*ultimate responsibility*” não era incompatível com a existência de representantes diplomáticos no estrangeiro.⁴⁰¹

Para impedir a abertura da representação rodesiana em Lisboa, o governo de Londres tinha posto a circular notícias sobre a possibilidade de exercer represálias sobre Lisboa, tais como a ruptura de relações diplomáticas, a retirada do embaixador de Lisboa e o reconhecimento de movimentos nacionalistas moçambicanos e angolanos.⁴⁰² No quadro das informações postas a circular para pressionar Lisboa, releva-se a intenção britânica de solicitar uma reunião reservada do Conselho do Pacto do Atlântico, ao nível dos representantes permanentes, para apresentar a crise da Rodésia e tratar do assunto do representante rodesiano em Lisboa. O governo britânico pretendia uma declaração portuguesa expressando que Reedman pertencia

³⁹⁸ Idem: Telegrama enviado por Vasco Garin ao MNE em 16 de Setembro de 1965.

³⁹⁹ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Telegrama enviado da Embaixada de Portugal em Londres para Ministério do Ultramar em 20 de Setembro de 1965.

⁴⁰⁰ Idem: Telegrama enviado da Embaixada de Portugal em Londres para Ministério do Ultramar em 19 de Setembro de 1965.

⁴⁰¹ Idem: Circular dos serviços de Informação de 20 de Setembro de 1965 para exclusivo conhecimento das missões diplomáticas de Portugal.

⁴⁰² Idem.

ao “*staff*” da Embaixada Britânica em Lisboa.⁴⁰³ A 9 de Setembro de 1965, o Conselho, a pedido do representante britânico, reuniu-se com a finalidade de apresentar a posição britânica quanto à representação rodesiana em Lisboa, a qual foi classificada como um “incidente que havia surgido entre o governo britânico e o governo português”.⁴⁰⁴

Londres afirmava que a aceitação de Reedman em Lisboa era um passo decisivo para a DUI, algo inaceitável para Londres, e se Portugal tinha vindo a afirmar que Reedman não teria estatuto diplomático nem faria parte da “lista diplomática em Lisboa”, então deveria afirmá-lo publicamente nos termos acordados entre os dois países, ou seja, dizer que esse assunto era exclusivamente entre Londres e Lisboa.⁴⁰⁵ O delegado português no Conselho, Vasco da Cunha, respondeu que o assunto “era da exclusiva responsabilidade dos governos britânico e rodesiano” e que a atitude que o governo português tomou estava de acordo com a situação das “representações independentes da Rodésia em Londres e Pretória” e não “era incompatível com a «*ultimate responsibility*»” de Londres. Não deveria o governo português fazer nenhuma declaração por considerar essa exigência “intolerável”, nem aceitar que fosse um “terceiro governo” a determinar o estatuto de qualquer representante estrangeiro em Portugal.⁴⁰⁶ O governo português estava preparado para responder com a “maior firmeza”, se fosse culpado pela Grã-Bretanha na resolução do problema rodesiano. De qualquer forma, como qualquer decisão tinha de ser tomada por unanimidade, não se afigurava que o Conselho da OTAN fosse o local mais adequado para tratar esse assunto. Além do mais, o território estava fora dos limites do pacto, tal como já tinha sido considerado pelos britânicos em relação a Angola e a Moçambique.

Posteriormente, em Paris, os ingleses fizeram circular a notícia de que o assunto tinha de facto sido levantado no Conselho da OTAN, “não como uma queixa contra Portugal” mas como meio da Grã-Bretanha “manter informados” os aliados do seu ponto de vista.⁴⁰⁷ O facto de o governo britânico querer levar o assunto do representante rodesiano ao Conselho, parecia uma evidência para o governo português de que Londres pretendia “lançar mão de todos os

⁴⁰³ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Telegrama do MNE para Consulado Portugal em Salisbury em 11 de Setembro de 1965.

⁴⁰⁴ Idem: Aerograma expedido da Delegação Portuguesa ao Conselho da OTAN para MNE em 16 de Setembro de 1965 com o relato da reunião.

⁴⁰⁵ Idem: Declaração de Sir Evelyn Shuckburg, representante britânico no Conselho da OTAN.

⁴⁰⁶ Idem: Aerograma expedido da Delegação Portuguesa ao Conselho da OTAN para MNE em 16 de Setembro de 1965 com o relato da reunião.

⁴⁰⁷ Idem: Circular dos serviços de Informação de 20 de Setembro de 1965 para exclusivo conhecimento das missões diplomáticas de Portugal.

processos” para criar dificuldades a Lisboa, quando o facto dizia “respeito exclusivamente às relações entre a Rodésia e a Grã-Bretanha”.⁴⁰⁸

A 21 de Setembro de 1965, um porta-voz do MNE afirmava que o representante rodesiano “iria lidar directamente” com o MNE nos assuntos que “diziam respeito a Portugal e à Rodésia”, o que, segundo o governo britânico, contrariava as promessas feitas por F. Nogueira quanto ao estatuto de Reedman.⁴⁰⁹ Todavia, são enfatizadas a “vizinhança entre o território português e a Rodésia, a longa tradição de relações entre ambos governos, a existência de numerosos problemas comuns” como justificação para a representação rodesiana em Lisboa, cujo “estatuto corresponde” ao do território representado.⁴¹⁰

Em Lisboa, R. A. Borroughs escreve a Hall Themido para informar o governo português acerca da “gravidade” que o governo britânico enfrentava com a crise da Rodésia, fazendo dela “um assunto da máxima importância” para a Grã-Bretanha, Portugal e “toda a África”. O governo britânico, no caso das negociações entre Smith e Wilson falharem e ser declarada a DUI, seria “obrigado a tomar as mais severas medidas” e pedir a outros países para “não prestar qualquer auxílio ou conforto a um governo ilegal”. Seriam desencadeadas exigências de “acção militar contra a Rodésia” devido ao aumento da tensão em África, o que conduziria “ao caos e possivelmente [...] a uma situação análoga ao Congo”. Esperava o governo britânico que Lisboa avaliasse bem a necessidade “em evitar uma declaração unilateral de independência da Rodésia”, esperando contar com uma “completa cooperação do governo português”.⁴¹¹

A 7 de Outubro de 1965, em Nova Iorque, o Secretário de Estado nos Negócios Estrangeiros Britânico, Michael Stewart, encontrou-se com Nogueira, sublinhando “de forma enfática” a posição britânica para que não houvesse “qualquer dúvida acerca da seriedade da situação”. Uma DUI levaria o “caos e a violência” à região e isso não convinha a Portugal. Além do mais, sendo o governo rodesiano “franco defensor do *apartheid*”, também não convinha a Portugal ser identificado com esse regime.⁴¹²

A resposta portuguesa foi dada em “termos igualmente vigorosos” mas “pesando as palavras com cuidado”. Nogueira respondeu que o governo português estava “perfeitamente” consciente da gravidade da situação, do que ela significava para o governo britânico e para

⁴⁰⁸ Idem: Telegrama da Delegação Portuguesa da OTAN em Paris para MNE em 12 de Setembro de 1965.

⁴⁰⁹ Idem: Nota oficial do governo britânico entregue em mão a Hall Themido em 23 de Setembro de 1965.

⁴¹⁰ Idem: Nota Oficial do Gabinete dos Negócios Políticos do MNE para a Embaixada de Inglaterra em Lisboa em 29 de Setembro de 1965.

⁴¹¹ AHD – Maço 1110, PAA, Proc. 960,172: Carta enviada do encarregado de negócios da Embaixada da Grã-Bretanha em Lisboa para Hall Themido em 7 de Outubro de 1965.

⁴¹² Idem: Telegrama enviado por F. Nogueira da Missão Permanente de Portugal na ONU em 7 de Outubro de 1965.

África, mas não entendia porque é que “Portugal era tão insistentemente informado da gravidade da situação” e porque se subentendia que tinha uma “parcela de responsabilidade” na crise. Havia sido já expresso por Lisboa que não considerava a Rodésia como país soberano, mas Stewart retorquiu com a posição portuguesa face a Reedman, que considerou “um encorajamento à política rodesiana”.⁴¹³

Para Nogueira, a Grã-Bretanha pretendia atribuir a Portugal o “maior número de responsabilidades” e a nota enviada ao governo português iria constituir-se como mais “uma peça para o *dossier* na ONU”, no qual a possibilidade do uso da força contra a Rodésia era de ter em conta. A resposta portuguesa, escrita por Salazar, não poderia hostilizar Salisbury.⁴¹⁴

Nela, se a Grã-Bretanha continuasse decidida a levar a questão rodesiana ao CS ou à AG da ONU, a situação tornar-se-ia “gravíssima” porque, para além das “pressões económicas e políticas” dos países afro-asiáticos e comunistas, a situação “branca em toda a região” seria “liquidada por uma intervenção militar”, que envolveria certamente Portugal. Como Moçambique e Angola tinham a chave do acesso da Zâmbia ao mar, poderia estar nas mãos do governo português solicitar à Grã-Bretanha influenciar a Zâmbia a não “tomar nenhuma atitude hostil” contra a Rodésia. Portanto, se estes pontos fossem explicados de forma convincente, provavelmente a Rodésia poderia ser poupada a uma “possível catástrofe”. Além do mais, como a posição geográfica arrastava Moçambique para o problema, não devia a posição de Lisboa “transparecer” que pouco tinha a ver “com o assunto” ou que se punha “à margem”.⁴¹⁵ Na verdade, o que preocupava seriamente Salazar era o facto de que no caso de uma intervenção militar contra a Rodésia, iria certamente ser solicitada uma autorização para a passagem de tropas da ONU por Moçambique, que colocava ao governo um enorme dilema: a Grã-Bretanha ou a Rodésia?

Muitos jornais publicaram extensas referências ao aprofundamento das relações luso-rodesianas e à nomeação de Reedman para chefe da missão diplomática em Lisboa.⁴¹⁶ Do que a seguir se apresenta, salienta-se o que parece ter sido o assunto central: a questão da representação rodesiana em Lisboa era uma afronta ao governo britânico e punha em perigo as seculares relações luso-britânicas.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ Idem: Telegrama enviado por F. Nogueira da Missão Permanente de Portugal na ONU em 7 de Outubro de 1965.

⁴¹⁵ Idem: Telegrama enviado por Salazar a Franco Nogueira em 9 de Outubro de 1965 para lhe dar orientações nas conversações com Michael Stewart acerca da posição portuguesa quanto à crise na Rodésia.

⁴¹⁶ Idem: Apresenta-se uma resenha de imprensa a partir dos jornais escolhidos pela Embaixada de Portugal em Londres enviados ao MNE em 18 de Setembro de 1965 que a partir deste ponto seguimos, referindo os jornais que se acham com mais influência no público britânico e mundial.

O *Daily Telegraph*, de 4 de Setembro de 1965, noticia que a Grã-Bretanha ameaçou Portugal com “as mais sérias consequências” se consentisse que Reedman se estabelecesse fora da Embaixada Britânica. A Grã-Bretanha receava que Portugal viesse a tratar o representante rodesiano como Embaixador “em todos os aspectos excepto no nome”. Não se sabia quais seriam as retaliações britânicas mas poderia ser a retirada “da acreditação do Cônsul de Portugal em Salisbury”.

O *Guardian*, de 7 de Setembro, com a notícia intitulada “Temptation to White Rhodesians”, afirmava que a missão rodesiana era uma “traição” à Grã-Bretanha e que Smith não sobreviveria às sanções, devendo evitar enviar um representante para Lisboa.

O *Financial Times*, em 10 de Setembro, noticia que o governo português receberia Reedman como “Chefe de Missão”, mas que não se sabia que título teria e que um porta-voz do MNE teria afirmado que, fosse qual fosse o seu título, o governo português reconhecia que a última palavra no âmbito da política externa da Rodésia caberia sempre a Londres.

O *Observer*, a 12 de Setembro, escrevia que a representação rodesiana em Lisboa indiciava como iminente a DUI, que a posição de Londres tinha já sido transmitida a Lisboa e que esta se tinha mostrado ambígua, o que “tinha contribuído consideravelmente para aumentar a crise”. Em comentário no editorial, escreve-se que nem Salazar nem Smith deviam ter quaisquer dúvidas sobre a “determinação do governo britânico” em evitar o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a Rodésia como se fosse um país independente. Se Smith insistisse em não mudar de atitude, praticaria um “acto de rebelião contra a Coroa”. Se Portugal entrasse no conluio, expor-se-ia a uma retaliação de Londres.

O *Telegraph*, a 15 de Setembro, refere que o governo português estaria à espera da decisão de Smith e dos planos rodesianos para a declaração da independência, antes de aceitar Reedman como representante plenamente acreditado.

A acreditação de Reedman passaria a ser um problema de segunda ordem se Smith optasse pela DUI.⁴¹⁷ Um dia após a DUI, o encarregado de negócios da Embaixada Britânica em Lisboa entregou no MNE uma nota do governo britânico, com os seguintes pontos: a atitude de Salisbury foi considerada como uma rebelião; a Rainha demitiu Ian Smith e restante governo rodesiano das suas funções; o Alto-Comissário Britânico na Rodésia foi retirado de Salisbury e foi pedido a Campbell que abandonasse Londres; e que, tal como Reedman, os cônsules em L. Marques e na Beira não mais representariam um governo ilegal.

⁴¹⁷ Idem: Telegrama enviado por F. Nogueira da Missão Permanente de Portugal na ONU em 7 de Outubro de 1965.

Derrocada das Sanções: À Procura do Culpado

Juntamente com acreditação de Reedman, a questão do embargo do petróleo à Rodésia foi um factor que continuou a afastar a Grã-Bretanha de Portugal durante a crise. Para o governo português, “a Inglaterra, apoiada pelos EUA, nada mais desejaria” do que poder encontrar um “acto” português para poder “levar o assunto às NU e arrancar de lá uma decisão de sanções” que envolvesse Moçambique.⁴¹⁸

A 16 de Março de 1966, o Subsecretário do Departamento de Estado dos Assuntos Económicos do governo norte-americano, Tom Mann, exprimiu a Vasco Garin que os ingleses eram submetidos a todo o tipo de pressões dos países africanos e que consideraram a crise rodesiana a “mais grave depois do Suez”. Avisou Garin que se os países afro-asiáticos conseguissem “reunir provas” de que Portugal desrespeitava o embargo, era muito difícil evitar a invocação do Capítulo VII.⁴¹⁹ No dia seguinte, Nogueira solicita a V. Garin que, na resposta a Mann, enfatizasse os seguintes pontos: as informações disponíveis não indicavam que houvesse muitas pressões e, mesmo que existissem, não se compreendia porque Portugal teria sido avisado; o governo português não acreditava que os países afro-asiáticos tivessem “poder na ONU para impor sanções mandatárias” sem a vontade dos EUA e da Grã-Bretanha; os EUA tinham interesse directo na crise porque apoiavam de forma explícita a Grã-Bretanha e despendiam enormes somas na ponte aérea para Lusaka; os afro-asiáticos não poderiam “reunir provas” que não existiam, excepto se fossem “coligidas ou preparadas” para incriminar Portugal; e que Portugal era um país transitório e não podia negar o acesso ao mar.⁴²⁰ De facto, a questão do embargo de combustíveis à Rodésia do Sul foi um gerador de fricção muito relevante entre Portugal e a Grã-Bretanha. Estava em causa toda uma estratégia do governo britânico que tinha repercussões, não só em termos de política interna na Grã-Bretanha, mas também na afirmação de liderança na *Commonwealth*.

Para Nogueira, o inglês comum considerava que o regime de Smith iria causar “o caos e a desordem na Rodésia”, que, combinado com a eventualidade de “uma luta racial no Zambeze” se traduziria numa imagem “muito desfavorável” a Portugal. Todavia, a posição do governo português era substancialmente diferente, porque não desejava junto a Moçambique “mais Tanzânias” e apenas queria vincar a sua “fadiga e impaciência” perante a política britânica

⁴¹⁸ Carta de Salazar a M. Mathias em 22 de Março de 1966 in Serrão, pp. 659-661.

⁴¹⁹ AHD – Maço 908, PAA, Proc. 950,172: Telegrama enviado por Embaixador de Portugal em Washington para MNE.

⁴²⁰ Idem: Telegrama enviado por F. Nogueira a Vasco Garin em 18 de Março de 1966 com indicações para explicitar ao Subsecretário de Estado Mann a posição portuguesa quanto ao embargo económico à Rodésia.

para a região, não querendo “ser envolvido no conflito entre Londres e Salisbury”.⁴²¹ Porém, a situação geográfica impelia Portugal para o turbilhão rodesiano e F. Nogueira achava que a situação deveria ser analisada pelo governo português de uma forma desapaixonada e realista.⁴²²

Por outro lado, para Londres, conviria a Portugal que Smith não saísse vencedor, porque “os países africanos, directamente, através da ONU ou da OUA, aumentariam a pressão”, insistindo que a “queda de Smith” era vantajosa para Portugal. A demora na resolução do problema exporia Portugal a “riscos imprevisíveis e não podia ser excluída a possibilidade de aplicação de sanções mandatárias ao abrigo do Capítulo VII da Carta das NU”.⁴²³ Por seu lado, Lisboa tinha “uma visão diferente do problema da Rodésia e das questões africanas em geral”. O governo português não tinha o menor “interesse em que os países africanos caíssem no caos” e negava que o regime de Smith conduziria necessariamente a Rodésia nesse caminho.⁴²⁴

Quando o petroleiro *Joanna V* aportou para a Beira para aí descarregar o petróleo para a Rodésia, desenhou-se no horizonte a possibilidade de uma agravamento das relações entre Lisboa e Londres. Estava em causa a eficácia do embargo decretado pela ONU.

Para Nogueira, Portugal não podia ser apontado como responsável pela ineficácia das sanções porque a “Marinha Britânica deixara passar o petroleiro” e outros países “comerciavam intensamente com a Rodésia”. Mas o governo britânico, através de Lord Walston, arremessou uma séria ameaça: “Até agora a Grã-Bretanha tinha conseguido controlar a situação, mas seria prudente não admitir que assim sucedesse sempre”. Se Portugal “não seguisse voluntariamente a política do embargo” podiam os africanos “querer usar a força contra a Rodésia”, socorrendo-se de “recrutamento de forças na Checoslováquia e Etiópia”.⁴²⁵

A troca de acusações entre Londres e Lisboa levou Nogueira a afirmar que a Grã-Bretanha perseguia “há muito uma política hostil em relação a Portugal”, nomeadamente desde o ano de 1961 na ONU e com o problema de Goa. Não obstante, continuava, “havia factos mais graves”, como o apoio aos “chefes dos movimentos terroristas de Angola e Moçambique [...]”

⁴²¹ Nogueira (1979), Vol. II, p.112. Conversa entre F. Nogueira e o Embaixador Britânico em Lisboa, Sir Archibald Ross.

⁴²² Idem.

⁴²³ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Apontamento de F. Nogueira de uma conversa com Lord Walston em 6 de Abril de 1966 às 18H00. Este documento está transcrito em F. Nogueira, *Diálogos Interditos*, pp. 125-137.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Idem: Apontamento de F. Nogueira de uma conversa com Lord Walston em 7 de Abril de 1966 às 12H00. Este documento está transcrito em Nogueira (1979), Vol. II, pp. 137-147.

apoiados e recebidos em Londres e [...] nas Missões Diplomáticas”. Na realidade, o que o governo britânico pedia a Portugal era que não se apoiasse Smith, mas o governo português tinha como seu “objectivo legítimo [...] não ter mais Tanzânias nas suas fronteiras”.⁴²⁶

Para além da sentida hostilidade da política externa britânica em África, outro ponto que acentuava a sua separação parecia ser, no entendimento de F. Nogueira, o facto de haver uma tentativa de dirigir a Portugal a responsabilidade. Londres insistia no facto de que a sobrevivência de Smith estava intimamente ligada ao abastecimento de combustíveis. Porém, o argumento Nogueira para desculpar o seu governo era o facto de o petróleo ser vendido à Rodésia por várias companhias internacionais, que “evidentemente sabiam qual seria o seu verdadeiro destino”. Além do mais, o petroleiro *Joanna V* tinha sido interceptado no Canal de Moçambique e poderia ter sido impedido de chegar à Beira.⁴²⁷

Na sequência da chegada do *Joanna V* à Beira, a 7 de Abril de 1966, o governo britânico solicitou uma reunião “urgente e dramática” do CS para pedir a proibição do funcionamento do *pipeline* da Beira, a proibição do abastecimento de petróleo de Moçambique para a Rodésia e a autorização do uso da força para impedir os petroleiros de chegarem a Moçambique com carga para a Rodésia. A ilação que F. Nogueira tirou foi a de que o último pedido retirava sentido aos outros dois, pelo que a intenção do governo britânico deveria ter “outro alcance”: Lord Walston havia afirmado no dia anterior que o petróleo para a Rodésia “vinha do Sul”, numa clara alusão à RAS, que estava fora do projecto de resolução do CS. Portanto, para Nogueira havia a intenção de acusar apenas Portugal como “único culpado ou responsável” pela sobrevivência do regime de Smith.⁴²⁸

A 25 de Setembro de 1967, um funcionário do *Foreign Office* afirmava em entrevista à BBC, que apesar do “controlo do porto da Beira”, continuavam a seguir “consideráveis quantidades de petróleo e gasolina para a Rodésia através de Lourenço Marques”.⁴²⁹ Para o governo português, esta afirmação era um claro ataque a Lisboa, que respondia que “o abastecimento era feito por companhias estrangeiras” e a identificá-lo estava o facto de que

⁴²⁶ A questão que F. Nogueira apresentava em relação à Tanzânia era o facto de apoiar os movimentos nacionalistas que actuavam contra os territórios ultramarinos e como tal, “violavam as mais elementares regras da comunidade internacional”; era membro da *Commonwealth*; o governo britânico nunca tinha intercedido em favor de Portugal; e além do mais, “Portugal nunca pediu à Inglaterra quaisquer medidas” contra Dar-es-Salaam (AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Apontamento de F. Nogueira de uma conversa com Lord Walston em 7 de Abril de 1966 às 22H00).

⁴²⁷ AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Apontamento de F. Nogueira de uma conversa com Lord Walston em 7 de Abril de 1966 às 22H00. Este documento está transcrito em Nogueira (1979), Vol. II, pp. 147-171.

⁴²⁸ Idem: Apontamento de F. Nogueira de uma conversa com Lord Walston em 7 de Abril de 1966 às 22H00.

⁴²⁹ Nota Oficiosa de 26 de Setembro de 1967 do MNE (MNE, pp. 135-136)

entre Abril de 1966 e Maio de 1967 entraram no porto de L. Marques 169 petroleiros, dos quais 58 eram de nacionalidade britânica ou estavam ao serviço de companhias britânicas.⁴³⁰

Embora o embargo do petróleo fosse o ponto mais amplamente noticiado, havia outros produtos que estiveram no centro do diferendo. Num memorando enviado ao MNE em 14 de Junho de 1967, o Segundo Secretário da Embaixada Britânica em Lisboa condenava a existência de um representante rodesiano para assuntos comerciais em Luanda. Esta atitude condenatória tinha como base o facto de esse representante ser um claro exemplo do contorno das sanções impostas à Rodésia. Porém, a “posição portuguesa de neutralidade” no diferendo entre Londres e Salisbury e o facto de não ter aderido às sanções, não impedia Portugal de estreitar relações comerciais com a Rodésia e havia a necessidade de minimizar “os prejuízos económicos que a política britânica de sanções” tinha na economia moçambicana.⁴³¹ Na ONU, o governo britânico queixou-se de Portugal por violação das sanções económicas aplicadas à Rodésia, devido ao armazenamento de tabaco e posterior colocação nos mercados internacionais e da falsificação de documentos para facilitar a sua entrada nos canais comerciais internacionais.⁴³²

Demonstrações de Força

A Patrulha da Beira

A concentração de meios aero-navais britânicos no Canal de Moçambique foi um factor de enorme tensão luso-britânica. Durante o mês de Março de 1966, forças aero-navais da Grã-Bretanha efectuaram um conjunto de operações destinadas a vigiar a navegação de marinha mercante que se dirigia ao porto da Beira. Este facto levou o governo português a protestar junto do governo britânico por causa de interferências com a navegação e por violação das águas territoriais e espaço aéreo.⁴³³ Todavia, é a chegada ao porto da beira do petroleiro *Joanna V* que acaba por ter imensa repercussão internacional e “provoca um imenso rodopio diplomático”. Em Março de 1966, o consórcio rodesiano que detinha a CPM, anuncia que quando os petroleiros chegassem ao porto da Beira começaria a bombear o petróleo para

⁴³⁰ Cf. Nota Oficiosa de 12 de Junho de 1967 do MNE (MNE, p. 45)

⁴³¹ AHD – Maço 1109, PAA. Proc. 960,172: Apontamento de Rebello de Andrade datado de 14 de Junho de 1967.

⁴³² ANHFSB – Caixa 7530, peça 2: notícia da Reuter de 23 de Outubro de 1967.

⁴³³ Comunicado oficial do governo português acerca da interferência da força aero-naval com a navegação no Canal de Moçambique, datado de 25 de Março de 1965 (Ministry Of Foreign Affairs (s.d.), *Some Portuguese Documents on the Question of Rhodesia*, pp. 19-20)

Feruka.⁴³⁴ No dia 29 de Março, F. Cruz envia um telegrama a F. Nogueira informando-o que foi chamado por Smith para o inteirar de que o “governo rodesiano resolvera mandar seguir para a Beira vários petroleiros” e que, apesar dos riscos que essa atitude comportava, não via outra solução.⁴³⁵

O problema com a chegada do petroleiro *Joanna V* ao porto da Beira estava relacionado com o facto de se supor que o petróleo tinha sido encomendado pela Rodésia e, com o consentimento do governo português, seria descarregado e depois transportado para a refinaria de Feruka. Obviamente, este facto configurava uma situação de incumprimento por parte de Portugal do embargo decretado pela ONU. Para justificar a chegada do *Joanna V* à Beira em 5 de Abril de 1966 o MNE, através de uma nota oficiosa, analisava a situação e afirmava que a força aero-naval britânica, embora tivesse os meios adequados para impedir a entrada do petroleiro, não o fez, pelo que só o governo britânico o podia explicar. Como Portugal não aderiu ao embargo decretado pela ONU e não pretendia interferir na actividade das empresas privadas, não estava na disposição de assumir-se como responsável pela situação.

O petroleiro foi autorizado a atracar, mas acabou por nunca descarregar o petróleo porque os depósitos da MIL nunca foram ligados à tubagem, portanto, o “acto concreto” nunca ocorreu. Além disso, foram dadas instruções de Lisboa a Jorge Jardim para que esses depósitos não fossem utilizados para além do armazenamento de gasóleo para consumo em Moçambique.⁴³⁶ Era, pois, necessário utilizar outro método para “descarregar o petróleo do *Joanna V* sem o enfrentamento (sic.) diplomático” com a Grã-Bretanha⁴³⁷, o que nunca veio a acontecer por falta de “uma solução”⁴³⁸.

Do diálogo entre Franco Nogueira e Lord Walston em 6 e 7 de Abril de 1966 tinha sido recolhida a ideia de que Londres estava disposta a recorrer a medidas mais extremas, aparentando que estava à procura de uma razão que o justificasse. Nogueira admitia a hipótese de uma intervenção armada sob mandato internacional, o que tinha levado a um reforço e uma

⁴³⁴ Flower, p. 64.

⁴³⁵ Nogueira (1987), p. 170.

⁴³⁶ Franco Nogueira tinha-se comprometido com Lord Walston de que os depósitos da MIL só iriam ser utilizados para combustíveis a serem consumidos em Moçambique. (AHD – Maço 1111, PAA, Proc. 960,172: Apontamento de F. Nogueira de uma conversa com Lord Walston em 6 e 7 de Abril de 1966)

⁴³⁷ O jornal *Daily Telegraph* publicava em 5 de Abril de 1966 que um porta-voz do Foreign Office tinha afirmado que se o *Joanna V* descarregasse criar-se-ia “situação séria” e recairia “pesada responsabilidade sobre o governo português” e que a fragata que abordou o petroleiro só não abriu fogo por receio de uma explosão da carga e “perda de vidas” (AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Telegrama recebido em 5 de Abril de 1966 da Embaixada de Portugal em Londres).

⁴³⁸ Jardim (1978), p. 136.

alteração do dispositivo militar na Beira à custa de tropas e aeronaves de Angola.⁴³⁹ Tinha sido, também, enviada uma fragata da Marinha Portuguesa para vigiar possíveis infracções à soberania das águas territoriais. Estava-se perante um conjunto de paradas e respostas que faziam com que as relações entre a Grã-Bretanha e Portugal estivessem ao rubro. Os motivos portugueses estavam relacionados com as constantes queixas sobre as violações perpetradas pela força aero-naval britânica.

As notícias que chegavam de Nova Iorque indicavam que no CS tudo se orientava para reconhecer que a crise da Rodésia se apresentava como “uma situação de ameaça para a paz”, concedendo à força aero-naval o mandato para impedir outros petroleiros de chegarem à Beira e apresar o *Joanna V* se descarregasse o crude.⁴⁴⁰ Se o governo português “usasse a sua influência” junto das companhias privadas para que o *pipeline* não fosse utilizado, estariam criadas as condições para que se “evitasse uma resolução no âmbito do Capítulo VII da Carta”. Contudo, se não o fizesse, a aplicação do Capítulo VII “era inevitável”, o que iria “afectar de forma grave os interesses portugueses”.⁴⁴¹

Para Nogueira, a Patrulha da Beira tornou-se inútil ao deixar passar o petroleiro *Joanna V*, provocando uma crise internacional.⁴⁴² De acordo com a argumentação do governo, Portugal não poderia ser responsabilizado pelo facto de o petroleiro chegar a Moçambique, porque tinha pavilhão grego. A Grécia tinha aderido ao embargo, o petroleiro tinha sido abordado por oficiais britânicos da força aero-naval e tinha passado incólume. Além do mais, o petróleo pertencia a uma firma sul-africana, e a RAS não tinha sido acusada de furar do embargo.⁴⁴³

Acima de tudo, para o governo português, com o mandato da Patrulha da Beira, estavam em causa os “tradicionais princípios de liberdade dos mares”, e as inúmeras “interferências” e “incidentes” verificados com a “navegação portuguesa” configuravam-se como desrespeito do espaço aéreo e das águas territoriais portuguesas.⁴⁴⁴ A “violação do embargo de petróleo seria humilhante” para o governo britânico, inutilizando todo o seu esforço até esse momento.

⁴³⁹ Alguns jornais britânicos dedicavam as primeiras páginas ao caso *Joanna V* e mencionavam que Sir Archiblad Ross tinha sido instruído para entregar em Lisboa um sério aviso a Portugal de que as NU poderiam ser impelidas a sancionar o emprego de forças na crise rodesiana (AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Telegrama recebido da Embaixada de Portugal em Londres em 5 de Abril). Cf. Jardim (1978), p. 137. Cf. Garcia, pp. 167-168.

⁴⁴⁰ Jardim (1978), p. 139.

⁴⁴¹ AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Apontamento enviado do encarregado de negócios em Londres para o MNE, em 5 de Abril de 1966, contendo uma súmula das declarações de M. Stewart.

⁴⁴² AHD – Maço 908, PAA, Proc. 950,172: Conferência de Imprensa pronunciada por F. Nogueira a 3 de Maio de 1966 por causa dos problemas suscitados pela crise rodesiana.

⁴⁴³ Carta ao Secretário-Geral da ONU datada de 28 de Abril de 1966 (MNE, 1970, pp. 51-53).

⁴⁴⁴ Nota oficiosa de 25 de Março de 1966 (Idem, p. 45).

A resolução de 20 de Novembro de 1965 não era mandatária, por isso o “emprego da força seria contrária ao direito internacional.”⁴⁴⁵

Para Lisboa havia que distinguir o que se efectuava em águas territoriais e em alto-mar. Quanto às primeiras, fazendo as águas territoriais parte integrante do Território Nacional, “submetido à sua exclusiva soberania”, nenhuma dúvida haveria “sobre a sua ilicitude”. Quanto às segundas, fora das águas territoriais, tinham “intenção e consequências” igualmente “ilícitas”. O bloqueio em tempo de paz, mesmo que parcial, poderia ser “qualificado de agressão”, porque “não estava em causa a legítima defesa da Grã-Bretanha” e punha em causa “o princípio da liberdade dos mares”. Consequentemente, o governo português considerava as actividades da patrulha da beira como “ilícitas”, provocando prejuízos económicos devido à sensação de insegurança para a navegação, pelo que iria servir-se “de todos os meios ao seu dispor” para responsabilizar o governo britânico.⁴⁴⁶

No início de 1967, a Grã-Bretanha reforçou o seu dispositivo naval com um porta-aviões, indiciando, segundo responsáveis militares portugueses, a vontade de estender o bloqueio naval a Lourenço Marques. Com a decisão do CS de serem impostas sanções mandatárias que cobrissem a exportação de produtos seleccionados, havia a necessidade de requerer mais navios de guerra para inspeccionar os navios mercantes.⁴⁴⁷ Um incidente que marcou a tensão existente no Canal de Moçambique reporta-se a uma abordagem ao navio tanque português *Erati*, interceptado por uma fragata britânica e abordado por uma equipa de oficiais que inspeccionou a documentação da carga, neste caso gasóleo destinado à Beira e a Nacala.⁴⁴⁸ O governo português “expressou surpresa” pelo sucedido através de um porta-voz do MNE⁴⁴⁹ que referiu que o acto da marinha britânica teve como finalidade “chamar a atenção mundial” para Portugal.⁴⁵⁰

De acordo com o *Financial Times*, a proposta britânica para que as sanções passassem a ser obrigatórias levantava no horizonte uma “gravidade de consequências que não podia ser

⁴⁴⁵ AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Telegrama enviado da Embaixada de Londres para MNE em 22 de Abril de 1966 relatando debate ocorrido no dia anterior entre o primeiro-ministro Wilson e os conservadores.

⁴⁴⁶ Idem: Informação elaborada pelo Doutor Gonçalves Pereira e enviada por Hall Themido à Embaixada de Portugal em Londres em 22 de Outubro de 1966. Esta informação contém com detalhe normas jurídicas de Direito Internacional que sustentavam a argumentação portuguesa contra a actividade da Marinha Real Britânica no bloqueio ao porto da Beira.

⁴⁴⁷ ANHFSB – Caixa 4372, peça 8: Relato de notícia do Comando-Chefe das Forças Armadas de Moçambique de 16 Janeiro de 1967.

⁴⁴⁸ AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Informação do Ministério da Marinha para o Ministro dos negócios estrangeiros em 14 de Maio de 1968.

⁴⁴⁹ Idem: *Daily Telegraph* de 16 de Maio de 1968.

⁴⁵⁰ Idem: Informação do Ministério da Marinha para o Ministro dos negócios estrangeiros em 16 de Maio de 1968.

menosprezada” ao ponto de “afectar as relações diplomáticas” entre os dois velhos aliados. A diplomacia portuguesa pretendia declarar “estrita neutralidade” no conflito anglo-rodésiano, mas o seu não reconhecimento por parte da Grã-Bretanha deixava “os portugueses legitimamente ofendidos”. A “irritação portuguesa contra a actuação da Grã-Bretanha no problema da Rodésia” e contra as graves “consequências indirectas para a posição de Portugal em África” podia “explodir à mais pequena provocação”.⁴⁵¹ Poucas vezes as relações entre Portugal e a Grã-Bretanha estiveram tão mal, “mesmo tomando em consideração a questão de Goa”.⁴⁵²

Possibilidade de um Ataque Terrestre?

O uso da força na Rodésia por parte dos britânicos e norte-americanos, mandatados pelo CS da ONU, envolvendo Moçambique, era uma forte possibilidade para o governo português. O primeiro passo tinha sido dado com o envio da esquadra britânica para o Canal de Moçambique, numa atitude ostensiva da Grã-Bretanha para mostrar a sua determinação.

Quando os britânicos enviaram para a Zâmbia um contingente militar logo após a declaração da DUI, reforçou-se a ideia de que a possibilidade de uma acção de força poderia ter lugar na Rodésia. Kaunda tinha pressionado o governo britânico a estabelecer uma data limite para que o Ian Smith fosse derrubado.⁴⁵³ De facto, a presença de um contingente militar na Zâmbia e as ameaças da Grã-Bretanha a Portugal não punham completamente de parte a percepção de que uma intervenção armada seria possível.

O governo britânico tinha expressado ao governo norte-americano que o uso da força na Rodésia seria improvável, excepto se a situação política interna se deteriorasse de tal forma que fosse “solicitado [pela Rodésia] o emprego de forças militares”. Porém, se por maioria de dois terços na AG fosse proposto o envio de uma força de manutenção de paz, no âmbito do Capítulo VII da Carta, seria muito difícil demover os países afro-asiáticos.⁴⁵⁴

O governo rodésiano também levantava a hipótese, embora remota, de uma intervenção militar na Rodésia.⁴⁵⁵ Para o governo português, a possibilidade de envolver Moçambique

⁴⁵¹ Idem: Artigo do jornal *Financial Times* de 23 de Novembro de 1966, intitulado “Portuguese Neutrality on Rhodesian issue”.

⁴⁵² Idem: Artigo do *Rhodesian Herald* de 24 de Novembro de 1966, intitulado “Portuguese Will Defend Their Policy”.

⁴⁵³ Segundo o governo português o que K. Kaúnda pretendia era que as tropas inglesas se mantivessem na Zâmbia “por recear um golpe de Estado” que o derrubasse e ao mesmo tempo o governo britânico garantia que outras forças africanas não “penetrassem no território” (AHD – Maço 1114, PAA, Proc. 960,172: De acordo com um relatório elaborado pelos SCCI em 26 de Janeiro de 1966).

⁴⁵⁴ Cf. FRUS, 1964-1968, Vol. XXIV, 480: Memorandum of Conversation em 11 de Outubro de 1965.

⁴⁵⁵ Cf. Flower, pp. 49-50.

num acto de força era expresso através de um conjunto de “razões objectivas”: a concentração aero-naval no Canal de Moçambique; a ineficácia das sanções aplicadas à Rodésia; as vantagens que Moçambique oferecia, na eventualidade do uso da força; a constante acusação britânica a Portugal por causa do apoio que estava a ser prestado a Ian Smith.⁴⁵⁶

O exemplo dessa preocupação é o envio de um representante rodesiano a França em Abril de 1966 para, junto do governo francês, solicitar os seus bons ofícios para influenciar o Presidente de Madagáscar a impedir que a esquadra britânica utilizasse a base de Majunga nesse território. O receio da Rodésia prendia-se com o facto de que “a Grã-Bretanha seria investida por uma votação da ONU para liquidar a rebelião”.⁴⁵⁷ A possibilidade de uma intervenção militar na Rodésia mandatada pela ONU preocupava seriamente o governo português, sabendo que, acima de tudo, os seus principais impulsionadores e com capacidade de o efectuarem, ou pelo menos liderarem uma coligação, eram os EUA e a Grã-Bretanha.

Em Outubro de 1967, o Governador-geral de Moçambique também “não escondeu [essa] preocupação” quando teve conhecimento de que militares “canadianos efectuaram [...] exercícios de estado-maior cujo tema era o desembarque de uma brigada em Moçambique”, pelo que as autoridades militares deveriam estar “precavidas para todas as hipóteses”.⁴⁵⁸ Lisboa, por intermédio da sua embaixada em Ottawa, solicitando os “esclarecimentos possíveis sobre o assunto”, foi esclarecida que se tinha tratado de um exercício para verificar a exequibilidade do emprego de um batalhão para apoio logístico “a uma brigada canadiana em operações em Moçambique, ao serviço das Nações Unidas”.⁴⁵⁹ Pairava no ar, embora ténue, a possibilidade de uma acção armada que envolvesse o território de Moçambique e isso trouxe, como consequência imediata o reforço do dispositivo de defesa em torno da cidade da Beira.

⁴⁵⁶ AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Apontamento de Rebelo de Andrade acerca de uma conversa com Burroughs, Conselheiro da Embaixada Britânica em Lisboa, em 1 Junho de 1966.

⁴⁵⁷ O representante rodesiano, para além de se encontrar com representantes do governo francês para explicar o problema da Rodésia, encontrou-se também com Moisés Tchombé para que intercedesse junto de Tsiranana para anular o acordo com os britânicos acerca da utilização da base de Majunga. Para as duas reuniões julga-se ter havido o patrocínio da diplomacia portuguesa (Cf. Carta de M. Mathias a Franco Nogueira, relativa à crise da Rodésia, em 6 de Abril de 1966 in Serrão, p. 659).

⁴⁵⁸ AHD – Maço 1116, PAA, Proc. 960,172: Telegrama enviado do Consulado de Portugal em Salisbury para o MNE em 01 de Novembro de 1967.

⁴⁵⁹ Idem: Carta enviada ao Secretário da Defesa Nacional pela Direcção Geral dos Negócios Políticos do MNE em 21 de Novembro de 1967.

O Reforço do Dispositivo na Beira

Com os indícios colhidos e com o aumento de movimentos da esquadra britânica no Canal de Moçambique, começam a surgir notícias de que as forças em Moçambique estavam a ser reforçadas e a movimentarem-se para fazer face a uma possível acção na Beira.

O jornal grego *Anendotos*, a 7 de Maio de 1966, referia um telegrama enviado de Joanesburgo com a informação de que o dispositivo em Moçambique estava a ser reforçado com forças de Angola e de Lisboa. Na Rodésia, os jornais publicaram notícias relativas ao ajustamento do dispositivo no Sul de Moçambique. O *Rhodesia Herald*, por seu lado, noticiava o mesmo movimento de tropas para Moçambique e referia uma fonte das Forças Armadas Portuguesas “que jamais houve tanta concentração de forças em Moçambique como agora na Beira”. Referia ainda que dois jactos da Força Aérea Portuguesa descolaram para “investigar o movimento suspeito de um helicóptero britânico”, que tinha aterrado na zona. O mesmo jornal, a 24 de Maio de 1966, noticiava que “reforços portugueses estão a concentrar-se na Beira e junto à fronteira com a Rodésia” como resposta ao receio de um ataque de forças de forças das NU à Rodésia e à óbvia utilização de Moçambique para esse fim.

O *Sunday Mail*, a 8 de Maio, noticia a chegada de cerca de 6000 tropas e de uma fragata a Moçambique cuja explicação, segundo um oficial do estado-maior, foi a “intensificação de medidas defensivas” em várias guarnições em todo o território de Moçambique. Embora a explicação pudesse estar relacionada com a intensificação da luta subversiva, a verdade é que “o dispositivo da artilharia antiaérea, da artilharia de campanha e a chegada da fragata” à Beira não era condizente com esse tipo de combate.⁴⁶⁰

O *Rhodesia Herald*, a 10 de Maio de Maio, noticiava também que cerca de 6000 tropas chegaram a Moçambique a bordo do navio Vera Cruz e marcharam na Beira “numa clara demonstração de força”, segundo fonte do Estado-Maior. Na parada, o General M. dos Santos discursou às tropas afirmando que a sua missão ali era “garantir a soberania de Portugal e a segurança das populações”.⁴⁶¹

Estas notícias foram benéficas para a imagem de Portugal na Rodésia porque “causaram alguma sensação na opinião rodesiana”, cujo significado era o reconhecimento da determinação do governo português em defender a “soberania portuguesa” contra quaisquer

⁴⁶⁰ AHD – Maço 910, PAA, Proc. 950,172: Recortes de jornais enviados ao MNE.

⁴⁶¹ Idem.

ameaças e dissuadir qualquer “veleidade das Nações Unidas de intervenção militar” em Moçambique.⁴⁶²

Dois meses mais tarde, a tensão militar no Canal de Moçambique parecia diminuir e ser substituída pela cordialidade entre as forças navais britânicas e portuguesas.⁴⁶³ Todavia, quando se iniciavam reforços britânicos e se intensificavam movimentos no Canal de Moçambique em Dezembro de 1966, subiu novamente a tensão e aumentaram os movimentos de tropas portuguesas para a Beira. O *Daily Express* de 9 de Dezembro de 1966 afirma que “mais tropas se estão a mover” para o porto da Beira como resposta “às movimentações de navios de guerra decorrentes do bloqueio”. O *Daily Telegraph* afirmava nesse mesmo dia que o “porto da Beira” foi protegido pela artilharia antiaérea que estava estacionada no aeroporto e que “um cruzador e quatro fragatas” tinham aí aportado.⁴⁶⁴

Em Maio de 1966 a Patrulha da Beira consistia num porta-aviões, um *destroyer*, três fragatas e quatro navios de abastecimento. Em Dezembro de 1967 a patrulha naval ao largo do Canal de Moçambique “consistia em dezasseis vasos de guerra, dos quais três porta-aviões, submarinos, *destroyers* e fragatas”, que alegadamente ali estavam para garantir a “estabilidade ao novo Estado independente da do Sul da Arábia, Aden”.⁴⁶⁵ Contudo, era reconhecido que o nível da força estava muito para além dessa necessidade e que representava para Lisboa uma “desnecessária provocação” a Portugal e à Rodésia.⁴⁶⁶

Mais agudizadas ficaram as relações entre ambos países, quando o Representante Permanente do Reino Unido na ONU enviou em 18 de Setembro de 1968 um documento ao SG a informá-lo acerca das orientações que o seu governo tinha dado à Patrulha da Beira para impor o embargo. Na base desse documento estava a vontade de fazer valer o uso do direito que lhe conferia o §5 da Resolução 221 do CS sobre a Rodésia para assegurarem o bloqueio através do uso da força efectiva e, se necessário, abrir fogo sobre as embarcações que não respeitassem as ordens.⁴⁶⁷ Portanto, desde o *ultimatum* de 1890, parecia não ter havido uma sequência de acontecimentos que tanto perigasse a aliança mais duradoura do mundo.

⁴⁶² Idem: Carta enviada por Rebello de Andrade ao Director dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, em 6 de Junho de 1966.

⁴⁶³ Idem: *Rhodesia Herald*, 15 de Julho de 1966.

⁴⁶⁴ Idem.

⁴⁶⁵ Idem: *Daily Express* de 22 de Dezembro de 1967.

⁴⁶⁶ Idem: *Daily Express* de 22 de Dezembro de 1967.

⁴⁶⁷ ANHFSB – Caixa 4340, Peça 8: Letter dated 18 September 1968 from The Permanent Representative of the United Kingdom, addressed to the Secretary-General.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES

Ao longo do texto procurou-se analisar as relações entre Portugal e a Rodésia no período compreendido entre 1964 e 1968. A evidência empírica mostra que a atitude dos responsáveis portugueses foi sempre orientada na necessidade de manutenção do império.

Após a secessão da Federação, Portugal e a Rodésia aprofundaram as suas relações tendo como farol a partilha de interesses dos respectivos regimes: a sobrevivência do próprio Estado (materializado no seu regime político), no caso da Rodésia; a manutenção das províncias de Moçambique e Angola, no caso de Portugal, que também significava a continuação do regime político.

Para o governo da Rodésia, estava também em causa a manutenção do nível de desenvolvimento e de vida que a sua população branca dispunha. Todavia, uma independência do governo britânico somente após a garantia do princípio “*one man one vote*”, conduziria Smith para a DUI, anulando definitivamente a possibilidade de negros nacionalistas chegarem ao poder na Rodésia.

Para o governo português, as independências da Rodésia do Norte (Zâmbia) e da Niassilândia (Malawi) representavam uma séria ameaça à manutenção eficaz da luta contra-subversiva em Moçambique e em Angola. Não pretendia “uma nova Tanzânia” na Rodésia do Sul, que pudesse, a partir do *hinterland*, ameaçar os flancos dos territórios considerados essenciais pelo regime: Angola e Moçambique.

Sendo possível influenciar a manutenção de Ian Smith no poder, mesmo reconhecendo que isso agravaria a hostilidade internacional contra o regime, isso seria tomado como um objectiva da estratégia da política externa na África Austral. Por conseguinte, sendo necessário aplicar todos os meios que garantissem atingir os objectivos favoráveis à sua estratégia, foi desenvolvido um conceito de acção integrado, através da aplicação dos instrumentos político-diplomático, económico e militar, para apoiar Ian Smith, garantindo dessa forma, a segurança da fronteira Sul em Moçambique.

A vontade de Salazar em envidar todos os esforços para manter Smith parece ter sido o ponto mais importante para que este fizesse escala em Lisboa na sua viagem para Londres no início de Setembro de 1964. De facto, para ter instrumentos negociais antes de se encontrar com Harold Wilson, Smith necessitava de saber se Salazar estava disposto a ajudá-lo.

Do que se investigou, entre Smith e Salazar foi desenhado um plano de apoio de Portugal à Rodésia que gravitou em torno do instrumento político-diplomático a partir de Lisboa, na

ONU e junto de embaixadas portuguesas, onde fosse possível defender os interesses do regime rodesiano. Foi a partir desse encontro entre os dois estadistas que se realizaram um conjunto de reuniões de trabalho para pormenorizar e operacionalizar o apoio a Smith, sabendo-se que, pelo menos, a Grã-Bretanha seria o seu adversário mais poderoso. Desse modo, o aprofundamento das relações com a Rodésia teve sempre como contra-ponto a Grã-Bretanha, o que acaba por provar que a aproximação do governo português foi tomada num ambiente de antagonismo latente, reforçando a tese de uma orientação realista para explicar este facto concreto da política externa portuguesa.

É neste contexto que se desenvolvem e aprofundam as relações entre a Rodésia e Portugal, e que impele os responsáveis do governo português para um *modus operandi* típico da corrente realista, assumindo como pontos de referência nas relações externas o primado do interesse nacional e o reconhecimento de que, num ambiente hostil, o objectivo a alcançar pelo Estado é a segurança, com o poder a ser materializado como capacidade de influência.

Em face da questão central para este estudo, a resposta afigura-se como lógica na sequência do que tinha sido a orientação da política externa pelo menos desde os finais do século XIX até Abril de 1974: o interesse irrenunciável da manutenção do império. No período que se estudou, este objectivo estava ligado de forma muito estreita à manutenção do regime autoritário liderado por Oliveira Salazar e este, por sua vez, ao reconhecimento da missão de Portugal na defesa dos valores do Ocidente em África e do papel de Portugal no mundo. Por essa razão, não era lógico para o Estado Novo considerar a sua sobrevivência sem a manutenção do império.

Mesmo com as alterações que se sucederam após a 2ªGM, Salazar não se desviou do que tinha até então sido a sua orientação, mesmo quando a Europa deixou de ser o centro político mais importante do sistema internacional. Portugal ficou integrado no sistema com a entrada na OTAN, onde tinha um lugar de destaque pelo poder que a geografia no Atlântico lhe conferia face ao ambiente estratégico da Guerra Fria. Porém, viria a experimentar enormes dificuldades da manutenção da sua política colonial na ONU, mesmo por parte daqueles que até então tinham sido os seus tradicionais aliados, os EUA e a Grã-Bretanha. O governo português não reconhecia a ONU como instituição ordenadora do sistema internacional, porque a achava um instrumento dos poderosos e porque punha em causa o que estava consignado na Constituição Portuguesa desde 1933: a incorporação das colónias num todo e indivisível nacional.

Com dificuldades com os seus aliados tradicionais, Portugal orienta-se para a França e Alemanha Federal para escorar a sua política colonial naquelas duas potências europeias,

como modo de mitigar os atritos que os seus tradicionais aliados lhe produziam. Em África, a hostilidade da OUA e dos movimentos nacionalistas e revolucionários, deixa-lhe como saída a cooperação com a RAS e com a Rodésia, e esta, no caso de se manter o regime de Smith.

A secessão da Federação em 1963 deixou às portas de Angola e Moçambique dois novos países que se poderiam tornar em importantes bases de apoio para os movimentos que começavam a intensificar a luta desde o início dos anos 1960 em Angola e Moçambique. Portugal tinha, pois, muito a ganhar com “um regime amigo” que, pelo menos, lhe garantisse segurança no flanco Sul de Moçambique para focalizar a acção militar mais a Norte, onde as infiltrações patrocinadas pela Tanzânia, com a condescendência não oficial de H. Banda, causavam enormes dificuldades.

Por conseguinte, mesmo com um regime político que contrastava com o proclamado desígnio do multirracismo português, a Rodésia de Ian Smith servia perfeitamente os interesses portugueses em África. Além do mais, era possível projectar uma África Austral que englobasse RAS, Rodésia, Angola e Moçambique, de forma a ser o bastião dos valores do Ocidente e a última barreira à progressão e controlo do comunismo por parte da URSS e da China.

Desta forma, na Europa Ocidental, o ambiente político da Guerra Fria e a posição estratégica que os Açores representavam davam algum conforto a Salazar, com as negociações para a manutenção da base das Lages a serem um claro sinal. Em África era possível reforçar a posição de Portugal se o regime de Smith, saído do turbilhão político iniciado a secessão da Federação se mantivesse, sendo necessário pôr em marcha um plano integrado para o apoiar. Porém, para além das ameaças personificadas pelos países da OUA, era necessário contar com a oposição severa da Grã-Bretanha, a potência colonial da Rodésia do Sul e o aliado secular de Portugal.

Para influenciar os acontecimentos na África Austral e proteger os seus interesses, o governo português serviu-se da sua capacidade de influência na região que o poder da geografia lhe conferia: permitir acesso facilitado dos países do *hinterland* ao Oceano Índico e Oceano Atlântico. Para além disso, o governo português utilizou de forma sinérgica os instrumentos de poder, com a diplomacia em destaque.

A “força da geografia” serviu o governo português de modo ambivalente. Permitiu que se pudesse apoiar economicamente Salisbury, utilizando o argumento jurídico do acesso ao mar aos países interiores e, ao mesmo tempo, foi também uma arma na moldagem de comportamentos de H. Banda e de K. Kaunda, levando-os a atitudes mais ou menos cooperantes. O valor do acesso ao mar foi de tal forma importante, que a atitude de Kaunda

começou a mudar quando reconheceu que a construção da linha férrea de Lusaka para Dar-es-Salam seria uma realidade e que deixaria de depender de Angola, da Rodésia e de Moçambique para escoar e receber os bens e produtos essenciais à sobrevivência da economia zambiana. Daqui se releva a importância estratégica de Moçambique para a África Austral, que a diplomacia portuguesa soube habilmente utilizar como fonte de poder.

A diplomacia, personificada essencialmente em Franco Nogueira e em Freitas Cruz, face aos objectivos delineados, foi o instrumento de maior realce e parece ter havido uma espécie de “repartição estratégica” entre os dois diplomatas: Freitas Cruz desempenhou um papel fundamental no aprofundamento das relações com a Rodésia devido, essencialmente, às excelentes relações que granjeou junto de altos funcionários rodesianos; Franco Nogueira foi a personagem central nas relações entre Lisboa e Londres e na ONU, desempenhando um papel fundamental na defesa dos pontos de vista do governo português. Também é de relevar as inúmeras conferências de imprensa por si efectuadas e as interpelações ao SG da ONU, que, sendo publicitadas pelos órgãos de comunicação social, foram um excelente instrumento de comunicação estratégica.

Em termos económicos, Portugal pouco poderia dar para além da possibilidade de garantir o fluxo de combustíveis e servir de entreposto para operações comerciais cobertas, devido ao embargo imposto à Rodésia. De facto, o mais importante apoio económico conferido a Salisbury foi o abastecimento de combustíveis acabando por gerar um conjunto de situações de atrito com a Grã-Bretanha, já de si debilitada com os acontecimentos de Goa em 1961. Todavia, também não deve ser esquecida a importância para o governo rodesiano que a missão económica, chefiada por Calvet de Magalhães, conferiu. Para além da sua importância política, expressa na vontade de apoio, lançou as bases e estabeleceu acordos para o fortalecimento dos laços comerciais.

No âmbito militar, as relações com a Rodésia foram essencialmente levadas a cabo através da troca de *Intelligence*, essencial na luta contra-subversiva. Em termos operacionais, as relações foram de âmbito local, com os comandantes das unidades e das regiões a executarem operações combinadas e a trocarem lições aprendidas.

Acima de tudo, mesmo com a Grã-Bretanha como principal foco de atrito, o governo português optou por apoiar Ian Smith, tendo em consideração que daí podia obter mais dividendos, o que acabaria por verificar-se já com Marcello Caetano no poder, no apoio técnico e militar que as forças da Rodésia deram às forças portuguesas em Moçambique.

Pensa-se que, com a desclassificação de alguns maços no AHD do MNE, se acrescentou algum valor em relação ao conhecimento que já se dispunha sobre este assunto e que tanto

interesse tem para a história recente da diplomacia portuguesa. Tentou-se, por isso, detalhar o mais possível os acontecimentos que caracterizaram as relações entre Portugal e a Rodésia no período analisado.

Todavia, o estudo efectuado fez despertar também a necessidade de se efectuar uma análise aprofundada das relações com a República da África do Sul, estendendo a investigação ao período compreendido entre 1885 e 1974. Pretender-se-á provar que a determinação do governo português em manter-se em África se ancorou ao estreitamento de relações bilaterais com os “poderes brancos” da África Austral.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO DIPLOMÁTICO DO MNE.
ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO.
ARQUIVO OLIVEIRA SALAZAR DO ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO.
ARQUIVOS DO NÚCLEO HISTÓRICO DO FORTE DE S. JULIÃO DA BARRA.

2. FONTES IMPRESSAS

- CAETANO, Marcello (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa: Verbo.
- FLOWER, Ken (1987), *Serving Secretly. An Intelligence Chief on Record Rhodesia into Zimbabwe (1964-1981)*, London: John Murray Publishers, ISBN 0-7195-4438-6.
- Foreign Relations of The United States*, 1964-1968, Vol. XXIV, disponível em www.state.gov/www/about_state/history/vol_xxiv/index.html (19 de Dezembro 2007)
- HENRIQUES, Mendo Castro & MELLO, Gonçalo de Sampaio (Org) (2007), *Salazar. Pensamento e Doutrina Política (Textos Antológicos)*, 2ª Edição, Lisboa: Verbo, ISBN 978-972-22-1172-7.
- JARDIM, Jorge (1976), *Moçambique – Terra Queimada*, Lisboa: Editorial Intervenção.
- _____, (1978), *Rodésia – O Escândalo da Sanções*, Lisboa: Editorial Intervenção.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1970), *A Política Externa Portuguesa (1965-1967)*, Seleção de Textos e Discursos de Franco Nogueira, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1985), *Dez Anos de Política Externa (1936-1947) – A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial*, Vol. XII e XIII, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (1967), *Portuguese Foreign Policy*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- _____, (s.d.), *Some Portuguese Documents on the Question of Rhodesia (November 1965 – May 1966)*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- NOGUEIRA, Franco (1979), *Diálogos Interditos*, I e II Volume, Lisboa: Editorial Intervenção.
- _____, (1987), *O Estado Novo*, Barcelos: Livraria Civilização Editora, ISBN 972-26-1761-3.
- _____, (2000a), *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto: Civilização.
- _____, (2000b), *Salazar. A Resistência (1958-1964)*, (Volume V), Barcelos: Companhia Editora do Minho, ISBN 972-26-1841-5.
- _____, (2000c), *Salazar. O Último Combate (1964-1970)*, (Volume VI), Barcelos: Companhia Editora do Minho, ISBN 972-26-1964-0.
- O Pensamento de Salazar (1960) – Portugal e a Campanha Anticolonialista*, 3ª Edição, Lisboa: Edições do Secretariado Nacional de Informação.
- _____, (1963), *Declaração Sobre Política Ultramarina*, Lisboa: Edições do Secretariado Nacional de Informação.

- _____ (1967), *A Política de África e os Seus Erros*, Lisboa: Edições do Secretariado Nacional de Informação. (norma)
- O Ultramar no Pensamento de Salazar* (Antologia) (s.d.), Lisboa: Gráfica Boa Nova.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo (Prefácio) (1984), *Correspondência Marcello Mathias/Salazar 1947-1968*, Lisboa: Difel.
- SMITH**, Ian (1997), *The Great Betrayal – The Memoirs of Ian Douglas Smith*, London: Blake Publishing, ISBN 1-85782-1769.

3. BIBLIOGRAFIA

3.1.LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

- ANTUNES**, José Freire (1996a), *A Guerra de África (1961-1974)*, Volumes I e II, Temas e Debates, Lisboa: Printer Portuguesa, ISBN 972-759-038-1.
- _____, (1996b), *Jorge Jardim Agente Secreto*, Venda Nova: Bertrand Editora, ISBN 972-25-0974-8.
- ARON**, Raymond (1962), *Paz e Guerra entre Nações*, 2ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, ISBN 85-230-0095-X.
- BESSA**, António Marques (2001), *O Olhar de Leviathan. Uma Introdução à Política Externa dos Estados*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, ISBN 972-9229-87-2.
- BESSA**, António Marques & **DIAS**, Carlos Mendes (2007), *O Salto do Tigre. Geopolítica Aplicada*, Lisboa: Prefácio, ISBN 978-989-8022-28-8.
- CANN**, Jonh P. (2005), *Contra-Subversão em África - Como os Portugueses fizeram a Guerra de África*, Lisboa: Prefácio, ISBN 972-8816-49-9.
- COUTO**, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um Curso*, Vol. I, Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- DOUGERTY**, James E. & **PFALTZGRAFF**, Jr, Robert L. (Trad. 2003), *Relações Internacionais – Teorias em Confronto*, Lisboa: Gradiva, ISBN 972-662-934-9.
- DUNNE**, Timothy & **SCHMIDT**, Brian C (2006), *Realism*, In **BAYLIS**, John, **SMITH**, Steve, *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. (3rd ed. with corrections), New York: Oxford University Press, ISBN 0-19-927118-6.
- FERREIRA**, João José Brandão (2002), (Prefácio de António José Telo), “*A Evolução do Conceito Estratégico Ultramarino Português – Da Conferência de Berlim à Descolonização*”, Hugin Editores, ISBN 972794132-X.
- FONSECA**, Ana Mónica (2007), *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo*, Lisboa: Instituto Diplomático, ISBN 978-972-9245-53-4.
- GARCIA**, Francisco Proença, (2003), *Análise Global de uma Guerra – Moçambique 1964-1974*, Lisboa: Prefácio, ISBN 972-8563-97-3.
- JABLONSKY**, David, “National Power” In **BARTHOLOMEES**, J. Boone, Jr (Ed.) – *Guide to National Security Policy and Strategy*, US Army War College, 2004, pp. 127-142.
- MAGALHÃES**, José Calvet (2005), *A Diplomacia Pura*, Lisboa: Editorial Bizâncio, ISBN 972-53-0278-8.
- MACQUEEN**, Norrie (1997), *The Decolonization of Portuguese Africa – Metropolitan Revolution and The Dissolution of Empire*, London: Longman, ISBN 0-582-25993.
- MARCOS**, Daniel da Silva (2007), *Salazar e De Gaulle: A França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa: Instituto Diplomático, ISBN 978-972-9245-54-1.

- MARTINEZ**, Pedro Soares (1992), *História Diplomática de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo.
- MEARSHEIMER**, John J. (2007), *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. Lisboa: Gradiva, ISBN 989-616175-5.
- MOREIRA**, Adriano (1989), *Comentários*, Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- _____ (1994), “Identidade Europeia e Identidade Portuguesa”, In *Conferências de Matosinhos*, 1ª Série, Porto: Página a Página, pp. 5-31.
- _____ (1999a), *Teoria das Relações Internacionais*, 3ª Edição, Coimbra: Almedina.
- _____ (1999b), “Um Novo Conceito Estratégico Nacional”, In *Portugal na Transição do Milénio*, Colóquio Internacional, Lisboa: Fim de Século, pp. 49-67.
- _____ (1999), *Estudos da Conjuntura Internacional*, Lisboa: Dom Quixote.
- _____ (2000), “Enquadramento Político-Estratégico das Campanhas de África”, In AAVV, *Estudos Sobre as Campanhas de África*, Lisboa: IAEM e Atena.
- MORGENTHAU**, Hans J. (2005), *Politics Among Nations - The Struggle for Power and Peace*, 7th Edition, Kenneth W. Thompson & W. David Clinton (Revised), McGraw Hill, ISBN 0-07-289539-X.
- OLIVEIRA**, Pedro Aires (2007), *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*, Lisboa: Tinta da China, ISBN 978-972-8955-39-7.
- PATTEE**, Richard (1974), *A Rodésia, Portugal na África Contemporânea*, Volume III, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Porto: Imprensa Portuguesa.
- PINTO**, António Costa (2001), *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*, Temas de História de Portugal, Lisboa: Livros Horizonte, ISBN 972-24-1147-0.
- PINTO**, José Filipe (2004), *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*, Lisboa: Instituto Diplomático, ISBN 972-98906-6-8.
- RODRIGUES**, Luís Nuno (2000), “Solidão na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos” in MARTINS, Fernando (Ed) *Diplomacia & Guerra: Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*, Actas do I Ciclo de Conferências, Évora: Edições Colibri, pp. 189-224.
- RODRIGUES**, Luís Nuno (2005), *No Coração do Atlântico – Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*, Defesa e Relações Internacionais, Lisboa: Prefácio, ISBN 972-8816-65-0.
- ROSAS**, Fernando (2003), *Pensamento e acção Política – Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa: Editorial Notícias, ISBN 972-46-1523-5.
- SANTOS**, Victor Marques dos (2007), *Introdução à Teoria das Relações Internacionais. Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*, Lisboa: ISCSP. ISBN 972-8726-86-4.
- SANTOS**, Loureiro dos, (1983), “*Incursões no Domínio da Estratégia*”, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TELO**, António José (1987), *Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Lisboa: Perspectivas e Realidades.
- _____ (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Edições Cosmos, 1994, ISBN 972-8081-55-3.
- _____ (1996), *Portugal e a NATO. O Reencontro da Tradição Atlântica*, Lisboa: Edições Cosmos, ISBN 972-762-002-7.

- TELO**, António José, “Modelos e Fases do Império Português 1890-1961” (SEPARATA), in **TORRE**, Hipólito de la Cruz (Coord.), *Portugal, Espanha y Africa en los Últimos Cien Años (IV Jornadas de Estudios Luso-Espanoles)*, Mérida: Universidad Nacional de Educación a Distância, 1992, pp. 65-92.
- TELO**, Antonio José & **GÓMEZ**, Hipólito de la Torre (2003) *Portugal Y España en los Sistemas Internacionales Contemporáneos*, Mérida: Artes Gráficas Rejas, ISBN 84-7671-712-1.
- WALTZ**, Kenneth (2002), *Teoria das Relações Internacionais*, Lisboa: Gradiva, ISBN 972-662-838-5.

3.2.PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- GUEDES**, Armando Marques, “Símbolos e Política Externa: A visita da Rainha Isabel II a Portugal em 1957”, *Negócios Estrangeiros*, Instituto Diplomático, Julho 2007 (11.2), pp. 195-206.
- HOWE**, Russel Warren, “War in Southern Africa”, *Foreign Affairs*, October 1969, 48 (1), pp. 150-165.
- MEARSHEIMER**, Jonh J. (1994/95), “The False Promise of International Institutions”, *International Security*, 19:3, pp. 5-49.
- MARTINS**, Fernando (1998), “A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU. Uma Doutrina Histórico-Jurídica (1955-68), in “Portugal e a Unificação Europeia”, *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, nº 18, Lisboa: Edições Cosmos e Cooperativa Penélope, pp. 189-208.
- NYERERE**, Julius, “Rhodesia in the Context of Africa”, *Foreign Affairs*, April 1966, 44 (3), pp. 373-386.
- RODRIGUES**, Luis Nuno, “Missão Impossível: O Plano Anderson e a Questão Colonial Portuguesa em 1965”, *Relações Internacionais*, Março 2004 (1), pp. 99-111.
- SILVA**, A. E. Duarte, “O Litígio entre Portugal e a ONU (1961-1974)”, *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995 (1º), pp. 5-50.
- TEIXEIRA**, Nuno Severiano, “História, Teoria das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais: Uma Reflexão Epistemológica”, in *Revista da História e Teoria das Ideias*, Vol. XI (1999), II Série, Lisboa: UNL, ISSN 0870-4546, pp. 71-82.